

O PARADIGMA INCLUSIVO E O PAPEL MEDIADOR
DOS MOVIMENTOS ASSOCIATIVOS NA
DEFICIÊNCIA: OLHARES E PERSPETIVAS EM
ANÁLISE

Dissertação de Mestrado

Ana Margarida Ferreira Claro

Trabalho realizado sob a orientação do

Dr. Rui Manuel Neto e Matos

Leiria, novembro 2021

Mediação Intercultural e Intervenção Social

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, irmãos e namorado, pela paciência, apoio e incentivo.

Às minhas duas estrelinhas, que sei que torceram por mim.

Ao meu sogro, pelo importante contributo dado.

Aos meus “loucos”, que tantas vezes me deram a força necessária para não desistir perante as adversidades.

Ao meu orientador, pela compreensão e orientação.

A todos os outros que não mencionei, mas que estiveram presentes, o maior obrigado do mundo!

RESUMO

A inclusão social de pessoas com deficiência é nos dias de hoje uma problemática em crescente discussão. Tanto que, vimos surgir nos últimos anos diferentes perspectivas e pontos de vista, vislumbrando-se assim aquilo a que podemos chamar de paradigma inclusivo. A mediação, neste processo, destaca-se como uma importante ferramenta, na medida em que surge como facilitadora da comunicação e, conseqüentemente, da inclusão.

O presente estudo apresenta como principal objetivo analisar o papel mediador dos movimentos associativos na área da deficiência, nomeadamente no que respeita à inclusão. Para tal, esta investigação realizou-se tendo por base a atuação e as perspectivas de três associações – “Milacessos Cooperativa”, “Bengala Mágica” e “Cabra-Cega” – através da exploração da problemática em entrevista com os respetivos dirigentes. Foram ainda analisados os resultados da aplicação de um inquérito por questionário, com o objetivo de conhecer a visão da população em geral acerca da atuação dos movimentos associativos no âmbito da mediação e da inclusão.

Palavras-chave

Deficiência; Inclusão; Mediação; Movimentos Associativos; Paradigma Inclusivo.

ABSTRACT

The social inclusion of people with disabilities is nowadays a problem in growing debate. So much so that, in recent years, we have seen different perspectives and points of view emerge, thus giving a glimpse of what we can call the inclusive paradigm. Mediation, in this process, stands out as an important tool, as it appears as a facilitator of communication and, consequently, of inclusion.

The main objective of this study is to analyze the mediating role of associative movements in the area of disability, namely with regard to inclusion. For this purpose, this investigation was carried out based on the performance and perspectives of three associations – “Milaccessos Cooperativa”, “Bengala Mágica” and “Cabra-Cega” – through the exploration of the issue in an interview with the respective leaders. The results of the application of a questionnaire survey were also analyzed, with the aim of knowing the view of the population in general about the role of associative movements in the scope of mediation and inclusion.

Keywords

Deficiency; Inclusion; Mediation; Associative Movements; Inclusive Paradigm.

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS.....	2
RESUMO	3
ABSTRACT	4
ÍNDICE GERAL	5
ABREVIATURAS	9
INTRODUÇÃO	10
PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	13
1. A DEFICIÊNCIA.....	14
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA.....	14
1.2 CONCEITOS E TIPOS DE DEFICIÊNCIA.....	16
1.3 A CONVENÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	17
1.5 CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE FUNCIONALIDADE, INCAPACIDADE E SAÚDE	19
1.5 A DEFICIÊNCIA EM PORTUGAL: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO ATUAL ..	20
2. INCLUSÃO SOCIAL NA DEFICIÊNCIA: CONCEITOS, PARADIGMAS E CONTRIBUTOS DAS ASSOCIAÇÕES HUMANITÁRIAS MOVIMENTOS ASSOCIATIVOS	22
2.1 DA EXCLUSÃO À INCLUSÃO: CONCEITOS E PARADIGMAS	22
2.2 INCLUSÃO SOCIAL, DIREITOS HUMANOS E DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	26
2.3 OS MOVIMENTOS ASSOCIATIVOS DE DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: PAPÉIS E CONTRIBUTOS PARA O PARADIGMA INCLUSIVO EM PORTUGAL	26

3. MEDIAÇÃO, INTERVENÇÃO SOCIAL E O PARADIGMA INCLUSIVO.....	28
3.1 A MEDIAÇÃO COMO INSTRUMENTO DA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: PRÁTICAS MEDIADORAS E OBJETIVOS DOS MOVIMENTOS ASSOCIATIVOS.....	30
4. O PARADIGMA INCLUSIVO NO QUADRO LEGAL E POLÍTICO PORTUGUÊS	33
PARTE II – METODOLOGIA	35
5. CONTEXTUALIZAÇÃO EMPÍRICA.....	36
5.1 OBJETIVOS DO ESTUDO.....	36
5.2 O PARADIGMA QUALITATIVO-INTERPRETATIVO	37
5.3 A ENTREVISTA COMO MÉTODO DE ESTUDO	38
5.4 O INQUÉRITO COMO MÉTODO DE ESTUDO	39
6. PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS	41
6.2 INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS.....	41
6.3 SELEÇÃO DA AMOSTRA.....	43
6.4 TRATAMENTO DOS DADOS.....	44
6.3.1 A ENTREVISTA	45
6.3.2 O INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO.....	46
PARTE III – RESULTADOS OBTIDOS	47
7. APRESENTAÇÃO DOS DADOS EMPÍRICOS	48
7.1 MILACESSOS COOPERATIVA.....	48
7.2 “ASSOCIAÇÃO CABRA-CEGA”.....	51
7.3 “ASSOCIAÇÃO BENGALA MÁGICA”.....	55
7.4 QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	58

8. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS	75
CONCLUSÕES.....	78
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E WEBGRAFIA.....	80
ANEXO 1.....	83
GUIÃO DE ENTREVISTA INDIVIDUAL – MEMBRO ASSOCIATIVO OU DE GRUPO	83
ANEXO 2.....	86
TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA – “MILACESSOS COOPERATIVA”	86
ANEXO 3.....	96
TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA – “ASSOCIAÇÃO CABRA-CEGA”	96
ANEXO 4.....	106
TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA – “BENGALA MÁGICA”	106
ANEXO 5.....	115
ANEXO 6.....	121
Sinopse de Entrevista	121
ANEXO 7.....	129
Sinopse de entrevista.....	129
ANEXO 8.....	138
ANEXO 9.....	141

ÍNDICE DE FIGURAS

Gráfico 1 - Sexo dos inquiridos.....	59
Gráfico 2 – Idade	59
Gráfico 3 - Área de residência.....	60
Gráfico 4 - Habilitações Literárias	60
Gráfico 5 - Ocupação.....	61
Gráfico 6.....	61
Gráfico 7.....	62
Gráfico 8 - tipificação da deficiência	63
Gráfico 9 - tipificação da deficiência	63
Gráfico 10 - Percepções dos inquiridos 1	65
Gráfico 11 - Percepções dos inquiridos 2.....	65
Gráfico 12 - Colaboração com associações.....	67
Gráfico 13 - Contexto da colaboração.....	67
Gráfico 14 - Importância da mediação como instrumento da inclusão.....	73
Gráfico 15 - papel mediador dos movimentos associativos	74

ABREVIATURAS

AVD's (Atividades de Vida Diária)

CDPD (Convenção Sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência)

CIF (Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde)

IEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional)

IPSS (Instituição Particular de Solidariedade Social)

OMS (Organização Mundial de Saúde)

INTRODUÇÃO

A presente investigação insere-se no âmbito da dissertação de Mestrado em Mediação Intercultural e Intervenção Social, da Escola Superior de Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria.

Nesta pretende-se tratar a questão dos movimentos associativos e do uso da mediação como instrumentos do paradigma inclusivo, através da análise das perspetivas e olhares dos dirigentes de três associações colaboradoras – “Milacessos Cooperativa”, “Bengala Mágica” e “Cabra-Cega” – e da visão da população em geral sobre a temática. Nesse sentido, importa destacar que num primeiro olhar, é possível inferir a importância da atuação deste tipo de associações ou grupos no âmbito da deficiência e da desejada inclusão social das pessoas com deficiência.

Durante anos a deficiência foi uma área onde predominava a ignorância sobre o tema. No entanto, ao longo da história a humanidade teve diferentes perceções a respeito da deficiência, as quais foram evoluindo e acompanhando também a evolução da sociedade. Foram diversos os aspetos que mudaram a visão da população sobre a deficiência ao longo da história. A aceitação das pessoas com deficiência na sociedade reflete diferentes conjunturas culturais e sociais formuladas com o passar dos anos. A deficiência é, assim, um conceito complexo, dinâmico e multidimensional (Organização Mundial de Saúde, 2011).

É também um conceito essencialmente questionado, uma vez que a história mostra que compreender a diversidade sob o prisma da deficiência não é apenas necessário, mas também essencial com vista a uma sociedade sempre em evolução, mas justa, inclusiva e equitativa.

A deficiência constitui-se atualmente como uma área onde se observa uma crescente mudança de paradigma e onde se reivindica cada vez mais a implementação de direitos e políticas promotoras de uma cidadania plena da pessoa com deficiência. É neste sentido que surgem os movimentos associativos e a sua atuação, normalmente pautada e orientada para a efetiva inclusão social das pessoas com deficiência.

Na atualidade, a inclusão é não só um conceito que deve ser tido em conta e pensado, nos mais variados âmbitos, mas também um conceito que se encontra, portanto, em destaque na discussão acerca do tema da deficiência.

Desta forma, a problemática deste estudo procura inter-relacionar os conceitos referidos, a partir da análise de perspectivas e olhares diferentes, quer de dirigentes associativos, de uma forma mais aprofundada através de entrevistas, quer de algumas pessoas no geral que demonstraram interesse em responder ao questionário partilhado.

O objetivo geral da investigação é, portanto, compreender o contributo dos movimentos associativos no sentido da promoção do paradigma inclusivo, em particular, o papel mediador que desempenham na sua atuação. Já os objetivos específicos, prendem-se com a análise e compreensão dos seus diversos papéis e formas de atuação, e da relação que mantêm entre as associações, a sociedade e o Estado.

Tendo em conta os objetivos de cariz compreensivo e interpretativo, portanto, com destaque para a abordagem qualitativa da realidade em foco, a metodologia de investigação utilizada insere-se no paradigma qualitativo-interpretativo. Desta forma, os métodos de recolha de dados utilizados foram a entrevista semiestruturada e o inquérito por questionário.

Num primeiro momento, e já depois de efetuado um enquadramento teórico à problemática, foi elaborado e disponibilizado em plataformas online o questionário, uma vez que este seria sempre o método que mais tempo levaria a recolher dados suficientes.

Posteriormente, foram organizadas as entrevistas a desenvolver com os três membros dirigentes que previamente se disponibilizaram a colaborar na pesquisa, decorrendo estas em momentos diferentes e através da plataforma Zoom, uma vez que tendo em conta o contexto de pandemia atual as entrevistas tiveram que decorrer de forma síncrona à distância.

O presente estudo encontra-se desta forma dividido em três capítulos. O primeiro, essencialmente constituído pela revisão da literatura disponível sobre as temáticas abordadas, onde se explicitam e interligam conceitos, assim como se fazem referências a outros estudos e autores considerados relevantes. Neste momento de enquadramento teórico, começa-se por contextualizar o conceito de deficiência, nomeadamente a sua

trajetória histórica, conceitualização e tipificação. Faz-se ainda referência à Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, à Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), importantes pra uma contextualização mais aprofundada. Quanto à deficiência em Portugal, especificamente, procede-se a uma breve contextualização atual, onde se faz referência a alguns pontos importantes acerca deste tema no nosso país.

Ainda dentro do enquadramento teórico, explicita-se o conceito de inclusão social e conceitos diretamente relacionados, tais como o conceito de exclusão, os paradigmas existentes ao longo dos tempos, e a sua interligação com os direitos humanos e os direitos da pessoa com deficiência.

Na mesma linha, aborda-se reflexivamente os papéis e contributos dos movimentos associativos no sentido do paradigma inclusivo em Portugal, assim como, se faz uma interligação entre os conceitos de mediação, intervenção social e o paradigma inclusivo. Ainda sobre estes movimentos, aborda-se, também de forma refletiva, a mediação como instrumento da inclusão, nomeadamente no que concerne a práticas mediadoras e objetivos. Finalmente, faz-se uma referência sucinta ao paradigma inclusivo no quadro legal e político português, ponto também importante desta contextualização, a qual se mostra crucial para uma melhor compreensão do estudo aqui apresentado.

No segundo capítulo, pretende-se efetuar o enquadramento empírico deste estudo, começando-se por explicitar a metodologia de investigação proposta, apresentando-se num primeiro momento os objetivos definidos da problemática a estudar. Para um adequado enquadramento, clarifica-se o tipo de paradigma sobre o qual assenta a investigação, os métodos e instrumentos de recolha de dados e os procedimentos de análise de dados utilizados. De seguida esclarece-se a escolha da amostra grupal analisada, assim como a forma como foram tratados os dados obtidos.

Na terceira e última parte do estudo, são apresentados os resultados obtidos com as entrevistas e com os questionários realizados. Estes resultados são apresentados por categorias de análise, seguindo-se a discussão e análise dos dados recolhidos, de forma a proceder-se à sua triangulação.

PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. A DEFICIÊNCIA

De forma a se chegar a um melhor entendimento do objeto em estudo, é fundamental contextualizá-lo através de um enquadramento teórico que tem início com uma breve abordagem ao tema da deficiência. Neste ponto, será apresentado o conceito de deficiência através de uma sucinta contextualização histórica, seguida da sua conceituação e tipificação. Serão ainda referidas e explanadas a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência e a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde, importantes para uma maior compreensão da temática em estudo.

Finalmente, mostra-se ainda necessário abordar o tema da deficiência aprofundando-o no que respeita à sua contextualização nos anos recentes em Portugal.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Durante anos a deficiência foi uma área onde predominava a ignorância sobre o tema. No entanto, ao longo da história a humanidade teve diferentes perceções a respeito da deficiência, as quais foram evoluindo e acompanhando também a evolução da sociedade. Na Antiguidade, por exemplo, a deficiência era desconsiderada, uma vez que as crianças que nasciam com alguma anomalia eram habitualmente abandonadas com o intuito de que viessem a morrer. Em civilizações ocidentais, como Roma e Esparta, os pais eram autorizados a matar os seus filhos considerados “defeituosos”. O povo Hebreu, por sua vez, via a deficiência como uma punição divina, impedindo as pessoas com deficiência a terem acesso aos serviços religiosos, por exemplo. Já na Europa Medieval, a população com deficiência era considerada de forma ambígua: os deficientes físicos tanto eram vistos como enviados divinos, como vistos como criaturas malignas. Os Atenenses, por sua vez, protegiam a população com deficiência. Os Hindus, consideravam os cegos como pessoas de grande sensibilidade interior, estimulando o ingresso destes na religião. O Cristianismo, com a crença de que o Homem era criado por Deus, fez com que a população com deficiência fosse desconsiderada de um extermínio, uma vez que também eram criaturas divinas enquanto seres humanos; nesta, a guarda das pessoas com deficiência passou a ser assumida pela família destas e pela igreja católica.

Neste sentido, verifica-se que o modo de encarar a deficiência e a sua interpretação tem variado ao longo dos tempos, sendo possível destacar alguns períodos históricos mais recentes como grandes catalisadores nas mudanças sociais relacionadas com a inserção destes indivíduos na sociedade:

- ***Revolução Francesa e Revolução Industrial***

Um dos maiores princípios da Revolução Francesa (1789 – 1799) era o de dar um fim a todo o tipo de injustiça social existente na sociedade francesa. Este princípio humanista inserido nas movimentações sociais da época, contribuiu para que a população com deficiência fosse aceite na sociedade. O período da Revolução Francesa contribuiu ainda para que a deficiência fosse estudada de forma mais expressiva, compreendendo os diferentes tipos de deficiência existentes e também a necessidade de obter auxílio especializado para estes cidadãos.

Também a Revolução Industrial (1760 – 1840) foi considerada como tendo sido um agente de mudança, uma vez que o trabalho em condições precárias passou a provocar acidentes em ambiente laboral que causavam mutilações e doenças profissionais, as quais fizeram com que o Direito do Trabalho e a Segurança Social fossem implementados. Depois de vários episódios de agitações sociais, estas medidas foram tomadas de modo a garantir um tratamento mais humano ao trabalhador, considerando também a necessidade de criar um sistema mais efetivo de atendimento na saúde e reabilitação dos indivíduos lesados.

- ***Guerras Mundiais e Guerra do Vietname***

Devido ao grande número de pessoas feridas e às grandes dificuldades existentes nos períodos de guerra, alguns conflitos dinamizaram a situação das pessoas com deficiência na sociedade civil. A 1ª Guerra Mundial (1914 – 1918) surge como catalisadora de mudanças, uma vez que nesta houve um maior foco na reabilitação dos feridos em guerra. Já a 2ª Guerra Mundial (1939 – 1945), fez com que os direitos de igualdade fossem mais evidentes, incluindo também as pessoas com deficiência no mercado de trabalho, devido à escassez de mão de obra na época.

Na década de 60, devido às batalhas militares travadas pelos EUA, a Guerra do Vietname (1955 – 1975) aumentou consideravelmente o número de pessoas com deficiência no país.

Esta guerra fez com que surgissem várias manifestações sociais por parte da população norte-americana em defesa das minorias, sobretudo os afetados diretamente pela guerra.

Em suma, foram diversos os aspetos que mudaram a visão da população sobre a deficiência ao longo da história. A aceitação das pessoas com deficiência na sociedade reflete diferentes conjunturas culturais e sociais formuladas com o passar dos anos. A deficiência é, assim, um conceito complexo, dinâmico e multidimensional (Organização Mundial de Saúde, 2011). É também um conceito essencialmente questionado, uma vez que a história mostra que compreender a diversidade sob o prisma da deficiência não é apenas necessário, mas também essencial com vista a uma sociedade sempre em evolução, mas justa, inclusiva e equitativa.

1.2. CONCEITOS E TIPOS DE DEFICIÊNCIA

O termo deficiência é utilizado para definir a ausência ou a disfunção de uma estrutura psíquica, fisiológica ou anatómica (Organização Mundial de Saúde, 2011). Estas deficiências podem ser congénitas (nascem com a pessoa) ou adquiridas, podendo ainda agrupar-se em cinco tipos distintos:

- **Deficiência Visual:** consiste na perda ou redução da capacidade visual em um ou ambos os olhos, com caráter definitivo, não sendo suscetível de melhoria ou correção através do uso de lentes e/ou tratamento clínico ou cirúrgico. Entre os deficientes visuais, podemos ainda distinguir as pessoas com cegueira e as pessoas com baixa visão, também designados como amblíopes;
- **Deficiência Auditiva:** comumente conhecida como surdez, a deficiência auditiva consiste na perda parcial ou total da capacidade de ouvir. É considerada surda toda a pessoa cuja audição não é funcional no dia-a-dia, e considerado parcialmente surda todas aquelas cuja capacidade de ouvir, ainda que não plena, seja funcional com ou sem prótese auditiva;
- **Deficiência Mental:** refere-se a uma interrupção ou desenvolvimento incompleto do funcionamento mental, havendo alterações das faculdades que

determinam o nível global de inteligência (funções cognitivas, linguagem, motricidade e capacidades sociais);

- **Deficiência Física:** é uma disfunção física ou motora que poderá ser de carácter congénito ou adquirido. Considera-se deficiente motor todo o indivíduo que ao nível dos membros superiores ou inferiores, possua um grau igual ou superior a 60% de incapacidade segundo a tabela nacional de incapacidades que vigora em Portugal;
- **Deficiência Múltipla ou Multideficiência:** corresponde à existência de comprometimento ao nível da cognição e da comunicação. Implica um conjunto de duas ou mais incapacidades ou défices de ordem física, psíquica ou sensorial.

Apesar das definições acima descritas, a deficiência é um conceito em constante evolução e de carácter multidimensional. Uma vez que esta é considerada como um constructo social, os seus conceitos e perspetivas não têm sido consensuais ao longo dos tempos, pese embora partilharem alguns pontos centrais como os explicitados nos conceitos acima.

1.3A CONVENÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Em maio de 2008 teve início a vigência a nível internacional da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), apresentada em Nova Iorque pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2006. Em Portugal, este tratado foi assinado pelo governo português em março de 2007, entrando assim posteriormente em vigor, à semelhança dos restantes países aderentes.

Segundo o Artigo 1.º da CDPD, o seu objetivo é o de “promover, proteger e garantir o pleno e igual gozo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente” (Organização das Nações Unidas, 2006). O seu propósito é, assim, o de garantir o reconhecimento, a

proteção e a promoção dos direitos humanos das pessoas com deficiência em igualdade de oportunidades e não discriminação com as demais pessoas (Sousa, 2017).

A Convenção não define o conceito de deficiência ou de pessoa com deficiência, uma vez que reconhece que este é um conceito em evolução. Por conseguinte, apresenta antes um conceito amplo de deficiência no qual são consideradas pessoas com deficiência todas aquelas que possuem “incapacidades duradouras físicas, mentais, intelectuais ou sensoriais, que em interação com várias barreiras podem impedir a sua plena e efetiva participação na sociedade em condições de igualdade com os outros” (ONU, 2006).

Os seus princípios gerais resumem-se de acordo com o Artigo 3.º da CDPD em:

- Respeito pela dignidade inerente, autonomia individual, incluindo a liberdade de fazerem as suas próprias escolhas, e independência das pessoas;
- Não discriminação;
- Participação e inclusão efetiva na sociedade;
- O respeito pela diferença e aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana e humanidade;
- Igualdade de oportunidades;
- Acessibilidade;
- Igualdade entre homens e mulheres;
- Respeito pela capacidade desenvolvimento das crianças com deficiência e respeito pelo direito das crianças com deficiência a preservarem as suas identidades.

O surgimento desta Convenção tratou-se, portanto, de um passo importante no sistema internacional de proteção dos direitos humanos, resultado de décadas de trabalho com vista “à mudança de atitudes e abordagens face às pessoas com deficiência, deslocando-as de uma visão assistencialista e medicalizada para uma nova perspetiva assente no reconhecimento dos seus direitos humanos e plena cidadania” (Pinto & Pinto, 2019).

1.5 CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE FUNCIONALIDADE, INCAPACIDADE E SAÚDE

A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde, comumente conhecida como CIF, é uma das classificações internacionais desenvolvidas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para aplicação em diversos aspetos da saúde e que constituem uma ferramenta valiosa para a descrição e comparação da saúde das populações num contexto internacional (Organização Mundial de Saúde, 2004).

Esta classificação engloba todos os aspetos da saúde humana e alguns componentes relevantes para a saúde relacionados com o bem-estar e descreve-os em termos de domínios de saúde e domínios relacionados com a saúde (Organização Mundial de Saúde, 2004), sendo de aplicação universal, o que significa que é aplicável a todas as pessoas e não apenas a pessoas com incapacidades, como é por vezes erradamente considerado.

Neste sentido, segundo a OMS (2004), os objetivos desta classificação encontram-se interligados e podem resumir-se a:

- Proporcionar uma base científica para a compreensão e o estudo dos determinantes da saúde, dos resultados e das condições relacionadas com a saúde;
- Estabelecer uma linguagem comum para a descrição da saúde e dos estados relacionados com a saúde, para melhorar a comunicação entre diferentes utilizadores, tais como, profissionais de saúde, investigadores, políticos e decisores e o público, incluindo pessoas com incapacidades;
- Permitir a comparação de dados entre países, entre disciplinas relacionadas com os cuidados de saúde, entre serviços, e em diferentes momentos ao longo do tempo;
- Proporcionar um esquema de codificação para sistemas de informação de saúde.

Em suma, a CIF permite descrever situações relacionadas com a funcionalidade do ser humano e as suas restrições e serve como enquadramento para organizar esta informação, estruturando-a de forma útil, integrada e acessível, relacionando para tal diversos fatores e nos mais variados domínios.

1.5 A DEFICIÊNCIA EM PORTUGAL: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO ATUAL

Em Portugal, de acordo com os Censos 2011, estima-se que cerca de 11% das pessoas manifestam algum tipo de limitação física, intelectual ou sensorial que as inibem de uma participação nas diversas dimensões da vida e da cidadania em iguais circunstâncias com as demais (INR, I.P., 2019). É importante referir que todas as pessoas têm características próprias que as distinguem entre si, sendo a diferença uma característica das pessoas e, logo, das sociedades humanas. O reconhecimento de que todas as pessoas são iguais em direitos, mas consideradas e respeitadas nas suas diferenças, é uma condição das sociedades inclusivas, livres e democráticas. Deste modo, cabe à sociedade em geral e aos poderes públicos, em particular, criar, manter e desenvolver condições para a participação e desenvolvimento de todos os cidadãos de forma igualitária, inclusiva e não discriminatória. Como tal, as pessoas portadoras de deficiência ou incapacidade têm direito a vários benefícios e respostas de apoio que promovam a sua autonomia e cidadania plenas.

Não obstante, não só de avanços se fizeram os últimos anos no que respeita à situação das pessoas com deficiência em Portugal. Embora estudos recentes com base na última década, como, por exemplo, os levados a cabo pelo Observatório da Deficiência e Direitos Humanos do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade de Lisboa demonstrem avanços em variados âmbitos, os seus resultados também traduzem retrocessos ou mesmo estagnações.

No âmbito da Educação, segundo o relatório de 2019 intitulado “Pessoas com Deficiência em Portugal: Indicadores de Direitos Humanos 2019”, redigido no seguimento dos estudos suprarreferidos, verificou-se um resultado no geral positivo, com um aumento do número de estudantes com deficiência no ensino regular público em todos os níveis de ensino. Contudo, o apoio especializado e o panorama e serviços de apoio disponibilizados a estes estudantes não acompanhou esse aumento de forma proporcional (Pinto & Pinto, 2019).

Já no âmbito da Proteção Social e da Vida Independente, foram recentemente introduzidas novas medidas, como a Prestação Social para a Inclusão e o Modelo de Apoio à Vida

Independente, tendo-se também verificado um aumento de equipamentos e de vagas nas respostas sociais convencionais (Pinto & Pinto, 2019).

Por fim, também no âmbito do Emprego se verificaram mudanças nos últimos dez anos, mas neste o balanço é menos positivo, com o número de desempregados com deficiência registados nos Centros de Empregos a aumentar 41% (Pinto & Pinto, 2019), traduzindo-se desta forma as dificuldades acrescidas vividas pelas pessoas com deficiência, nomeadamente no que se refere às barreiras arquitetónicas e não só, presentes nos locais de trabalho.

Ainda assim, é possível afirmar-se que a situação das pessoas com deficiência em Portugal, tem apresentando uma evolução relativamente positiva, pese embora o crescimento exponencial verificado das queixas por discriminação, o qual traduz uma maior consciência por parte das pessoas com deficiência e da sua rede acerca dos seus direitos e dos mecanismos legais ao seu dispor para os fazer valer. Este crescimento constitui um sinal indelével do novo tempo, e um fator decisivo para impulsionar as, ainda necessárias, mudanças futuras (Pinto & Pinto, 2019).

2. INCLUSÃO SOCIAL NA DEFICIÊNCIA: CONCEITOS, PARADIGMAS E CONTRIBUTOS DAS ASSOCIAÇÕES HUMANITÁRIAS MOVIMENTOS ASSOCIATIVOS

Na continuação da explicitação do tema em estudo, importa tratar de forma mais aprofundada o conceito de inclusão, este que é de suma importância quando falamos da deficiência e do que esta implica. Na atualidade, a inclusão é não só um conceito que deve ser tido em conta e pensado, nos mais variados âmbitos, mas também um conceito que se encontra em destaque na discussão acerca do tema da deficiência. Como tal, enquanto ponto central da temática em estudo, procede-se, de seguida, à explicitação do conceito de inclusão e dos paradigmas existentes ao longo do tempo com este estreitamente ligados, não sem antes se iniciar este ponto com uma breve explicação acerca do conceito de paradigma.

2.1 DA EXCLUSÃO À INCLUSÃO: CONCEITOS E PARADIGMAS

O conceito de paradigma caracteriza-se como um modelo, definido por Kuhn (1970, p. 13) como “(...) as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”. Desta forma, o paradigma é considerado mais do que uma teoria, servindo como um padrão que permite explicar aspetos da realidade.

No que respeita ao tema em estudo, pode dizer-se que a trajetória do indivíduo com deficiência tem sido sobejamente marcada por preconceitos e lutas pelos seus direitos, de acordo com cada cultura dentro das sociedades. Por outras palavras, a visão da deficiência e das pessoas com deficiência varia não apenas consoante os contextos histórico e social, mas também consoante o contexto cultural em que se inserem.

Neste sentido, também as perspetivas filosóficas sobre o tema têm sofrido alterações ao longo do tempo, tendo surgido diferentes paradigmas que as pretendiam explicar. Assim,

destacam-se quatro paradigmas que tentam explicitar esta evolução segundo Sasaki (2012): 1) Exclusão; 2) Institucionalização/Segregação; 3) Integração e 4) Inclusão.

- O PARADIGMA DA EXCLUSÃO – REJEIÇÃO SOCIAL: Este paradigma é composto por vários momentos, uma vez que durou desde a Antiguidade até ao século XIX.

De acordo com Fonseca (2000, p. 482), “na Antiguidade remota e, entre os povos primitivos, o tratamento destinado aos portadores de deficiência assumiu dois aspetos básicos: alguns exterminavam-nos por considerá-los um grave empecilho à sobrevivência do grupo, outros, protegiam-nos e sustentavam-nos em busca da simpatia dos deuses, ou como gratidão pelos esforços dos que se mutilavam na guerra”.

Na Idade Média, devido à influência do Cristianismo, foi adotada, maioritariamente, uma visão de amparo aos doentes e deficientes. Esta filosofia derivada dos ideais cristão colocou assim as pessoas com deficiência entre os alvos de caridade.

Neste contexto, ao somarmos as pessoas com deficiência, com alvos de caridade e com a exclusão social, o resultado é a formação das práticas “asilares”, ou seja, as pessoas são isoladas em locais específicos que se destinam apenas a pessoas “não normais”. Assim, além do isolamento físico ou espacial, quando estas eram colocadas em locais à parte; pode observar-se ainda o isolamento social, quando estas não eram consideradas membros dignos de participação plena na sociedade, o que ajudou a “preparar” os paradigmas que lhe seguiram. Desta forma, podemos dizer, sem margem para dúvidas, que a longa duração deste paradigma e forma de tratamento (exclusão), deixou marcas que se prolongaram por muito tempo ao longo da história.

Já no século XIV, com o Renascimento, e posterior início da Idade Moderna (século XV em diante), a deficiência passa a ser analisada sob o ponto de vista médico e científico, no contexto geral das deficiências.

Contudo, foi progressivamente sendo percebido que as pessoas com deficiência poderiam ser incluídas na sociedade “normal” e realizar atividades profissionais, o que nos leva ao início do século XX.

- O PARADIGMA DA SEGREGAÇÃO/INSTITUCIONALIZAÇÃO – ASSISTENCIALISMO: O segundo paradigma tem início no século XIX e prolonga-se até ao início do século XX, estando associado à enfermidade. Durante este paradigma a

ideia do isolamento fortaleceu-se e foram criados locais específicos para o dito isolamento. A partir de 1910, estes lugares começaram a tornar-se instituições oficiais onde as pessoas eram institucionalizadas. Observa-se então que a sociedade desenvolveu formas organizadas de lidar com as pessoas com deficiência, ainda que em moldes semelhantes ao isolamento, uma vez que a pessoa com deficiência era institucionalizada para toda a vida. Diferente desta completa exclusão, o modelo social do paradigma da segregação/institucionalização era o assistencialismo – prática de prestar assistência e de dar auxílio. A assistência recebida era bastante incipiente, sendo por vezes precária.

A mudança ocorre quando o Positivismo ganha destaque. Os positivistas consideravam as pessoas excluídas nos asilos como pessoas que geram custos para o Estado, dado que eram direcionados recursos deste para essas instituições. Ocorre então uma mudança da ideia de que as pessoas com deficiência necessitam de ser objeto de caridade, para a ideia de que estas precisam de ser cuidadas, de modo a serem integradas na cadeia produtiva e participem nas trocas sociais. Segundo o positivismo, era um “desperdício” essas pessoas não contribuírem com a produção.

Neste contexto, consolida-se também a noção de patologia, e a deficiência passa a receber a classificação médica, estando incluída na Classificação Internacional de Doenças (CID). A deficiência passa assim a ser entendida como uma anomalia da natureza, como algo que não é natural ou normal.

Ocorre então a reconfiguração das institucionalizações. Da intervenção de cuidado no momento histórico anterior, no século XIX, as pessoas com deficiência passam por intervenções sócio científicas. Os corpos considerados “desviantes” ou “defeituosos”, passam então a ser estudados, na busca de formas de os “consertar” para que estes se encaixem nos padrões de normalização da sociedade, uma vez que para os positivistas, a máxima produção de uma sociedade está diretamente relacionada a um sujeito ideal, do qual todas as pessoas se devem aproximar.

- O PARADIGMA DA INTEGRAÇÃO – MODELO MÉDICO DA DEFICIÊNCIA: O terceiro paradigma é a integração e surge no início dos anos 40. Neste período, nasce o paradigma de serviços, um modelo citado por Sassaki em 2012, marcado pela luta contra a não segregação total por parte dos pais e familiares das pessoas com deficiência. Desta forma, passou a procurar-se a integração das pessoas com deficiência, que, depois de

capacitadas, habilitadas ou reabilitadas em instituições especializadas, eram encaminhadas para as escolas regulares. Assim, os movimentos em prol da integração das crianças surgem quando se questionavam as práticas segregadoras.

Para Sasaki (1997), a integração social é baseada num modelo médico da deficiência, no qual os deficientes necessitam de ser tratados e reabilitados para que possam ser integrados na sociedade. Deste modo, a ideia da integração surgiu como uma resposta ao paradigma da exclusão, sendo os deficientes submetidos a práticas de exclusão enquanto processo de segregação desta prática.

Contudo, o grande problema deste paradigma, era que o indivíduo é que teria de se adaptar à nova realidade. Mas, não havia preparação ou formação dos profissionais da educação para recebê-los, e muito menos para mediar a educação dos alunos integrados.

- O PARADIGMA DA INCLUSÃO (MODELO SOCIAL DA DEFICIÊNCIA): Por fim, o quarto e último paradigma é o da Inclusão. Matos e Mendes (2014), consideram que o movimento pela inclusão surgiu nos Estados Unidos, partindo da reflexão sobre a necessidade de se questionar o atendimento às pessoas com deficiência. Neste sentido, o mercado começa a perceber a pessoa com deficiência enquanto consumidora, como um nicho de mercado, avançando-se assim para a compreensão de que o problema não está na pessoa com deficiência, mas sim no ambiente que apresenta barreiras de acesso. Assim, o problema deixa de estar na pessoa com deficiência, que não necessita de ser consertada, e passa a estar na sociedade, nas barreiras que impedem o acesso da pessoa com deficiência a ambientes comuns. Desta forma, os impedimentos que as pessoas com deficiência podem enfrentar são derivados da relação entre a deficiência e as barreiras existentes no ambiente e na sociedade. As pessoas com deficiência são impedidas de participar de forma plena na sociedade devido às barreiras que se encontram na arquitetura das ruas e dos edifícios, na comunicação e atitude das pessoas, nos transportes, nas metodologias de ensino e de trabalho. Em suma, a fonte de dificuldades são as barreiras que se encontram na sociedade, portanto, é a sociedade que se deve adequar às pessoas com deficiência, e não o contrário.

Como se pode verificar através da trajetória e evolução paradigmática da deficiência e da visão da pessoa com deficiência, o paradigma atualmente expressivo é efetivamente o paradigma inclusivo, o qual tem sido sobejamente debatido e promovido. A inclusão é,

portanto, “o caminho”, um dos objetivos a atingir enquanto sociedade, que se quer de todos e para todos.

2.2 INCLUSÃO SOCIAL, DIREITOS HUMANOS E DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A inclusão é um movimento educacional, mas também social e político que visa defender o direito de todos os indivíduos participarem, de forma consciente e responsável, na sociedade de que fazem parte, e de serem aceites e respeitados naquilo que os diferencia dos outros (Freire, 2008). Esta confere-se como um direito fundamental, na medida em que é uma questão de direitos, não só das pessoas com deficiência, mas de todos, sendo por isso, primeiramente, uma questão de direitos humanos. Nesta medida, pode dizer-se que, para uma sociedade ser efetivamente inclusiva, os direitos humanos devem ser impreterivelmente respeitados no seu todo, abrangendo assim todos os indivíduos, de entre eles as pessoas com deficiência. Com vista à consecução desta “sociedade para todos”, são já visíveis os esforços legislativos, organizacionais e estruturais, assim como se podem observar nesse sentido os respetivos progressos. Não obstante, persistem ainda algumas barreiras que dificultam o desenvolvimento de uma sociedade inclusiva, e que esbarram com os próprios direitos humanos.

2.3 OS MOVIMENTOS ASSOCIATIVOS DE DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: PAPÉIS E CONTRIBUTOS PARA O PARADIGMA INCLUSIVO EM PORTUGAL

Na maioria das organizações humanitárias independentes, existe um relato fundador que permite colocar em evidência o encontro entre interventores (em sentido amplo) e uma determinada população ou grupo cujas condições ou situação de vida pareçam injustas ou intoleráveis (Ferreira & Schuch, 2010).

As associações ou grupos de defesa dos direitos das pessoas com deficiência, em Portugal, não são diferentes, inserindo-se neste conceito, sendo parte importante na promoção da inclusão do indivíduo com deficiência e do respetivo paradigma inclusivo; articulando,

na grande maioria das vezes, por um lado, um posicionamento ético, e, por outro lado, um posicionamento pessoal. A sua atuação mostra-se cada vez mais útil e concertada, indo para além da luta simbólica e do “dar voz” aos indivíduos com deficiência, na medida em que estas recorrem não só a práticas promotoras da inclusão e de transformações sociais e institucionais no que respeita à deficiência, mas também a práticas mediadoras, entre as pessoas com deficiência e as instituições, estatais, públicas ou privadas, tentando através da sua atuação romper com as representações negativas associadas à deficiência. Estas associações têm surgido ao longo dos tempos, adquirindo especial expressão em Portugal nos últimos anos, onde têm tido cada vez mais voz e maior relevância, na medida em que têm não só criado projetos inovadores e atividades de sensibilização que promovem a inclusão, mas também apresentado projetos lei ao Governo, prestado informação e agilizado processos de diverso cariz a pessoas com deficiência, e, ainda, têm cada vez mais tido um papel mediador entre particulares, particulares e o Estado, e entre particulares e entidades públicas e privadas.

Como referem Ferreira & Schuch (2010, p. 63), “a responsabilidade é construída na experiência e no encontro dos sujeitos concretos, na experiência direta de situações vividas por esses sujeitos, fazendo da figura da vulnerabilidade o lugar da incorporação de uma ética da responsabilidade”, considerando assim, as autoras, que é “no ato do encontro, na emoção que ele suscita – uma emoção que vai da indignação à compaixão distanciada da caridade -, que se origina a responsabilidade” (Ferreira & Schuch, 2010, p. 63). É, ainda, um “sentir-se afetado pelo outro”, procurando um meio para agir nesse espaço de encontro e de inquietude (Ferreira & Schuch, 2010, p. 64). As formas de atuação destas associações são, portanto, diversas, e inserem-se essencialmente num quadro promotor da aceitação da diferença, de sensibilização, e da procura pela eliminação das diversas barreiras existentes à participação efetiva das pessoas com deficiência na sociedade, procurando, para tal, a responsabilização e cooperação de toda a sociedade.

3. MEDIAÇÃO, INTERVENÇÃO SOCIAL E O PARADIGMA INCLUSIVO

Tendo em conta o objeto em estudo e o trabalho efetuado até aqui, existe a necessidade de apresentar uma breve reflexão acerca dos conceitos de mediação e de intervenção social, relacionando-os, em específico, com o conceito de inclusão e o respetivo paradigma inclusivo.

Os profissionais da Mediação e da Intervenção Social têm em comum as relações com o público assim como as relações entre parceiros (Dubechot, Le Quéau, & Messu, 2000, p. 154), sendo que a sua intervenção não é de fácil delimitação, pois algumas das suas formas de atuação se cruzam e “misturam” entre si.

No que concerne ao paradigma inclusivo, o mediador e o interventor social mostram-se atores de suma importância, na medida em que a trajetória da pessoa com deficiência tem sido também ela marcada por diversas tensões, especialmente no âmbito das acessibilidades, onde normalmente são vividas situações de discriminação devido à existência de barreiras, que colocam em causa a autonomia, bem-estar e inclusão dos indivíduos.

Quando falamos em intervenção social, é fundamental abordarmos o conceito e o processo de mediação. Normalmente, subentende-se que a mediação pressupõe uma formação de cariz académico-profissional, mas, na realidade, a mediação acontece com recurso a mediadores com os mais variados níveis de instrução e formação. Especificamente no caso das pessoas com deficiência, a maioria dos mediadores são eles próprios originários deste “grupo minoritário”. São elas próprias, que ao se organizarem em associações, grupos de “trabalho”, etc., acabam por possuir um papel de cariz mediador, reivindicando os seus direitos.

É consensual entre diversos autores, a crescente importância da mediação em diversos domínios.

Mas, o que é a mediação e como acontece? Para Jares (2002), no processo de mediação a relação deixa de acontecer entre duas partes, passando a ser uma relação a três partes, sendo o terceiro interveniente o mediador. Por conseguinte, a mediação é pelo autor

entendida como um processo de caráter educativo, uma vez que, não tendo o mediador qualquer poder de decisão, cabe às partes em conflito ter o controlo do processo, estando “à frente” da situação e da respetiva resolução, sendo então os litigantes a “trabalhar”, pensar e dialogar, de forma a chegar a um consenso. Processo, no entanto, facilitado e dinamizado pelo mediador. Por este motivo, a mediação é considerada por Jares (2002) como um processo ativo, na medida em que as partes em conflito mantêm a sua capacidade de atuação e de aprendizagem, de forma a obter um acordo que vá de encontro à satisfação das suas reivindicações, cabendo assim ao mediador incitar ao diálogo e mediá-lo com vista a um resultado positivo. Como refere Torremorell (2008, pp. 8-11), a mediação “pressupõe um pequeno empurrão na direção da desejada coesão social”, sendo entendida pela autora como um recurso que sempre existiu, utilizado para enfrentar situações conflituosas próprias da vida normal. A autora, assume ainda a mediação como “um processo iminente inclusivo no qual o mediador faz o esforço de se manter independente, ao mesmo tempo que mostra empatia” (2008, p. 26). A mediação acontece de múltiplas maneiras e numa multiplicidade de contextos e situações, sendo o papel da figura mediadora também ele dinâmico. O mediador é ele próprio também um educador, uma terceira personagem que procura “estabelecer uma ponte entre um ser atual e em devir e uma envolvente” (Capul & Lemay, 2003) que deve contribuir para um processo de evolução. Para Capul e Lemay (2003), a mediação é “a arte do “entre-dois””, ou, como considera F. Tosquelles (citado por Capul e Lemay), é “pôr-se no meio” (2003). Ainda de acordo com estes autores, a mediação é essencial numa situação coletiva (Capul & Lemay, 2003), na medida em que, é devido à presença de um terceiro elemento/interventor, que um grupo pode “fazer emergir mensagens confusas, deformadas ou reservadas, que, enquanto não são dadas a conhecer, constituem barreiras intransponíveis para qualquer outra forma de diálogo. A arte do mediador consiste então em pressentir estes não-ditos e em garantir pela sua própria presença que um espaço de palavras possa ser construído, espaço este nem muito vazio, nem muito obstruído, para que os protagonistas osem participar dele” (Capul & Lemay, 2003).

Em suma, a mediação é um processo dinâmico, ativo e de aprendizagem mútua, com caráter preventivo, e que fomenta a comunicação e a capacidade de as partes, em conjunto “se encontrarem”, transformarem e chegarem a um resultado positivo para ambas.

No que respeita ao âmbito da deficiência, não é diferente. Também neste se faz necessário o uso da mediação, cuja importância e práticas se demonstram nos pontos seguintes.

3.1 A MEDIAÇÃO COMO INSTRUMENTO DA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: PRÁTICAS MEDIADORAS E OBJETIVOS DOS MOVIMENTOS ASSOCIATIVOS

Vivemos hoje numa sociedade na qual existe a necessidade de cada indivíduo ter consciência da sua incompletude e da potencialidade de enriquecimento que existe com a interação com os outros. Para o fazermos e viver em sociedade, não basta a apenas essa consciência e a ideia de uma maior abertura e tolerância para com o outro e o “diferente”. É necessário, também, que se dê uma comunicação intercultural, que conduza à compreensão do outro e que vá para além da tolerância, que por si só, não basta. Desta forma, conviver implica que se saiba comunicar. Não obstante, muitas vezes, na comunicação, os estereótipos sociais tornam-se obstáculos ao entendimento dos outros. Todos somos seres vulneráveis, dependentes, inacabados e com necessidades múltiplas. Ainda assim, genericamente, temos tendência para olhar as pessoas com deficiência como vulneráveis e marginalizá-las, como se fossemos seres superiores, esquecendo-nos das nossas próprias limitações. Por esse motivo, pois os preconceitos dificultam a intercompreensão, é fundamental que exista um processo de mediação, que ajude a facilitar a comunicação através do domínio dos códigos cujo desconhecimento leva à incompreensão, estranheza e conflito. Portanto, para comunicar é necessário saber ouvir, entender, e saber quando e como falar para que os outros nos entendam e nós os entendamos. Implica, assim, um rol de competências sociais e interculturais que podem, e devem, quando necessário, ser mediadas.

O mediador surge, assim, quando é necessária uma “tradução”, fomentando a intercompreensão e a interculturalidade comunicativa. De forma sucinta, portanto, a figura mediadora funcionará como tradutora e facilitadora da comunicação, que procurará formas de convivência que não gerem conflitos sociais e permitam a efetiva (com)vivência, tendo por isso um papel fundamental na gestão e resolução de conflitos de entendimento, de decisão, de opção, entre outros.

É desta forma necessário que sejam criadas pontes através da mediação, implicando que exista uma transformação das partes envolvidas com vista à coesão social e onde o

mediador funciona como intermediário dos processos de mediação, cuja vai para além da simples “resolução de conflitos” e tensões, na medida em que no processo de mediação é privilegiada a inclusão e voz ativa de todos os intervenientes, restituindo desta forma laços sociais de forma a fomentar a coesão social. Porém, o que se pretende com a mediação não é, de nenhuma forma, que as partes percam a sua identidade e particularidades intrínsecas; o que se pretende é que estas se transformem e comuniquem entre si de forma que exista uma intercompreensão para que se atenuem as tensões e se restabeleçam laços para uma melhor convivência.

No âmbito da inclusão, e, no caso em estudo, na inclusão dos indivíduos com deficiência, a mediação e a figura mediadora sob a forma de associações, grupos, etc., tem, como tal, um papel fundamental enquanto instrumento da desejada inclusão.

São diversas as situações que carecem de mediação no âmbito da deficiência e da inclusão, destacando-se, entre estas, as situações relacionadas com discriminação direta ou indireta por diversos motivos. De entre estas destacam-se as situações relacionadas com problemas de acessibilidade (existência de barreiras arquitetónicas, de falta de meios de comunicação alternativos em locais públicos, etc.). Nestes casos, o processo de mediação acontece, muitas vezes, de forma subtil, através de projetos e atividades de sensibilização da sociedade para a deficiência, de forma a, primeiramente, serem ultrapassados estereótipos e preconceitos alimentados e preconcebidos pelo senso comum enraizado na sociedade. E, muitas vezes, só após essa sensibilização para o assunto, é que estas associações ou grupos conseguem a partir daí, mediar de forma mais concertada em cada situação específica que lhes é apresentada. Naturalmente, o senso comum, já referido, é nestes casos um potencial obstáculo à transformação da sociedade, na medida em que os indivíduos acabam por considerar aquilo que “sabem” desde sempre, como verdades incontestáveis.

De forma geral, o senso comum refere-se ao nível mais básico de conhecimento que é constituído na nossa vida quotidiana, baseando-se em observações ingénuas da realidade e que está diretamente relacionado à resolução de problemas práticos presentes no dia-a-dia. É o tipo de conhecimento encontrado em experiências subjetivas e que se adquire de forma espontânea, através de experiências de socialização entre indivíduos, sendo esta uma das formas mais evidentes da influência da tradição e ideais de gerações anteriores. O senso comum é, desta forma, um conjunto de conhecimentos e crenças partilhados por

uma comunidade e considerados prudentes, lógicos e válidos. Trata-se da capacidade natural de julgar os acontecimentos e os eventos de forma razoável, resultante de impressões e interpretações pessoais, não sujeito a análise rigorosa e, conseqüentemente, revestido de elevadas componentes de afetividade.

A dinâmica do senso comum implica conhecer as qualidades captadas pelos sentidos externos e compará-las de acordo com experiências anteriores, processo que configura a percepção. É, no entanto, um saber limitado e com alguns pontos menos positivos, na medida em que é um tipo de conhecimento essencial para que o indivíduo se oriente na vida em sociedade, mas, que pode levar ao prolongamento de crenças ou opiniões incorretas, com "meias-verdades", ou até preconceituosas, que apenas poderão ser ultrapassadas ou corrigidas recorrendo ao conhecimento científico.

4. O PARADIGMA INCLUSIVO NO QUADRO LEGAL E POLÍTICO PORTUGUÊS

A República Portuguesa define-se, no artigo 2.º da sua Constituição, como “um Estado de direito democrático, baseado na soberania popular, no pluralismo de expressão e organização política democráticas, no respeito e na garantia de efetivação dos direitos e liberdades fundamentais e na separação e interdependência dos poderes, visando a realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa”.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), da qual já falámos num ponto anterior, pressupõe a proibição de toda e qualquer discriminação baseada na deficiência, garantindo ainda às pessoas com deficiência, proteção contra qualquer forma de discriminação (Artigo 5.º), sendo que, ao abrigo do mesmo artigo, não são consideradas medidas discriminatórias aquelas que forem consideradas “necessárias para acelerar ou alcançar a igualdade de facto das pessoas com deficiência”.

A não-discriminação é contemplada nesta Convenção também como um princípio geral (Artigo 3.º), devendo por esse motivo considerar-se como orientadora na aplicação das restantes normas. Também na Constituição da República Portuguesa (CRP) se encontra consagrado o direito à não discriminação, desde 1976. Do mesmo modo, de acordo com a Lei n.º 38/2004 de 18 de agosto e a Lei n.º 46/2006 de 28 de agosto, são proibidas quaisquer formas diretas e indiretas de discriminação com base na deficiência.

O quadro legal português enquadra ainda algumas medidas de discriminação positiva, tais como o direito ao atendimento prioritário das pessoas com deficiência em todos os serviços públicos e privados que prestem atendimento presencial, reconhecido pelo Decreto-Lei n.º 58/2016. De destacar, também, o regime de acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios de habitação, enquadrado pelo Decreto-Lei n.º 163/2006, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 125/2017, que redefiniu as competências de fiscalização de acessibilidades, tendo estas sido atribuídas ao Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P. Ainda no âmbito da acessibilidade, foi publicado em 2018 o Decreto-Lei n.º 83/2018, que regula os requisitos de acessibilidade dos websites e das aplicações móveis de organismos públicos, transpondo a diretiva europeia sobre

esta matéria, e alargando o espectro das obrigações no domínio da acessibilidade a áreas fundamentais para a inclusão e não-discriminação das pessoas com deficiência (Pinto & Pinto, 2019, p. 12).

Não obstante, durante anos foram sendo criados padrões normativos que excluía aqueles que destes se desviavam.

Sendo dever do Estado garantir os direitos humanos, este, durante muito tempo, fez uso de políticas sociais assistencialistas, instaurando uma relação de dependência, que marginalizava e excluía, ainda que não de forma intencional, embora reconhecida. O Estado, enquanto exclui, reconhece essa exclusão e quando faz uso de políticas assistencialistas perpetua-a e legitima-a, verificando-se ser necessário uma “passagem de uma sociedade da indemnização para uma sociedade da inserção, em que a equidade, em termos de oportunidades, toma o lugar da igualdade formal” (Carvalho, 2012, p.32). Esta excessiva desigualdade constitui-se um problema de difícil resolução, que em certos casos se arrisca a alienar do regime uma parte substancial da população (Silva, Vieira, & Cabaço, 2013). Urge, por isso, que o Estado, a par da sociedade civil e das organizações e associações com interesse na matéria, procure em conjunto delinear medidas e formas de ação promotoras da inclusão, da igualdade e equidade, não só no que se refere ao âmbito da deficiência, mas também de forma geral. Nessa medida, mostra-se importante não apenas a criação “indiscriminada” de políticas e medidas, mas também a promoção e sensibilização para a sua efetiva aplicação na prática.

PARTE II – METODOLOGIA

5. CONTEXTUALIZAÇÃO EMPÍRICA

Uma metodologia adequada aos objetivos e tipo de investigação em curso é ponto essencial para a sua elaboração e compreensão. Como tal, considera-se importante contextualizar empiricamente a metodologia a utilizar no presente estudo, não sem antes explicitar os objetivos do mesmo.

5.1 OBJETIVOS DO ESTUDO

O termo “objetivo”, em sentido genérico, traduz uma pretensão e uma intencionalidade – finalidades sempre propostas quando se deseja procurar, descobrir e realizar qualquer ação.

No sentido de delimitar o foco principal de qualquer investigação, induz-se que no momento em que o investigador se propõe a realizá-la, já terá os seus objetivos definidos. Nesse sentido, torna-se imprescindível compreender que todas as ações no decorrer de um estudo se mantêm estreitamente interligadas. Por outras palavras, uma ação é a continuação de outra e assim sucessivamente.

Assim, na escolha do presente estudo foram desde logo definidos os seus objetivos, com vista a delimitá-lo, e que se traduzem nos seguintes:

Objetivo Geral:

- analisar e compreender o papel mediador dos movimentos associativos da área da deficiência na promoção do paradigma inclusivo.

Objetivos Específicos:

- analisar e compreender os papéis e formas de atuação das associações ou grupos de defesa das pessoas com deficiência;
- analisar e compreender a relação entre as associações, a sociedade e o Estado;
- analisar e compreender o impacto das associações na defesa e promoção do paradigma inclusivo, do ponto de vista destas e da população em geral.

5.2 O PARADIGMA QUALITATIVO-INTERPRETATIVO

No sentido de permitir um melhor enquadramento da metodologia escolhida, é pertinente clarificar o tipo de paradigma sob o qual esta assenta.

Propor uma investigação pressupõe que algo é investigado e que existe uma intencionalidade de quem investiga, assim como um conjunto de metodologias, métodos e técnicas (Coutinho, 2014). Assim, de acordo com Coutinho (2014), “a investigação é uma atividade de natureza cognitiva que consiste num processo sistemático, flexível e objetivo de indagação e que contribui para explicar e compreender os fenómenos sociais. É através da investigação que se reflete e problematizam os problemas nascidos na prática, que se suscita o debate e se edificam as ideias inovadoras”.

Nesta medida, a investigação em ciências sociais e humanas tem por base alguns paradigmas, sendo o paradigma qualitativo-interpretativo aquele que melhor se adequa ao presente estudo, uma vez que o que se pretende não é explicar a realidade, mas sim compreendê-la.

Como já referido noutro ponto, o conceito de paradigma foi definido por Kuhn (1970, p. 13) como um modelo que caracterizou como “(...) as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”, ou, por outras palavras, como “um conjunto de crenças, valores, técnicas partilhadas pelos membros de uma dada comunidade científica” (Kuhn, 1970). Desta forma, o paradigma é considerado mais do que uma teoria, servindo como um padrão que permite explicar aspetos da realidade.

A escolha de qual o paradigma investigativo a adotar num estudo pode considerar-se como não sendo uma escolha neutra. Por um lado, paradigma e problema, condicionam-se mutuamente, uma vez que estes devem estar “em sintonia”, estreitamente correlacionados. Por outro lado, essa escolha, assim como a escolha do problema a tratar, traduzem também a vivência, experiência e visão do investigador. Assim, a opção pelo paradigma qualitativo-interpretativo na presente investigação, deveu-se, não apenas ao interesse pela temática em si, mas também ao tipo de questões que se pretendem abordar, de cariz globalizante e compreensivo.

“Utilizamos a expressão investigação qualitativa como um termo genérico que agrupa diversas estratégias de investigação que partilham determinadas características. Os dados recolhidos são designados por qualitativos, o que significa ricos em pormenores descritivos relativamente a pessoas, locais e conversas, e de complexo tratamento estatístico. As questões a investigar não se estabelecem mediante a operacionalização de variáveis, sendo, outrossim, formuladas com o objetivo de investigar os fenómenos em toda a sua complexidade e em contexto natural” (Bogdan & Biklen, 1994, p. 16).

Este tipo de abordagem das questões sociais procura imiscuir-se no mundo pessoal dos sujeitos, “(...) para saber como interpretam as diversas situações e que significado tem para eles” (Latorre, Rincón, & Arnal, 1996), tentando “...compreender o mundo complexo do vivido desde o ponto de vista de quem vive” (Mertens, 1998, p. 11). Como refere Coutinho (2014), se a ação humana é intencional, há que interpretar e compreender os seus significados num dado contexto social. Nesse sentido, os métodos próprios das Ciências Naturais e que os Positivistas defendem, não conseguem estudar esses significados, pois não são mensuráveis nem suscetíveis de generalizar através de leis gerais e causais.

De forma sucinta, o paradigma qualitativo-interpretativo valoriza a explicação e compreensão holística das situações, o caráter complexo e essencialmente humano da atividade de interpretação do real e o papel privilegiado que nessa atividade toma o plano da intersubjetividade que resulta do encontro e interação entre múltiplos atores sociais, onde se inclui o investigador.

5.3 A ENTREVISTA COMO MÉTODO DE ESTUDO

Enquanto método de estudo, a entrevista é uma das técnicas mais utilizadas e que faz parte do processo de recolha de informação. Esta é uma técnica que faz essencialmente uso da comunicação verbal e que parte do encontro entre duas pessoas, – entrevistador, que interroga; e entrevistado, que é interrogado – com o objetivo de conhecer a sua opinião e pontos de vista acerca de determinados factos que lhe interessa estudar.

As entrevistas podem ser de três tipos: semiestruturadas, estruturadas ou abertas. Neste caso, um dos métodos de estudo aplicados é o da entrevista semiestruturada. De acordo

com Quivy e Campenhoudt (2005), este tipo de entrevista caracteriza-se por ter um guião pré-estabelecido, mas flexível, que serve como orientação ao entrevistador, de forma que este possa obter respostas, sem interpelar, mas sem perder o “fio condutor” da entrevista. Escolhida a tipologia de entrevista a utilizar, é de seguida elaborado um guião de entrevista, o qual foi uma importante orientação no seguimento das entrevistas desenvolvidas. Não obstante, o facto de este ser um instrumento de carácter flexível, oferece a possibilidade de se proceder a alterações no decorrer das entrevistas, permitindo assim a adequação e adaptação das questões, se necessário, conforme decorrem as entrevistas. Neste guião foram assim utilizadas questões do tipo “abertas”, que sucintamente, se podem caracterizar por serem perguntas nas quais não podemos prever as respostas, sendo estas livremente elaboradas pelos entrevistados. São por esse motivo questões ricas em informações, que poderão ser utilizadas de forma pertinente e estratégica.

Por fim, e através da análise posterior do conteúdo das entrevistas, pretendeu-se com estas entrevistas analisar e compreender os diversos posicionamentos e olhares dos entrevistados sobre o tema em estudo.

5.4 O INQUÉRITO COMO MÉTODO DE ESTUDO

O outro método utilizado no presente estudo foi o inquérito por questionário. Esta é uma técnica que passa por se perguntar a um grupo de pessoas a sua opinião relativamente a um tema específico, com vista a conhecer tendências ou a compreender melhor determinados fenómenos (Freimut, Punter, Biffel, & Ciolkowski, 2002). O questionário é, portanto, um instrumento de recolha sistemática de dados, de forma a dar resposta a um determinado problema. Baseia-se normalmente numa série de perguntas que são aplicadas a uma amostra do grupo que se pretende estudar. Os dados recolhidos são de fácil tratamento, uma vez que as respostas, em particular as fechadas, permitem uma fácil quantificação dos resultados e, conseqüentemente, a sua análise estatística é facilitada.

Apesar de parecer um processo simplificado, a utilização deste instrumento de recolha de informação pressupõe um trabalho mais complexo, que passa por três fases:

- 1) A planificação, na medida em que “a construção do questionário e a elaboração das questões constituem uma fase crucial do desenvolvimento de um inquérito como método de investigação. Quaisquer imprecisões, erros ou ambiguidades precisam de ser eliminadas antes da sua aplicação em campo, pois estas, por mínimas que sejam, exercerão impacto decisivo no total das operações posteriores em direção às conclusões” (Coutinho, 2014).
- 2) A execução, em que segundo a perspetiva de Almeida e Pinto (1995), a opção por um inquérito de administração direta exige a seleção e formação dos entrevistadores, enquanto com o questionário, que se destina a ser autoadministrado não devem descurar-se pormenores como o aspeto gráfico e as soluções mais eficazes de envio e devolução do mesmo.
- 3) O tratamento da informação, fase que inclui a análise e a apresentação dos resultados.

A utilização do inquérito por questionário tem como vantagens:

- A recolha de informações sobre um número significativo de indivíduos;
- A possibilidade de se fazer comparações precisas entre as respostas dos inquiridos;
- A facilidade de análise e sistematização dos resultados;
- O baixo custo.

Contudo, também apresenta algumas desvantagens:

- Os dados recolhidos podem ser superficiais;
- As respostas podem dizer respeito mais ao que as pessoas dizem que pensam do que ao que efetivamente pensam;
- A forma como é aplicado pode penalizar o curso da investigação, nomeadamente na possível interferência com o cronograma definido, por eventuais atrasos na reunião de uma quantidade significativa de respostas;
- A taxa de não-respostas ou de respostas pouco claras ou consistentes (no caso das perguntas abertas).

6. PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS

A análise de dados tem como finalidade interpretar os dados recolhidos, dando-lhes sentido, de forma que este possa ser partilhado de forma organizada e clara. Numa investigação qualitativa, como é o caso, a recolha de dados pode andar a par da análise de dados, na medida em que a análise, tal como refere Merriam (1988), tem o seu início logo na primeira entrevista ou na primeira observação.

Desta forma, são explicitados nos pontos seguintes os restantes procedimentos de análise de dados, nomeadamente no que respeita ao objeto e sujeitos do estudo, os instrumentos de recolha de dados utilizados, a forma como foram selecionados os participantes, e, finalmente, como foi efetuado o tratamento dos dados obtidos.

6.2 INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS

O inquérito por questionário e a entrevista são instrumentos de recolha de dados comumente utilizados na investigação em Ciências Sociais. O primeiro, é habitualmente utilizado em estudos que pretendem abordar um maior número de sujeitos, permitindo por isso quantificar os dados obtidos e fazerem-se inferências e generalizações. Já a entrevista, é revestida de carácter descritivo, permitindo a pormenorização das informações recolhidas.

De ressaltar que, tal como alguns autores referem (Carmo & Ferreira, 2015), a seleção das técnicas e dos instrumentos está diretamente relacionada com a natureza da investigação, pois dependem intrinsecamente dos objetivos do estudo, das questões e da situação concreta de investigação.

Nesta pesquisa, o primeiro instrumento de recolha de dados a ser elaborado e aplicado foi o inquérito por questionário, uma vez que pelo seu carácter dependente da voluntariedade dos participantes e a necessidade de obtenção de um número significativo de respostas, este seria sempre o instrumento que mais se estenderia no tempo a sua aplicação.

Assim, e conforme já referido anteriormente, o inquérito aplicado foi elaborado com vista à análise e compreensão das perspetivas de uma amostra aleatória e voluntária de

população com e sem deficiência, sobre o assunto em estudo, mais especificamente acerca dos movimentos associativos existentes e o seu papel mediador.

Numa primeira parte, foram agrupadas algumas questões com as quais se pretendia delinear o perfil dos inquiridos. A par destas questões, e tendo em conta a participação de pessoas com deficiência, responsáveis ou que atuam profissionalmente com estas, pela importância da sua participação e melhor caracterização, foi criado um segundo bloco de questões de acesso restrito apenas a quem nas questões anteriores respondesse afirmativamente à questão “Possui algum tipo de deficiência?”. Como tal, estas questões de acesso restrito procuraram aprofundar essa afirmação, de forma a melhor caracterizar-se especificamente o perfil dos inquiridos com deficiência, questionando-se aqui os tipos de deficiência, a sua origem (se congénita ou adquirida), e as formas de suporte à mobilidade e/ou acessibilidade que utilizam.

De seguida, num terceiro e último bloco, agruparam-se algumas questões que pretenderam analisar e compreender as perceções dos inquiridos sobre os movimentos associativos na área da deficiência. Aqui, questionou-se sobre o conhecimento ou não de alguns movimentos associativos, em que âmbitos, e solicitou-se, a quem pretendesse, que destacassem os nomes de associações das quais tivessem conhecimento. Questionou-se também sobre a eventual colaboração dos inquiridos com algum tipo de grupo ou associação da área, e se sim, quais (resposta facultativa) e em que contexto ocorre ou ocorreu essa colaboração.

De forma a aprofundar o assunto em destaque, foram feitas ainda algumas perguntas acerca da visão dos inquiridos sobre o papel dos movimentos associativos, o que entendem por inclusão e por mediação (sucintamente), a importância da mediação como ferramenta da inclusão, e o papel mediador dos grupos e associações na área da deficiência, solicitando-se nesta última uma breve justificação da resposta dada.

Por fim, e já num registo mais inserido no paradigma inclusivo, mas de igual importância, questionou-se sobre qual a opinião dos inquiridos acerca do estado atual da inclusão no âmbito da deficiência, em Portugal, assim como quais as áreas que estes consideram prioritárias de intervenção e promoção por parte dos movimentos associativos no panorama atual português.

Ainda numa fase em que os inquéritos por questionário se encontravam disponíveis para resposta, procedeu-se ao mesmo tempo à preparação e execução das entrevistas semiestruturadas. Num primeiro momento, foram pensadas e selecionadas as questões consideradas mais pertinentes a fazer para uma melhor compreensão do assunto em estudo. Após este processo, as questões escolhidas foram registadas e organizadas por blocos de perguntas, sendo de seguida inseridas e organizadas na elaboração do guião de entrevista, que funcionou como eixo de orientação.

O guião de entrevista foi então elaborado com vista a ser aplicado a dirigentes ou membros associativos da área da deficiência com o intuito de através destas entrevistas, primeiramente, se conhecer de forma breve o entrevistado e a sua relação com a entidade que representa. Num segundo bloco de questões, procura-se caracterizar a associação ou grupo representado, explorando-se neste os seus princípios orientadores, a quem se dirigem e com quem têm parcerias ou colaboram, como atuam e se organizam, a sua relação com o Estado, e os objetivos que pretendem atingir.

No terceiro e último bloco de questões, o enfoque encontra-se no papel mediador da associação ou grupo representados. Neste ponto, questionam-se e interligam-se os conceitos de mediação e inclusão, a sua importância, de que formas a mediação acontece nestas entidades, assim como os resultados alcançados.

6.3 SELEÇÃO DA AMOSTRA

A seleção da amostra na metodologia qualitativa-interpretativa tem como objetivos a obtenção do maior número de informação possível para a fundamentação do projeto de pesquisa e a criação de uma teoria, baseando-se em critérios pragmáticos e teóricos. Por isso, como refere Aires (2015, p. 22), em vez da uniformidade, a amostra na investigação qualitativa procura a máxima variação.

No caso concreto do presente estudo, na escolha dos participantes para o questionário, pode dizer-se que foi selecionada uma amostragem não-probabilística de conveniência. A amostragem de conveniência, de forma simples, representa a conveniência com a qual o pesquisador pode chegar aos inquiridos durante o desenrolar da pesquisa. Não existe, portanto, um método científico para derivar esta amostra. Neste método de amostragem,

os inquiridos que desta fazem parte são escolhidos apenas tendo em conta a proximidade e a disposição em participar no estudo. Assim, foi então divulgado e partilhado o questionário em diversas plataformas, nomeadamente redes sociais, por e-mail, em grupos, entre outros, de forma a chegar a um maior número de participantes. Ao mesmo tempo, e tendo em consideração a forma como o questionário foi divulgado, esta amostragem também poderá ser considerada uma amostragem por autoseleção, uma vez que à semelhança da amostragem por conveniência, a participação dos sujeitos possui carácter voluntário, sendo um tipo de amostragem habitualmente utilizado em pesquisas onde a recolha de dados é feita online. No caso concreto, foi utilizado o Google Forms para a elaboração do questionário e posterior recolha das respostas através deste.

Já no caso da entrevista, a amostragem selecionada pode considerar-se com sendo uma amostragem criteriosa ou proposital, uma vez que neste caso apenas se pretendiam entrevistar pessoas que se enquadrassem no critério requerido de serem membros ou representantes de um ou mais grupos ou associações da área da deficiência, de forma a recolher testemunhos e perspetivas de indivíduos ligados à questão em estudo.

6.4 TRATAMENTO DOS DADOS

No processo geral de análise de dados, o tratamento do material obtido é naturalmente a última parte desse processo. Nesta fase, procurou-se assim reconstruir os dados obtidos e analisados como um todo estruturado e significativo, explicitando os produtos de investigação e a interpretação que se faz dos mesmos (Gómez, 1995), tendo em consideração os objetivos inicialmente definidos para a investigação.

Assim sendo, toda a informação recolhida é considerada uma fonte de dados a partir da qual serão construídos os dados, através dos meios formais que a análise proporciona. Miles e Huberman (1984) defendem neste sentido um modelo constituído por três componentes:

- A redução dos dados;
- A sua apresentação;
- E a interpretação e verificação de conclusões.

Baseando-nos neste modelo, a fase de redução dos dados recolhidos implicou a análise documental dos vídeo-áudios resultantes das entrevistas e posteriormente das respetivas transcrições em documento escrito, assim como das respostas obtidas no questionário, com vista à referida redução, exposição e extração de conclusões. Em suma, e de acordo com Aires (2015, p.46), a redução de dados implica a seleção, focalização, abstração e transformação da informação bruta para a formulação de hipóteses de trabalho ou conclusões e realiza-se constantemente ao longo de toda a investigação. Estes dados podem assim ser reduzidos e transformados, quantitativa ou qualitativamente, de forma diferente. neste último caso, utilizam-se códigos, resumos, memorandos, metáforas, etc. Desta forma, a técnica de análise documental utilizada, caracteriza-se por ser um processo dinâmico que permite a representação do conteúdo documental obtido de uma forma distinta da original, gerando assim novo material documental. Ou seja, esta técnica permite a criação de uma informação “nova” fundamentada no estudo das fontes de informação primárias, num processo que inter-relaciona a descrição bibliográfica, a classificação, a elaboração de anotações e de resumos, e a transcrição técnico-científica.

6.3.1 A ENTREVISTA

Elaborados os guiões de entrevista, foram contactadas de antemão algumas associações e grupos ativos no âmbito da deficiência, escolhidas aleatoriamente através de pesquisa em websites da área, e consulta no website da DGES, onde consta uma listagem das Organizações Não Governamentais no âmbito da deficiência com registo no Instituto Nacional Para a Reabilitação. Estes contactos prévios foram estabelecidos por diversas vias, destacando-se o contacto por e-mail (anexo) e através das redes sociais das respetivas associações, apresentando-se em ambos os casos desde logo o estudo e os seus objetivos. Naturalmente, alguns contactos não passaram do primeiro contacto, no qual se apresentava o estudo e o que se pretendia com as entrevistas, e outros não chegou a ser obtida qualquer resposta. Não obstante, após alguns contactos posteriores chegou-se assim a três associações que se mostraram disponíveis para colaborar, quer participando na entrevista, quer partilhando entre os seus associados o questionário que já se encontrava em andamento.

As associações participantes foram as seguintes:

- “MILACESSOS COOPERATIVA”, onde foi entrevistado o presidente da direção, Pedro Brandão;
- ASSOCIAÇÃO “CABRA-CEGA”, em que também foi entrevistado o presidente da direção, Pedro Nogueira;
- ASSOCIAÇÃO “BENGALA MÁGICA”, tendo sido entrevistada a presidente da direção e diretora técnico.pedagógica, Dídía Lourenço.

6.3.2 O INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

Numa outra fase, foram formuladas as questões e posteriormente concebido o questionário aplicado, utilizando para tal a aplicação Google Forms. Aqui, e como já referido, a amostra utilizada foi aleatória, tendo sido obtidos um total de 39 questionários respondidos à data de 20/10/2021. Nesta data, foram encerradas as respostas ao inquérito para tratamento dos dados recolhidos.

Começou-se por exportar os dados para uma folha de cálculo Excel, para melhor organização dos mesmos. De seguida, foram analisados os dados recolhidos, destacados os considerados relevantes, sendo de seguida reorganizados, agrupados por categorias e devidamente analisados de forma a ser possível a formulação de conclusões.

PARTE III – RESULTADOS OBTIDOS

7. APRESENTAÇÃO DOS DADOS EMPÍRICOS

7.1 MILACESSOS COOPERATIVA

A primeira análise categorial visa a apresentação dos resultados obtidos da entrevista realizada ao presidente da “Milaccessos Cooperativa”. Enquanto presidente da associação, o seu testemunho reveste-se de particular importância, uma vez que este foi um dos fundadores desta.

Categoria I – Apresentação/caraterização do entrevistado

Conforme o título indica, na primeira categoria de análise procurou-se apresentar o entrevistado, assim como as suas funções e o papel que desempenha na associação. De forma sucinta, o entrevistado Pedro Brandão teve o seu primeiro contacto com a área da deficiência em 2007, ano em que ingressa na ex-agência de turismo “Accessible Portugal”, para ser guia turístico (uma vez que é formado em História) especificamente de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Segundo o entrevistado:

“...tudo porquê, porque eu vi um anúncio num jornal que pedia pessoas que soubessem sobre a história de Lisboa, mas que nunca tivessem trabalhado no turismo. E isto, mais tarde eu depois percebi porquê, porque queria-se formar uma pessoa sem ter (...) as noções do que é que era (...) o turismo dito convencional, e queria-se formar uma pessoa para um turismo mais...mais humano, de certa forma (...) mais personalizado...”

Neste momento é presidente da Cooperativa Milaccessos, que nasceu após o seu interesse pela área do turismo acessível ter sido despoletado por uma situação no desempenho das suas antigas funções na Accessible Portugal.

Diz:

“...eu nunca me esqueci, uma vez...eu fui ao Bairro Padre Cruz, buscar uma senhora que estava em casa há 20 anos...ela não saía de casa porque ela não tinha como sair de casa, e o mundo dela era a televisão. Ou seja, saía de casa quando os bombeiros lá iam a casa buscá-la pra ir...pra ir ao hospital. E tava há 20 anos em casa, e...lembro-me na altura, nós (...) fomos à Expo, dar ali um passeio, uma coisa muito simples. Mas para ela aquilo fez toda a diferença. E...eu nunca me esqueci disso, e (...) com mais amigos pensámos: "ok, vamos aqui tentar fazer uma coisa diferente"...”

Categoria II – Apresentação/caraterização da associação

Assim sendo, a Milaccessos foi fundada em 2013, em Lisboa, começando por ser uma cooperativa de serviços turísticos adaptados, pagos, essencialmente prestados a turistas estrangeiros. Com as verbas que resultam dessa atividade, a associação procura proporcionar momentos de lazer a pessoas com deficiência, fornecendo serviços de turismo acessível gratuitos.

Categoria III – Atuação da associação/grupo

De acordo com o entrevistado:

“a Milaccessos nasce com o propósito de (...) fazer turismo, proporcionar momentos de lazer...a pessoas com mobilidade condicionada...”

Como já referido, trabalham essencialmente com turistas com mobilidade condicionada, através da dinamização de animações turísticas, nomeadamente proporcionando visitas à cidade de Lisboa, por percursos totalmente adaptados e acessíveis. Além disso, trabalham uma série de outros projetos na área da solidariedade social, fazem ações de sensibilização, e proporcionam formação. Formação essa muito a nível da área do comércio, na qual formam os comerciantes e afins no adequado e acessível atendimento a pessoas com deficiência.

Naturalmente, possuem parcerias com outras associações e instituições, como a “Colectivo Warehouse”, que é uma associação de arquitetos com a qual trabalham a nível da criação de acessibilidades.

Colaboram também com organismos Estatais, de forma direta, através do programa “BIPZIP”, da Câmara Municipal de Lisboa (CML), e indiretamente, através de outros projetos financiados por fundos europeus, como é o caso do programa Erasmus+.

Em suma, o que a associação pretende em termos de objetivos ligados ao seu cariz mais social, e, conseqüentemente com vista à inclusão social, é:

“promover o acesso ao lazer à pessoa com mobilidade condicionada.”

Categoria IV – Papel mediador da associação/grupo

Para o presidente da Milaccessos a mediar é:

“...ser uma pessoa que...facilita, ajuda...outra pessoa a conseguir alcançar algum objetivo.”

Quando questionado acerca do papel mediador da associação, o entrevistado afirma considerar que:

“Sim. Quer através da formação, quando ajudamos o comércio, ou outro público a dotar-se de ferramentas...pessoas para que possam atender a pessoa com deficiência. Dessa forma estamos claramente a fazer mediação...”

Diz ainda que:

“...qualquer projeto (...) qualquer coisa que possa ser feita para melhorar, pode ser de certa forma enquadrada numa...numa mediação.”

Considera também que em termos de resultados das práticas mediadoras:

“Há sempre hipótese de melhorar...”

Ao falarmos no conceito de inclusão e no que este representa, ou se define para si, o entrevistado refere que a inclusão é:

“é...dar a capacidade a alguém que não tem as mesmas capacidades...”

E que:

“...eu tenho que adaptar a minha resposta a pessoas que têm necessidades diferentes.”

“...mas eu tenho que adaptar a minha resposta, para que haja uma inclusão (...) e a mesma oportunidade de acesso ao direito, e para que a pessoa consiga gozar o mesmo direito da mesma forma que os outros.”

Finalmente, ao ser questionado acerca da mediação enquanto instrumento da inclusão, admite considerar que:

“...pode tornar-se um instrumento...muitas vezes é um dos instrumentos da inclusão...(...) faz toda a diferença.”

Finaliza ainda ressaltando que, do seu ponto de vista:

“Os grupos, as associações (...) as pessoas associam-se em grupo ou em associações, ou em cooperativas ou...o que quer que seja (...) é algo voluntário. As pessoas identificam-se com uma causa e juntam-se para (...) a poder promover. E daí que, naturalmente que, dentro do terceiro setor acaba-se sempre por se estar a fazer...a mediação. Acaba-se

sempre por se estar a fazer a mediação, porque, primeiro, é um ato voluntário...é um ato voluntário da pessoa, ela não está a ser obrigada a nada, e ela está ali porque...porque reconhece que pode ter um papel a fazer...reconhece também que (...) poderá ajudar com o seu trabalho, poderá ajudar a vida de outros. E daí que acaba sempre por ser a mediação...quer seja direta ou indireta...a pessoa pode estar diretamente com outra pessoa, ajuda-a a que ela consiga alcançar alguma coisa, dá-lhe um apoio (...).há uma série de medidas feitas, precisamente para poder ajudar. Ou, como já existe muitas vezes, nos próprios Centros de Emprego através dos GIP's, em que é feita uma mediação, um apoio à pessoa...porque muitas vezes a pessoa não sabe (...) ou toda a vida lhe dizem que a pessoa é deficiente, a pessoa não sabe fazer as coisas, e (...) muitas vezes as pessoas (...) só vêm a deficiência, não vêm a pessoa (...) que está por detrás da deficiência.

7.2 “ASSOCIAÇÃO CABRA-CEGA”

A segunda análise categorial apresentada tem respeito aos resultados obtidos da entrevista efetuada ao presidente da Associação Cabra-Cega. Novamente, à semelhança do primeiro entrevistado, este é também membro criador da associação, motivo pelo qual se infere que a sua colaboração é de suma importância.

Categoria I – Apresentação/caraterização do entrevistado

Tal como na análise anterior, primeiramente procurou-se conhecer sucintamente o entrevistado.

Pedro Nogueira é formado em Engenharia Electromecânica, área muito distante daquela em que se insere a sua associação.

Devido a uma condição de saúde congénita, designada pela comunidade médica que o acompanhou, de Síndrome de EEC, que para além de malformações físicas (nos membros superiores, lábio leporino, fenda palatina...), lhe trouxe também problemas a nível ocular. Por esse motivo, e porque consequentemente os médicos tiveram que proceder à retirada dos sacos lacrimais, que culminou na perda significativa de lubrificação ocular, as suas córneas tornaram-se opacas, começando assim a deteriorar-se a sua visão. Tanto que, refere, acabou por sofrer de cegueira total há cerca de 10 anos. Na altura, ao procurar respostas na área, que acabou por não obter, juntamente com outras pessoas cegas e na

mesma situação em termos de respostas, surgiu por isso a ideia da criação da associação, com vista a proporcionar essas respostas, que não existiam, a outras pessoas.

Categoria II – Apresentação/caraterização da associação

Com base nos motivos descritos, surgiu assim, em 2016, a Associação Cabra-Cega, com sede em Sobral de Monte Agraço, este que é também o concelho de residência do entrevistado.

A Cabra-Cega possui uma abrangência de cariz presencial mais no concelho onde está sedeadada e nos concelhos vizinhos, pese embora, no geral, seja uma associação de abrangência nacional, uma vez que proporcionam formações em formato online à distância.

É uma associação que, segundo o entrevistado, pretende de forma geral:

“...informar as pessoas com deficiência, mas sensibilizar também para as problemáticas da deficiência...”

E que dispõem também, como já referido, de projetos de formação e de outro tipo de apoios a pessoas com deficiência visual.

Categoria III – Atuação da associação/grupo

Como refere o entrevistado, a associação Cabra-Cega tem como princípios orientadores:

“...o respeito pelas capacidades e as diferenças de cada pessoa. Depois, o respeito pelos direitos...e pelos deveres, de cada cidadão...”

“...o tentar dar respostas às pessoas...”

Atuam, assim, com um público-alvo relativamente amplo, uma vez que apoiam pessoas cegas, amblíopes ou surdo-cegas, dão formação a professores de educação especial e a outras pessoas que lidam com pessoas com deficiência visual. Abrangem, portanto, a sociedade em geral, essencialmente no que respeita às atividades de sensibilização, que são direcionadas para a população em geral.

A sua atuação passa, deste modo pela sensibilização e informação, pela formação de pessoas com deficiência visual na autonomização nas atividades de vida diárias (AVD's),

na utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e de produtos de apoio, e pela partilha de experiências entre pessoas com deficiência visual. Mas, a este respeito, destaca:

“...nós damos formações não só a pessoas com deficiência, mas também a pessoas que lidam com pessoas com deficiência visual.”

No que respeita a parcerias, o entrevistado refere que estabelecem parcerias com outras associações ligadas à deficiência, especialmente à deficiência visual, como é exemplo o Gabinete de Apoio à Deficiência Visual de Torres Vedras. No passado, tiveram uma parceria com a Altice, que lhes cedeu algum equipamento. Em 2019, ganharam o prémio BPI Capacitar, através do qual foi possível financiarem o projeto de formação online de que dispõem.

Em termos de parcerias a nível Estatal, refere colaborarem com a Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, e que já colaboraram com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP).

Neste momento, aguardam a atribuição do estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) e, o entrevistado elenca como objetivos a alcançar:

“...dar formação às pessoas, e capacitá-las para que possam ingressar no mercado de trabalho.”

“...a sensibilização dos empregadores...”

“...sensibilizar aqui também a sociedade, para que...quando constroem plataformas e programas, que os tornem acessíveis.”

Categoria IV – Papel mediador da associação/grupo

Para o entrevistado, sucintamente, a mediação é:

“...é...tentar chegar a consensos entre duas partes...”

“...é mediar entre duas partes...”

Considerando dessa forma, admite que a associação tem um papel mediador, nomeadamente através da formação que proporcionam e do seu trabalho na questão das acessibilidades.

Admite também a importância da mediação na sua atuação, destacando que:

“...vai ter importância na questão de...de sensibilização das outras partes...e isso é bastante importante e temos tido resultados”.

Relativamente a esses resultados, obtidos das práticas destacadas como mediadoras, assume que:

“...às vezes os resultados não são imediatos. Isso é uma coisa que às vezes vai, com muito tempo...”.

“...ao fim de algum tempo é que vemos alguns resultados...e sim, já temos tido resultados positivos, temos outros que pronto, nem tanto, mas que continuamos a batalhar neles...pronto, com vista a conseguirmos algum resultado positivo.”.

Sobre a inclusão, considera que esta é algo que não deveria ser necessário falar, pois, como refere:

“Era sinal de que ela efetivamente existia.”.

Para que ela exista, considera ser necessário existir o reconhecimento pela sociedade da diversidade humana, o respeito pelas diferenças, e a sua valorização. Observando-se estes três pontos cruciais, diz, pode dizer-se que existe inclusão.

Finalmente, refere pensar que a mediação é um instrumento da inclusão pois:

“...a mediação neste caso (...) pelo menos a mediação que nós tentamos fazer, acaba por ser (...) um instrumento para a inclusão não é...porque (...) ao ajudarmos as pessoas a serem mais autónomas, a integrarem-se melhor...primeiramente na família e depois na sociedade...nos empregos e afins...estamos a promover uma sociedade inclusiva. Estamos a promover a inclusão das pessoas nos vários âmbitos.”

Ou seja, considera que ao mesmo tempo que através das suas práticas medeiam situações, estão também a promover uma sociedade mais inclusiva.

7.3 “ASSOCIAÇÃO BENGALA MÁGICA”

Finalmente, apresenta-se a análise categorial resultante do tratamento dos resultados obtidos da última entrevista realizada, com a presidente da “Associação Bengala Mágica”.

Categoria I – Apresentação/caraterização do entrevistado

Iniciamos por fazer uma breve apresentação da entrevistada. Dídia Lourenço, presidente da associação “Bengala Mágica” e aqui entrevistada, residente no concelho de Palmela, é professora de Educação Especial, com mestrado e doutoramento em Formação de Professores.

É mãe de um menino de 6 anos, com deficiência visual, e que inspirou a criação voluntária da “Bengala Mágica”, pois deparou-se com a falta de respostas na área da deficiência visual direcionadas para crianças e jovens e para as suas famílias.

Neste momento, para além de presidente da direção, é assessora técnico-pedagógica em mobilidade estatutária na associação, e por isso, é o único membro remunerado da associação.

Acerca das suas funções e do seu papel, refere:

“...eu era vice-presidente, assumi as funções de presidente, uma vez que tenho mais disponibilidade para representar a associação em eventos, em iniciativas para as quais somos convidados...em termos das minhas funções, neste momento faço de tudo na associação.”.

“...desde responder a e-mails...que são de vária ordem...a fazer contactos com escolas, resolver situações que nos são colocadas, fazer esta tal mediação, organizar formação...nós fazemos muita formação para professores, e para técnicos...organizar os encontros de pais...fazemos também...temos encontros mensais, de pais...sei lá...organizar outro tipo de iniciativas...colaborar com outras associações, que também pedem muitas vezes a nossa colaboração para outras iniciativas...ajudar também aqui na concretização de outros projetos que temos...”.

É, portanto, a principal representante da associação.

Categoria II – Apresentação/caraterização da associação

A “Bengala Mágica” foi assim criada no ano de 2017 por um grupo de pais de crianças e jovens com deficiência visual, que se viram a braços com a falta de respostas orientadas para a deficiência visual na área da infância e juventude e para as suas famílias, e com a desinformação existente. A este respeito, diz:

“...tivemos que, cada um destes pais fundadores, fazer um percurso solitário...e depois percebemos, que poderíamos ajudar outros pais, outras famílias, outros profissionais...para que não tivessem que passar por aquilo que nós passámos, ou pelo menos que tivessem que passar, mas de forma acompanhada e menos dolorosa...”

Categoria III – Atuação da associação/grupo

Apresenta como princípios orientadores o desmistificar da deficiência visual, nomeadamente:

“...naturalizar, desconstruir, alguns preconceitos...”

Apoiando dessa forma pais e familiares de crianças e jovens com deficiência visual, e profissionais que atuam com estas crianças.

Através da sua atuação, procuram, de forma sucinta:

“...a capacitação, ou o empoderamento...dos pais e das famílias...”

Como formas de atuação, a entrevistada destaca:

“...ações de sensibilização, através de atendimento presencial, por parte de psicólogos, ou de professores...”

“...a capacitação, a formação, dos professores...”

“...a organização de iniciativas inclusivas...tanto na área do desporto, como na área do lazer, como...na área mais lúdica...”

Dispõem de diversas parcerias privadas, nomeadamente com outras entidades como a ACAPO, o Movimento de Expressão Fotográfica, a Associação Dona Ajuda ou o Centro de Formação Pro-Inclusão.

Em termos de parcerias com o setor público e estatal, é de destacar a colaboração com municípios, como a Câmara Municipal de Palmela e a Junta de Freguesia de S. Domingos de Benfica. Esta última que lhes cede o espaço onde fica sedeada a associação. Colaboram

ainda com o Ministério da Educação, através de uma parceria formalizada sobre a mobilidade estatutária da entrevistada.

Através da sua atuação, em suma, a entrevistada refere que a associação pretende:

“...naturalizar, desconstruir, alguns preconceitos sobre a deficiência visual...apoiar pais, familiares, de crianças e jovens com deficiência visual...dar formação a profissionais...”

“...desenvolver, ou proporcionar, diferentes experiências a estas crianças e jovens, sempre num ambiente inclusivo...”

Categoria IV – Papel mediador da associação/grupo

Acerca do conceito de mediação, a entrevistada admite não saber como explicar muito bem de forma sucinta como a define, mas arrisca dizendo que no seu entender a mediação:

“...é um meio, de (...) uma pessoa ou de uma instituição, chegar a outra...(...) com recurso a um mediador, portanto, (...) é uma forma de se chegar a determinado local, sem ter que lá ir...sem ter que...presencialmente não é...ou não...mas ter alguém que o possa fazer por si...”

Diz ainda que:

“...a Bengala Mágica tem um papel muitas vezes de mediação entre as famílias e os diferentes organismos públicos, privados...diferentes instituições...também diferentes pessoas...muitas vezes é esse o nosso papel.”

Por isso mesmo, diz-nos que vê a mediação como sendo muito importante na atuação da associação, na medida em que a considera um importante meio facilitador do contacto entre os pais, professores e outras instituições.

Questionada acerca dos resultados que obtêm das práticas que considera mediadoras, assume que estes são:

“Bastante positivos. Até agora temos conseguido resolver, ou desbloquear, muitas situações que por vezes os pais sozinhos não conseguem, e em último recurso, recorrem à associação (...) e nós através dos nossos canais de comunicação privilegiados, ou por vezes até através dos mesmos canais de comunicação que os pais, conseguimos obter uma resposta.”

Sobre a inclusão e a sua conceitualização, refere que para ela a inclusão:

“é quando se pensa tudo para todos. É, portanto, não pensar...quando eu digo tudo, é tudo, portanto...atividades, iniciativas, materiais, recursos, vida, sociedade...é pensar em...em

organizar, em conceber, tudo, para que todos possam ter acesso. Porque se pensarmos que estamos a conceber uma atividade só para crianças com deficiência visual, não estamos a ser inclusivos. Estamos a excluir alguém. Do mesmo modo, se pensarmos que estamos a conceber uma atividade em que as crianças com deficiência visual não podem participar, não estamos a ser inclusivos. Estamos a excluir este grupo. Portanto a inclusão é isso, (...) o ideal pra mim era que não fosse necessário falar de inclusão...portanto, que ela existisse naturalmente.”

Aqui, podemos verificar que à semelhança do entrevistado anterior, também esta entrevistada considera que a inclusão deveria estar naturalmente presente na sociedade.

Termina, referindo que considera que a mediação é um instrumento da inclusão, embora pense que:

“...o ideal era que não houvesse necessidade não é...portanto, se realmente a inclusão existisse naturalmente não haveria necessidade de mediação...”.

7.4 QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS

Terminado o tratamento e a análise das entrevistas realizadas, analisa-se agora os resultados obtidos das perguntas constantes do questionário aplicado.

Foram obtidos um total de 39 questionários respondidos, nos quais se procurava compreender a perspetiva dessa pequena amostra relativamente ao papel atribuído aos movimentos associativos, nomeadamente em termos de papel mediador inserido no paradigma inclusivo.

Como tal, apresenta-se de seguida a tabulação efetuada e respetiva análise, cuja se divide em três partes essenciais: o perfil dos inquiridos, a caracterização das deficiências relatadas pelos inquiridos com deficiência, e, por fim, as perceções dos inquiridos sobre as associações e os grupos do movimento associativo pela inclusão e defesa das pessoas com deficiência.

Parte I – Perfil dos inquiridos

Naturalmente, na primeira parte da análise dos inquéritos por questionário obtidos, pretendeu-se traçar sucintamente o perfil sociodemográfico dos inquiridos.

- *Sexo e faixas etárias*

Sexo:
39 respostas

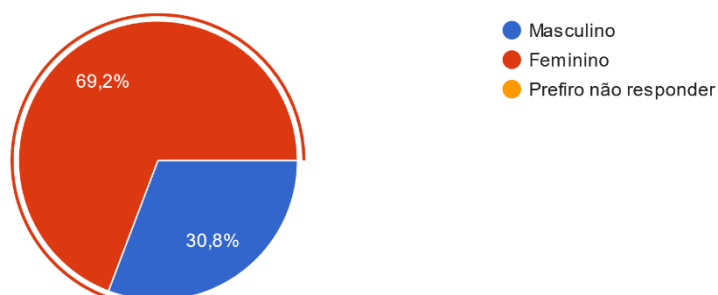


Gráfico 1 - Sexo dos inquiridos

Começamos por analisar o sexo e as faixas etárias presentes entre os inquiridos. Aqui, conforme demonstra o primeiro gráfico, concluímos que dos 39 questionários, 27 (69,2%), que corresponde à maioria, foram respondidos por elementos do sexo feminino, sendo os restantes 12 (30,8%) participantes do sexo masculino.

Idade:
39 respostas

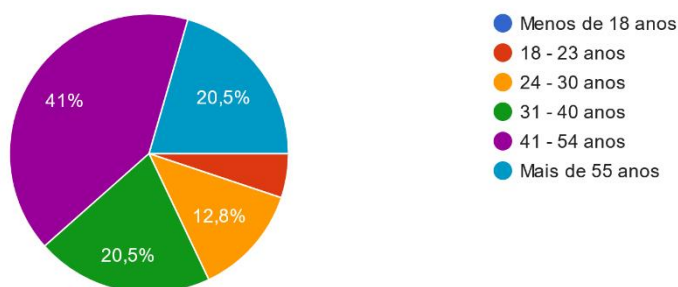


Gráfico 2 – Idade

Relativamente à idade, verifica-se que a faixa etária dominante (41%) foi da dos 41 aos 51 anos, com 16 participantes nesta faixa, seguida das faixas entre os 31 e os 40 anos e de mais de 55 anos, ambas com 8 participantes cada. Em minoria, ficou a faixa dos 18

aos 23 anos com apenas 2 participantes, não tendo sido obtidas respostas de menores de 18 anos.

- **Área de residência e habilitações literárias**

Área de Residência:
39 respostas

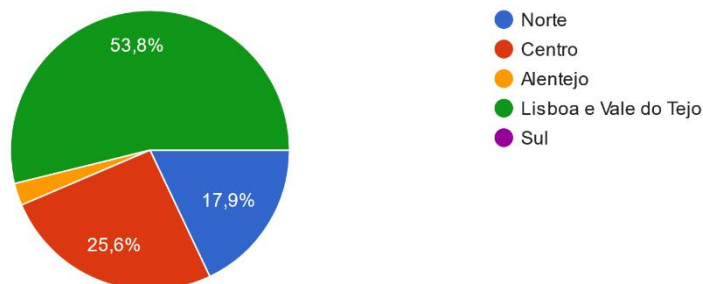


Gráfico 3 - Área de residência

Observou-se a predominância de respostas por parte de participantes da zona de Lisboa e Vale do Tejo, com 21 participantes residentes nesta zona. Seguem-se a zona Centro, com 10 participantes, e a zona Norte, com 7 participantes. Em minoria, a região do Alentejo, com apenas 1 participante. Da zona Sul, não houve participantes.

Habilitações Literárias:
39 respostas

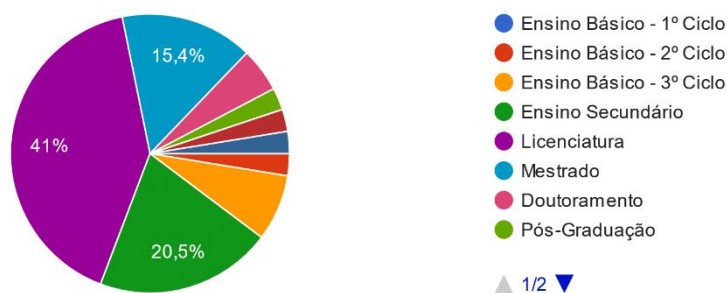


Gráfico 4 - Habilitações Literárias

Em termos de habilitações literárias, verificou-se que 16 (41%) dos inquiridos disseram ser licenciados. Seguem-se 8 participantes com o ensino secundário, e 6 com mestrado. Os restantes participantes distribuem-se pelas restantes categorias de habilitações, em número de baixa relevância (entre 3 a 1 por categoria).

- **Ocupação**

Ocupação:
39 respostas

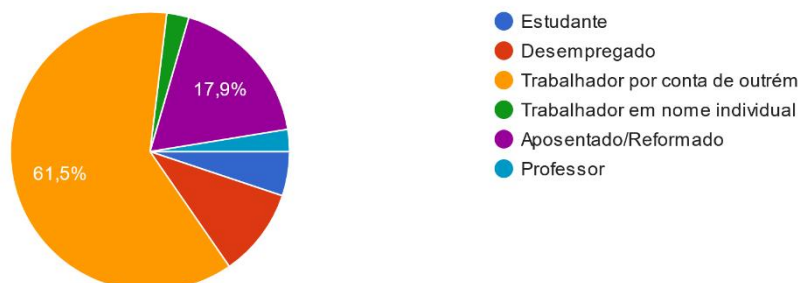


Gráfico 5 - Ocupação

Através da análise gráfica observa-se que a maioria dos inquiridos são trabalhadores por conta de outrem, representados por 24 pessoas do total de inquiridos. Já 7 dos inquiridos encontram-se atualmente aposentados ou reformados, enquanto 4 se encontram desempregados. Os restantes, referem ser estudantes ou trabalhadores em nome individual.

- **É responsável ou atua profissionalmente com pessoas com deficiência?**

É responsável ou atua profissionalmente com pessoas com deficiência?
39 respostas

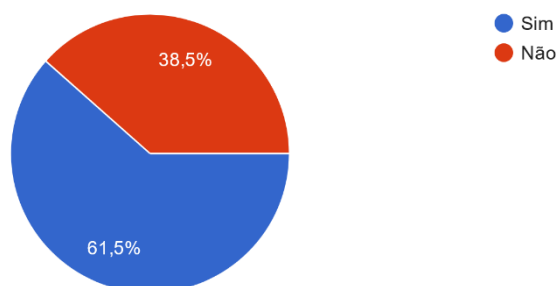


Gráfico 6

Dos 39 inquiridos, 24 disseram ser responsáveis ou atuarem profissionalmente com pessoas com deficiência. Com esta pergunta, procurou-se iniciar a partir daqui o enquadramento dos participantes na temática abordada.

- **Possui algum tipo de deficiência?**

Possui algum tipo de deficiência?

39 respostas

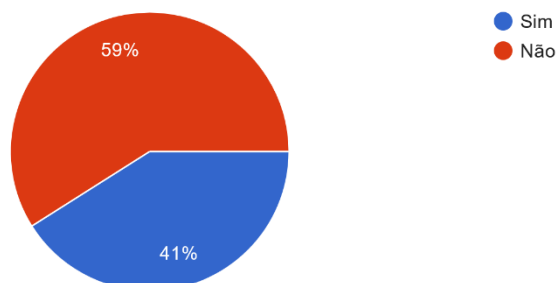


Gráfico 7 - Aferição da existência de deficiência

A partir desta questão, e dependente da resposta dada, alguns inquiridos (23), neste caso a maioria, foram diretamente enviados para a terceira parte do inquérito (os que responderam não) e os restantes 16 foram encaminhados para uma segunda parte, na qual se procurava caracterizar sucintamente as deficiências relatadas afirmativamente nesta questão. Verifica-se aqui, que existiu um equilíbrio entre participantes, sendo o contributo dos inquiridos com deficiência, de crucial importância para a dinamização das respostas dadas.

Parte III – Caracterização da(s) deficiência(s) relatada(s)

- **Origem da deficiência**

A sua deficiência é:

16 respostas

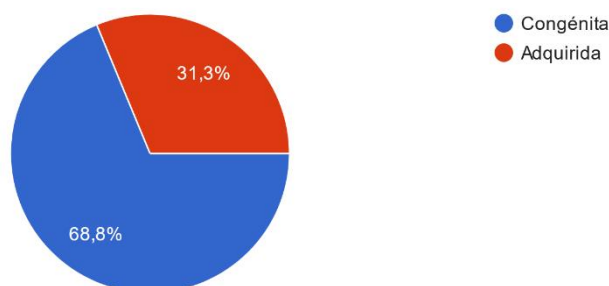


Gráfico 8 - Origem da deficiência

Dos 16 inquiridos que referiram possuir algum tipo de deficiência, 11 disseram ser de origem congénita, e, portanto, com a qual já terão nascido. Os restantes 5, afirmaram que a sua deficiência foi adquirida.

- **Tipo de deficiência**

Tipo(s) de deficiência(s)

16 respostas

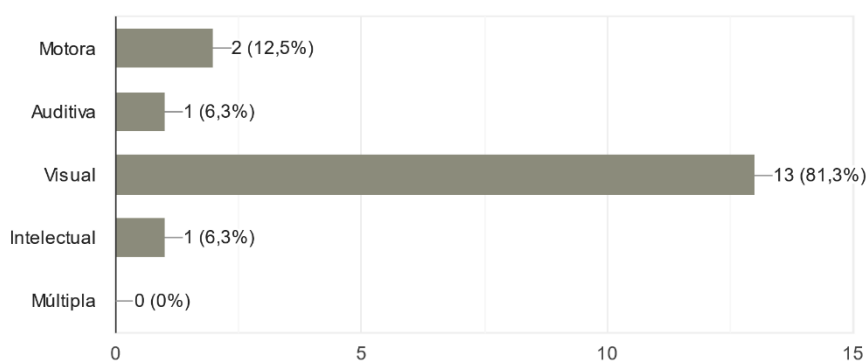


Gráfico 9 - Tipificação da deficiência

Das 16 deficiências relatadas, observa-se que 13 são do tipo deficiência visual. Tendo em conta que este questionário terá sido partilhado por ambas as associações da área da

deficiência visual neste trabalho visadas, junto dos seus associados, seria expectável que este seja o tipo de deficiência predominante.

Na pergunta seguinte, alguns dos participantes especificaram facultativamente as deficiências que possuem, sendo que a maioria, como se pode verificar, referiu as seguintes relacionadas com a deficiência visual: surdo-cegueira, cegueira total, glaucoma congénito e opacificação das córneas por falta de lubrificação.

Outros dois participantes fizeram referência a paraplegia e à Síndrome Legg Calve Perthes, que é uma desordem degenerativa que afeta as articulações da zona do quadril.

Numa última questão, onde se questionou sobre as formas de suporte à mobilidade e/ou acessibilidade utilizadas por estes 16 inquiridos, foi pela maioria referido o uso de bengala (11 participantes). Um referiu utilizar cadeira de rodas, enquanto outros, fizeram referência a dispositivos de apoio à fala, audição e visão ou a tecnologias de comunicação alternativa ou aumentativa. Alguns referiram ainda disporem de um acompanhante, um assistente pessoal, ou de cão-guia.

Parte III – Perceções sobre associações e grupos do movimento associativo pela inclusão e defesa das pessoas com deficiência

Nesta terceira e última parte, pretendeu-se analisar as perceções dos inquiridos sobre a temática em estudo. Esta confere-se como a parte do inquérito de maior relevância, uma vez que é onde se concentram as questões mais específicas diretamente relacionadas com a investigação.

- **Está ciente da existência de movimentos associativos pela inclusão e defesa das pessoas com deficiência?**

Está ciente da existência de movimentos associativos pela inclusão e defesa das pessoas com deficiência?

39 respostas

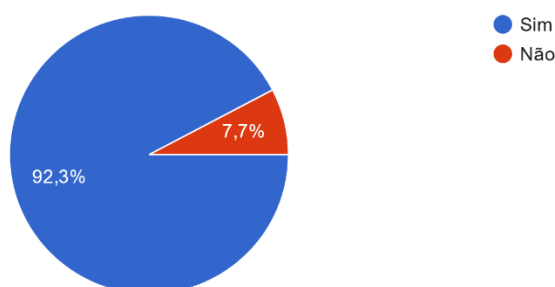


Gráfico 10 - Percepções dos inquiridos 1

Conforme se verifica através do gráfico 10, a esmagadora maioria (36) dos inquiridos reconhece a existência dos movimentos associativos na área da deficiência.

Em tempos onde todo o tipo de informação se encontra à distância de um clique ou de um toque, esta resposta afirmativa seria sempre expectável. Não obstante a existência de inquiridos que por diversos motivos desconhecem ou não estão a par da atualidade no que respeita à área da deficiência.

Se respondeu "SIM" à questão anterior, assinale em que âmbitos reconhece a sua existência:

39 respostas

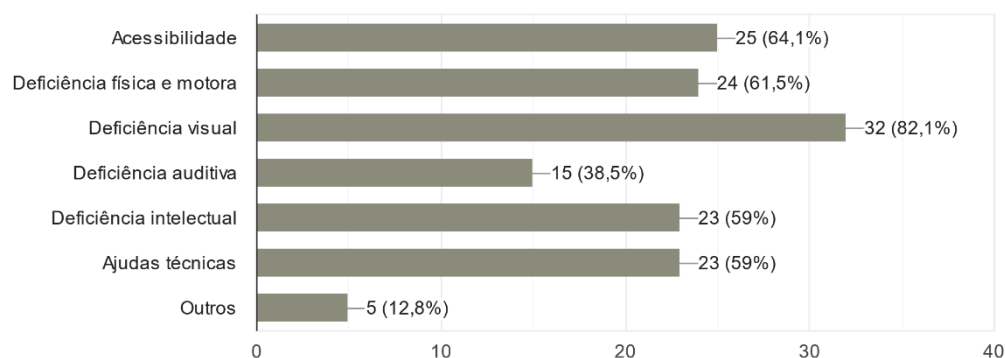


Gráfico 11 - Percepções dos inquiridos 2

Ainda inserida na questão anterior, os inquiridos assinalaram em que âmbitos reconhecem, ou conhecem, associações ou grupos. Daqui, podemos inferir que a maioria dos participantes reconhece associações nos âmbitos da acessibilidade, da deficiência física e motora, da deficiência visual, da deficiência intelectual, das ajudas técnicas, e da deficiência auditiva, embora esta com menor expressão, à semelhança de outros âmbitos não explicitados pelos inquiridos.

Aqui, foi ainda requerido aos participantes que destacassem associações ou grupos que conhecessem ou já tivessem ouvido falar no âmbito da inclusão e deficiência. Assim sendo, a maioria dos participantes (34), destacou entre uma a três associações, o que demonstra e realça pela positiva o conhecimento geral dos participantes neste âmbito. Tendo em conta a significativa amostra de pessoas com deficiência visual que responderam ao questionário, naturalmente que as associações que se destacam são desse âmbito, nomeadamente a ACAPO, a Bengala Mágica, a Cabra-Cega, Associação Promotora do Emprego para Deficientes Visuais, entre outras. Destaque também para a Associação Portuguesa de Deficientes (APD), a Associação Salvador e o Centro de Vida Independente, conhecidas associações de âmbito nacional e cujos contributos têm sido muito relevantes na área.

Por fim, ressaltar que a listagem de todas as associações convocadas se encontra anexada no final do trabalho.

- **Colaboração com associações ou grupos**

Colabora ou já colaborou com alguma associação ou grupo neste âmbito?

39 respostas

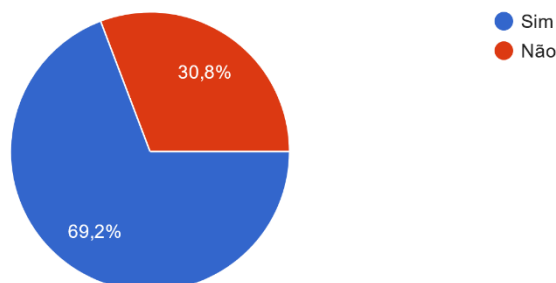


Gráfico 12 - Colaboração com associações

Para um melhor enquadramento, os inquiridos foram questionados acerca da sua eventual colaboração com algum tipo de movimento associativo.

Neste sentido, verifica-se que a maioria (27) respondeu afirmativamente a esta questão. Destes, 25 especificaram com que associação colaboraram, verificando-se que também a maioria, colaboram ou colaboraram em algum momento com mais do que um movimento associativo. Aqui, novamente, e como seria de esperar, muitos inquiridos referiram colaborar com a Associação Bengala Mágica ou com a Associação Cabra-Cega, ambas entrevistadas neste estudo e que colaboraram partilhando este que inquérito com os seus associados, o que justifica a sua recorrente menção.

Em que contexto ocorreu a colaboração referida na questão anterior?

27 respostas

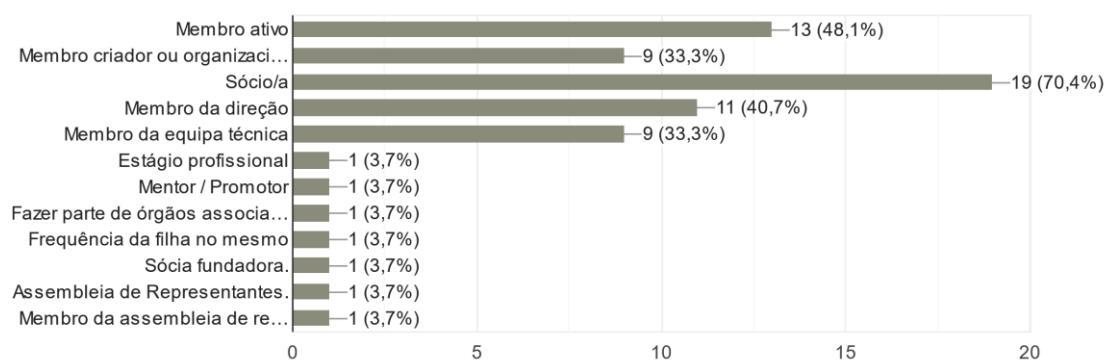


Gráfico 13 - Contexto da colaboração

Ainda no seguimento da colaboração dos inquiridos com os movimentos associativos por estes referidos, questionou-se acerca do contexto em que tais colaborações terão ocorrido.

Aqui, a maioria (19) identifica-se como sendo ou tendo sido sócio de alguma das associações que referiram. Embora de forma geral existam colaborações de todos os tipos, nomeadamente membros criadores/organizacionais, membros ativos (semelhante a sócios, mas com intervenção regular), membros da direção ou de equipa técnica e até mesmo estagiários, promotores ou membros das assembleias de representantes.

- **Qual pensa ser o principal papel dos referidos grupos e associações?**

Das questões mais pertinentes do inquérito, e à qual se obtiveram respostas diferentes, mas ao mesmo tempo semelhantes entre si.

De destacar, as respostas que remetem para a ideia da desejada inclusão social:

“Defender os direitos das pessoas com deficiência e pugnar pela sua total inclusão na Sociedade.”

“Promover a inclusão na sociedade da pessoa com deficiência.”

“Divulgar e trabalhar para a inclusão.”

“Muito importante na divulgação, dinamização de ações que visem a inclusão e apoio às família de crianças e jovens com necessidades específicas.”

“Apoiar a inclusão da pessoa com deficiência seja ela temporária ou permanente.”

“O objetivo é ajudar, incluir, informar, ensinar, reabilitar, as pessoas com deficiência. E se possível torná-las o mais autónomas no seu dia a dia, a nível pessoal e profissional.”

“Ajudar a minimizar os problemas das pessoas com deficiência, tornando-as mais ativas e inclusas.”

“Contribuir para uma inclusão efetiva.”

“Promoção da inclusão e da acessibilidade. Formação e reabilitação funcional com integração na sociedade e no mercado de trabalho. Informação e apoio à pessoa com deficiência e sua família. Desmistificação da deficiência.”

“Promover a inclusão e intermediar a relação das pessoas com deficiência e a sociedade.”

Depois, denota-se que existem muitas referências à palavra integração, esta que remete para os ideais do paradigma da integração, (que antecede o paradigma inclusivo) num modelo médico da deficiência e que parece estar ainda enraizado, conforme denotam as seguintes respostas:

“Integração.”

“Integração das pessoas na sociedade.”

Nas restantes respostas, existem opiniões que remetem para as associações como agentes de mudança:

“O principal papel é ser agente de mudança procurando que todas as pessoas tenham uma vida digna!”

Outras, atribuem a sensibilização, o apoio, a promoção das acessibilidades, a representação das pessoas com deficiência, o dar voz, como papéis das associações:

“Alertar e sensibilizar a comunidade para necessidades diferentes do comum na sociedade.”

“Apoiar as pessoas com dificuldade.”

“Promover qualidade de vida e bem-estar para o cidadão com deficiência.”

“Ajudar os deficientes e os responsáveis por eles.”

“Esforçar-se por lutar para obter melhor qualidade de vida para os deficientes que representa.”

“Dar voz aos grupos que não a tem devido a sua condição.”

“Representação social, política e educacional.”

“Apoiar e defender os direitos das Pessoas com Deficiência.”

“Promover a acessibilidade das pessoas com deficiência no seu todo.”

“Lutar pelos interesses das pessoas com deficiência.”

“Consciencializar a comunidade para a diferença, promover ações de sensibilização e aprendizagem para quem lida com estas questões, permitir a partilha por pessoas que vivem os mesmos desafios diariamente.”

“Dão resposta a necessidades de grupos específicos da população, que não é prestada pelo Estado.”

“Dar voz a quem não a tem, sensibilizar a sociedade para um não normal.”

Finalmente, outros há que consideram que as associações não desempenham qualquer papel:

“Nenhum. Neste momento nenhum.”

“Atualmente, absolutamente "zero".”

- **Sucintamente, que é pra si a inclusão?**

Outra questão rica em respostas com opiniões variadas.

Há quem refira que a inclusão é um tema que não deveria ser necessário falar, que deveria ser inerente à vida em sociedade, mas que ainda é algo “utópica”:

“Algo que não deveria ser necessário falar ou promover pois deveria ser intrínseco e natural. Não é mais do que reconhecer, respeitar e valorizar a diversidade humana.”

“A teoria da inclusão é bonita, mas para termos um Mundo e sociedade que inclui todos, terá que deixar de existir diversos tipos de barreiras físicas, que são as mais visíveis, como na rua, infraestruturas públicas, entre outros locais. Mas para além das barreiras físicas existentes, temos que vencer as barreiras informáticas, e principalmente de mentalidade.”

Novamente, há algumas opiniões onde se associa diretamente a inclusão à integração, assemelhando-as ou considerando que são faces da mesma moeda:

“É a integração, A dissipação da discriminação...”

“Inclusão é quando estamos bem integrados na nossa comunidade, ou seja, nos locais de residência e quando convivemos com pessoas sem qualquer deficiência.”

“É ter a pessoa integrada na comunidade, de forma a ser apoiada nas suas necessidades e estimulada tendo em vista a sua reabilitação e capacitação nomeadamente contribuindo para a sua empregabilidade.”

“Inclusão é igualdade de acesso e oportunidades. É fazer parte integrante da sociedade.”

“A possibilidade de todas as pessoas se poderem sentir parte integrante de um todo sem barreiras físicas ou atitudinais que bloqueiem a sua efetiva participação.”

“A inclusão é uma palavra muito abrangente, no entanto tende a procurar integrar as pessoas com deficiência numa sociedade sem barreiras ou discriminação.”

“Integração na sociedade.”

“Estar integrado num grupo ou no meio social.”

“Integração do cidadão deficiente na sociedade.”

Finalmente, destacam-se as respostas que remetem para a igualdade de oportunidades, de direitos e de participação na sociedade:

“Inclusão é a adaptação para que todos possam ter as mesmas oportunidades. E essas adaptações serem vistas como normais e por isso mesmo não serem alvo de discriminação.”

“As pessoas terem oportunidade de participar nas mesmas atividades que outras pessoas sem deficiência, com as necessárias adaptações.”

“Equidade, dar as mesmas oportunidades.”

“Estar em pé de igualdade, como por exemplo, na habitação, no mercado de trabalho...”

“Inclusão, para mim, é a possibilidade de todos os indivíduos com limitações ou não, poderem participar na sociedade.”

“Olhar para a diferença de um modo humano, aprendendo a potenciá-la como garante de sucesso social de todo e qualquer indivíduo.”

“A inclusão é a participação ativa de uma criança, jovens ou adulto com necessidades específicas em tudo o que está previsto para a sua faixa etária, independentemente da sua condição, subentendendo a criação de condições para a igualdade de acesso.”

“Embora seja bastante complexo proceder a esta definição, mas ficar-me-ei por uma definição ideal: poderá considerar-se inclusiva, no verdadeiro sentido do termo, a sociedade que aceite TODOS os seus membros, independentemente de quaisquer diferenças que possam apresentar, com iguais direitos e deveres. Tudo o resto nunca passarão de meros arremedos e "remendos", ditos inclusivos.”

- **O que define como mediação?**

Arriscando um pouco, uma vez que a mediação é um conceito relativamente recente e que não é habitualmente pensado em termos banais, questionou-se qual seria o conceito de mediação para os participantes. Tentativa feliz, dado que quase todos responderam a esta questão e deram contributos interessantes.

Aa primeiras respostas a destacar são claramente aquelas que consideram a mediação um processo de criação de pontes, que demonstram uma perspectiva que se pode aproximar à da regularidade dos autores que se debruçam sobre a mediação. Assim, para alguns participantes, a mediação é isso, é:

“O acto de intermediar ou criar pontes.”

“Mediação é fazer “pontes”! É estar presente e procurar que haja diálogo e entendimento entre as partes!”

“Estabelecimento de pontes para a promoção da aproximação das partes, quer através da informação, do esclarecimento e da desmistificação de pré-conceitos. Promoção de boas relações entre os pares, empregado / empregador, utente / instituição, Deficiente / família, etc....”

“Mediação, é, fazer uma ponte, entre as pessoas com deficiência, e as pessoas sem deficiência.”

“Mediação é articular, estabelecer a ponte entre serviços, encontrar em conjunto uma resposta interventiva que tenha significado para a pessoa com deficiência.”

“É a ponte entre o utilizador e o seu objetivo.”

Depois, outras perspectivas debruçam-se sobre a mediação como elo de ligação, como um meio facilitador ou articulador de algo, um estabelecedor de consensos:

“Encontrar consensos.”

“Mediação é a utilização de algo ou alguém que facilita a interação entre as partes.”

“É o elo de ligação entre as pessoas com deficiência e a população em geral.”

“Facilitador da inclusão.”

“É a função de aproximar as partes, permitindo que negociem a solução desejada para uma divergência.”

“A ação levada a cabo por alguém, externo à situação, para possibilitar o contacto entre pessoas, instituições ou serviços.”

“Articulação entre instituições/família/sociedade.”

- **Considera importante a existência da mediação como ferramenta no âmbito da inclusão das pessoas com deficiência?**

Ainda no seguimento da questão anterior, questionou-se acerca da importância da mediação como instrumento do paradigma inclusivo.

aqui, como se pode ver no gráfico 14, a esmagadora maioria (38) admite que sim, considera a mediação importante nesse âmbito. Algo expectável, tendo em conta as respostas pertinentes anteriores.

Considera importante a existência da mediação como ferramenta no âmbito da inclusão das pessoas com deficiência?

39 respostas

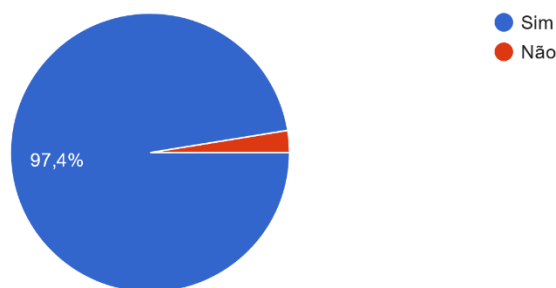


Gráfico 14 - Importância da mediação como instrumento da inclusão

- **Na sua opinião, os grupos e associações possuem um papel mediador no âmbito da inclusão?**

Mais uma vez, a opinião é quase unânime. A maioria dos participantes (33) reconhece a importância dos movimentos associativos no âmbito do paradigma inclusivo.

Na sua opinião, os grupos e associações possuem um papel mediador no âmbito da inclusão?

39 respostas

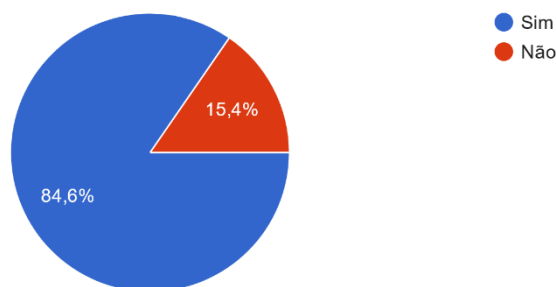


Gráfico 15 - papel mediador dos movimentos associativos

Nesta questão, pediu-se que os inquiridos justificassem a sua opinião de forma breve, sendo que 25 o fizeram. De entre as justificações elencadas, são de destacar as seguintes:

“Possuem um papel mediador no âmbito da inclusão pois medeiam a relação das pessoas com deficiência e a sociedade em geral.”

“Através da sua mobilização fazem a mediação entre a pessoa com deficiência e a sociedade.”

“Penso que se não fosse essas associações, as pessoas não tinham ferramentas para se defender, nem como saber lidar com a sua diferença e muitas vezes não se sentiam úteis para a sociedade e também na sua própria vida.”

“Os grupos / associações tem mais poder / persuasão que a pessoa singular, por outro lado possuem um acumular de conhecimentos e experiências que permitem melhor argumentação e informação, logo outra sensibilidade e melhor conhecimento da realidade e necessidades.”

“Qualquer pessoa pode fazer mediação, no entanto as Associações, pela sua idoneidade e experiência têm muito mais aceitação na resolução de problemas ou questões.”

“Os grupos e associações são representativos de minorias que necessitam de alguém que os represente nos mais variados contextos da sociedade.”

“Porque através da sua ação podem sensibilizar a população em geral para a problemática da deficiência. Não faria sentido haver órgãos associativos, se não desempenhassem essa missão. “

“Para os cidadãos comuns, a deficiência é um mundo longínquo. Nesse sentido, torna-se necessária a luta de outras entidades para tornar visível a causa e mediar esse contacto com a diferença.”

“Infelizmente ainda se tem de defender a inclusão, em vez de ser natural haver pessoas diferentes, a verdade é que somos todos diferentes e não tem de haver um padrão.”

“Uma associação terá responsabilidade de: mediar, traçando objetivos, reivindicando-os com capacidade de argumentação tentando conquistar os objetivos.”

De facto, se fizermos uma análise mais profunda às afirmações acima, verificamos que a sua maioria remete para a prática da mediação realizada por movimentos associativos.

8. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS

Com a investigação realizada no âmbito da presente dissertação, e através dos resultados obtidos nesta, pretendeu-se compreender o papel mediador dos movimentos associativos pelo olhar dos dirigentes de três associações entrevistados, e pela perspetiva de uma pequena amostra populacional que de forma menos aprofundada (por se tratar de um questionário) permitiu retirar algumas ilações pertinentes.

Desta forma, a presente discussão de resultados procura ir de encontro não só aos objetivos previamente definidos, mas também inter-relacionar esses resultados com os contributos teóricos também inicialmente apresentados no enquadramento teórico realizado.

Como objetivo principal, pretendeu-se *analisar e compreender o papel mediador dos movimentos associativos na promoção do paradigma inclusivo*, em Portugal.

Numa primeira abordagem, quis-se *analisar e compreender os papéis e formas de atuação dos movimentos associativos*. A este respeito, e a partir da informação recolhida, pode inferir-se que os movimentos associativos desempenham um papel predominante na promoção da inclusão social das pessoas com deficiência.

Na atualidade, a inclusão é não só um conceito que deve ser tido em conta e pensado, nos mais variados âmbitos, mas também um conceito que se encontra em destaque na discussão acerca do tema da deficiência. neste contexto, pode dizer-se que a trajetória do indivíduo com deficiência tem sido sobejamente marcada por preconceitos e lutas pelos

seus direitos, de acordo com cada cultura dentro das sociedades. Por outras palavras, a visão da deficiência e das pessoas com deficiência varia não apenas consoante os contextos histórico e social, mas também consoante o contexto cultural em que se inserem. Nesta evolução, destacam-se quatro paradigmas que tentam explicar esta evolução segundo Sasaki (2012): Exclusão; Institucionalização/Segregação; Integração e Inclusão.

Apesar de na atualidade o paradigma inclusivo se mostrar dominante, ao analisarmos os dados obtidos, essencialmente através dos questionários, algumas respostas denotam um ainda enraizado paradigma integrativo, que contempla o conceito de integração social, e que se baseia num modelo médico da deficiência. O problema aqui, é que nesse paradigma era o indivíduo que se tinha de adaptar e não a sociedade. E é essa mesma integração que em alguns momentos é aqui equiparada, ou confundida, com inclusão.

Neste sentido, e porque a inclusão pressupõe a adaptação do ambiente ao indivíduo e não o contrário, conforme se pôde verificar, os movimentos associativos entram em cena como facilitadores, mediadores e promotores da inclusão. Para isso, atuam de forma não só preventiva, através da informação, sensibilização, como também interventiva, através do desenvolvimento de projetos, atividades, e do apoio direto.

Também aqui, se pode inferir que existe uma consciência das pessoas na sociedade em geral acerca da existência dos movimentos associativos e das suas formas de atuação.

Num segundo objetivo, onde se pretendeu *analisar e compreender a relação entre associações, a sociedade e o Estado*, conclui-se que esta relação acontece naturalmente, uma vez que uma (associações) não resulta sem as outras nem esta pode ser uma relação unilateral. Na sociedade em geral, como um todo, esta relação dá-se essencialmente através da sensibilização e da informação. Desse modo, e em toda a sua atuação, os movimentos associativos estão em constante contacto não só com a sociedade propriamente dita, obviamente, mas também com o Estado, com o qual existe naturalmente uma estreita colaboração, quer através de parcerias, cedência de espaços para atividades, quer do financiamento de projetos com fundos estatais e alguns até financiados através de fundos europeus.

Num terceiro e último objetivo, *analisar e compreender o impacto dos movimentos associativos na promoção do paradigma inclusivo, do ponto de vista destes e da população em geral.*

No que concerne ao paradigma inclusivo, o mediador e o interventor social mostram-se atores de suma importância, na medida em que a trajetória da pessoa com deficiência tem sido também ela marcada por diversas tensões, especialmente no âmbito das acessibilidades, onde normalmente são vividas situações de discriminação devido à existência de barreiras, que colocam em causa a autonomia, bem-estar e inclusão dos indivíduos. Nesta medida, pode dizer-se que os movimentos associativos acabam por desempenhar ambos estes papéis: de mediadores e de interventores sociais, como bem vimos ao analisar as informações obtidas neste estudo.

No âmbito da inclusão social dos indivíduos com deficiência, a mediação e a figura mediadora sob a forma de associações, grupos, etc., tem, como tal, um papel fundamental enquanto instrumento da desejada inclusão, conforme demonstram os resultados desta investigação.

Em suma, a mediação é um processo dinâmico, ativo e de aprendizagem mútua, com carácter preventivo, e que fomenta a comunicação e a capacidade de as partes, em conjunto “se encontrarem”, transformarem e chegarem a um resultado positivo para ambas.

Finalmente, no que respeita ao âmbito da deficiência, não é diferente. Também neste se faz necessário o uso da mediação. Surgem assim os movimentos associativos, aos quais, concluímos, cabe um importante papel mediador.

CONCLUSÕES

Conforme anteriormente explicitado, a presente dissertação pretendeu analisar e compreender o contributo dos movimentos associativos para a inclusão social das pessoas com deficiência, nomeadamente através do seu claro papel mediador. Para tal, este estudo focalizou-se nas perspetivas e visões de dirigentes de três associações da área da deficiência que foram entrevistados e de um grupo de 39 indivíduos anónimos que responderam de forma voluntária a um breve inquérito por questionário.

A inclusão social de pessoas com deficiência é hoje uma problemática em forte discussão, uma vez que apesar de na atualidade se poder considerar que estamos perante o paradigma inclusivo como atual eixo de orientação, na verdade, são ainda visíveis nas opiniões recolhidas as “marcas” do paradigma da integração, que antecedeu o paradigma inclusivo. Este é um dos motivos que pode ser apontado como entrave à passagem fluida de paradigma, uma vez que ao estarem ainda enraizados os princípios da integração, a consideração dos princípios da inclusão por parte da sociedade em geral acaba por não ser tão rápida quanto desejado. Ainda assim, e tendo em conta a contextualização teórica elaborada, é possível denotar as mudanças significativas que se têm vindo a operar nos paradigmas associados à deficiência ao longo dos tempos.

No respeitante à mediação, quando falamos neste conceito, falamos num conceito relativamente recente, e por conseguinte, é ainda pouco expressiva a sua clara associação a algumas áreas e temáticas. A área da deficiência e da inclusão social são duas delas. Como tal, procurou-se com esta investigação aprofundar e contribuir para a expressão da mediação nestas áreas. É também um conceito dinâmico e ativo, de aprendizagem mútua, com caráter preventivo, e que fomenta a comunicação e a capacidade de as partes, em conjunto “se encontrarem”, transformarem e chegarem a um resultado positivo. Neste ponto, analisado a informação obtida com a investigação, pode dizer-se que os movimentos associativos na sua atuação correspondem diretamente a este conceito, uma vez que através das suas formas de atuação procuram fomentar a transformação da sociedade com vista à almejada inclusão social das pessoas com deficiência.

Finalmente, considera-se que os resultados obtidos através da presente investigação foram de grande pertinência, tendo permitido chegar às conclusões desejadas, através do conhecimento aprofundado da atuação dos movimentos associativos, do respetivo papel

mediador, assim como das suas relações com a sociedade e o Estado, sem esquecer que os seus caminhos vão na direção do paradigma inclusivo. De outro prisma, os questionários aplicados, ainda que num registo mais vago, permitiram concluir que apesar de a inclusão efetiva ainda ser um problema social, as sociedades, especialmente em termos de pessoas com deficiência, se encontram cientes da existência e atuação dos movimentos associativos estudados, assim como possuem ideias e noções pertinentes acerca da mediação e da inclusão enquanto conceitos que pode dizer-se que vivem de mãos dadas.

Não obstante, é evidente a necessidade de mediação entre o indivíduo com deficiência e a sociedade, e a importância do papel dos movimentos associativos que cada vez mais vão surgindo com vista a dar respostas às necessidades das pessoas com deficiência e que criem pontes com vista à inclusão social efetiva através da sua atuação, essencialmente mediadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E WEBGRAFIA

- Bogdan, R. C., & Biklen, S. K. (1994). *Investigação qualitativa em educação*. (M. J. Alvarez, S. B. Santos, & T. M. Baptista, Trads.) Porto: Porto Editora.
- Capul, M., & Lemay, M. (2003). *Da educação à intervenção social*. Porto: Porto Editora.
- Coutinho, C. P. (2014). *Metodologias de investigação em ciências sociais e humanas: teoria e prática*. Coimbra: Almedina.
- Dubechot, P., Le Quéau, P., & Messu, M. (2000). Os empregos da inserção e do local. Em J.-N. Chopart, *Os Novos Desafios do Trabalho Social* (pp. 147-161). Paris: Dunod.
- Ferreira, J., & Schuch, P. (2010). Direitos e ajuda humanitária: perspectivas sobre família, gênero e saúde. Rio de Janeiro, Brasil: Fiocruz. doi:978-85-7541-314-2
- Fonseca, M. (2000). *Proteção Jurídica dos Portadores de Deficiência*. São Paulo: Editora Esplanadas ADCOAS.
- Freire, S. (2008). Um olhar sobre a inclusão. *Revista da Educação*, pp. 5-20.
- INR, I.P. (julho de 2019). Guia Prático: Os Direitos das Pessoas com Deficiência em Portugal/República Portuguesa. Portugal. Obtido em outubro de 2020, de Web site Governamental: República Portuguesa: <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3d%3dBAAAAB%2bLCAAAAAAABACzMDW0AAAFlyTYBAAA AA%3d%3d>
- Jares, X. R. (2002). *Educação e Conflito: Guia de Educação para a Convivência*. Edições ASA.
- Kuhn, T. S. (1970). *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva.
- Latorre, A., Rincón, D., & Arnal, J. (1996). *Bases metodológicas de la investigación educativa*. Barcelona: GR92.
- Matos, S. N., & Mendes, E. G. (jan. de 2014). A proposta de Inclusão Escolar no Contexto Nacional de Implementação das Políticas Educacionais. *Revista Práxis Educacional*, pp. 35-59.
- Merriam, S. (1988). *Case Study Research in Education*. Jossey-Bass.

- Mertens, D. M. (1998). *Research Methods in Education and Psychology: Integrating Diversity with Quantitative and Qualitative Approaches*. SAGE Publications.
- Organização das Nações Unidas. (dezembro de 2006). Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. (G. d. Comparado, Trad.) Obtido em outubro de 2020, de https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/pessoas_deficiencia_convencao_sobre_direitos_pessoas_com_deficiencia.pdf
- Organização Mundial de Saúde. (2004). Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. 7-12. (A. Leitão, Trad.) Lisboa. Obtido em outubro de 2020, de <https://catalogo.inr.pt/documents/11257/0/CIF+2004>
- Organização Mundial de Saúde. (2011). *Relatório Mundial Sobre a Deficiência*. Obtido em outubro de 2020
- Pinto, P. C., & Pinto, T. J. (dezembro de 2019). *Pessoas com Deficiência em Portugal: Indicadores de Direitos Humanos 2019*. Universidade de Lisboa, Observatório da Deficiência e Direitos Humanos. Lisboa: ISCSP - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. doi:978-989-646-136-2
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Sasaki, R. (1997). *Inclusão - Construindo uma Sociedade para Todos*. Rio de Janeiro: WVA.
- Sasaki, R. K. (jul. ago. de 2012). Causa, impedimento, deficiência e incapacidade, segundo a inclusão. *Revista Reação*, pp. 14-16.
- Silva, F. C., Vieira, M. B., & Cabaço, S. (2013). Direitos iguais, vidas desiguais: as atitudes dos portugueses sobre a desigualdade. Em A. C. Pinto, L. de Sousa, & P. Magalhães, *A qualidade da democracia em Portugal: a visão dos cidadãos* (pp. 179-210). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Sousa, F. V. (2017). *A Interação Entre a Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a Constituição da República Portuguesa Sob o Enfoque do Princípio Pro Homine*. Obtido de http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/civil/eb_DireitoPessoasD2017.pdf
- Torremorell, M. C. (2008). *Cultura de Mediação e Mudança Social*. Porto Editora.

ANEXOS

ANEXO 1

GUIÃO DE ENTREVISTA INDIVIDUAL – MEMBRO ASSOCIATIVO OU DE GRUPO

Tema: O papel mediador das associações, grupos e outros movimentos associativos da área da deficiência e inclusão.

Objetivos Gerais e Específicos:

- Compreender a atuação das associações, grupos e outros movimentos associativos da área da deficiência e inclusão;
- Estudar e compreender o seu papel, nomeadamente no que respeita à mediação;
- Compreender de que forma essas organizações contribuem para a promoção do paradigma inclusivo das pessoas com deficiência;
- Estudar e compreender a visão dos seus membros organizacionais relativamente ao seu papel mediador, possíveis lacunas e respetivas hipóteses de melhoria.

1. Apresentação – Início da Entrevista

- 1.1 Apresentação do Entrevistador;
- 1.2 Exposição dos objetivos da entrevista;
- 1.3 Garantia de confidencialidade e de proteção de dados pessoais;
- 1.4 Solicitação de autorização para a gravação e tratamento posterior do conteúdo da entrevista;
- 1.5 Estimular positivamente o entrevistado para responder às questões.

2. Caracterização do Entrevistado e da Associação que representa

- 2.1 “Queira por favor apresentar-se, falando-me um pouco sobre si.” (nome, idade, nível de ensino, área de formação, naturalidade, deficiência ou não).
- 2.2 “Conte-me, agora, um pouco sobre a associação/grupo que representa” (designação/nome, ano de criação, área de influência ou zona de atuação, outra informação relevante).

2.3 “Qual o papel ou função que desempenha na associação/grupo?” (explorar as funções desempenhadas, descrevendo-as sucintamente).

3. Compreender a atuação da associação/grupo

3.1 “Quais são os princípios orientadores da associação/grupo?”

3.2 “De que forma atuam?”

3.3 “Com que público atuam e/ou intervêm?”

3.4 “Atualmente, têm algum tipo de parcerias? Se sim, com que tipo de instituições ou organizações?”

3.5 “Nas parcerias que possuem, estas são habitualmente em que âmbitos e pautadas por que tipos de atividades?”

3.6 “Na vossa atuação, têm algum tipo de colaboração direta ou indireta com o Estado? Se sim, com que organismos representantes e sob que formas?”

3.7 “Quais considera serem os objetivos mais prementes a atingir pela associação/grupo no âmbito da defesa e da promoção da inclusão das pessoas com deficiência?”

4. O papel mediador da associação/grupo

4.1 “Na sua opinião, o que entende por mediação?”

4.2 “Considera que a vossa associação/grupo desempenham um papel mediador através da sua atuação? É possível explicar, sucintamente, a sua opinião?”

4.3 Sob que formas considera que essa mediação acontece? E entre que intervenientes?”

4.4 “Que importância atribui à mediação na vossa atuação? Porquê?”

4.5 “Sucintamente, que resultados são obtidos, de forma geral, das práticas mediadoras da associação/grupo?”

4.6 “Relativamente à inclusão, como é para si definida?”

4.7 “Considera a mediação como sendo um instrumento da inclusão? Porquê?”

5. Conclusão da entrevista

5.1 Informar que não existem mais questões a colocar, dando por terminada a entrevista.

5.2 Colocar em aberto a partilha de outras informações pertinentes ou complementares.

ANEXO 2

TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA – “MILACESSOS COOPERATIVA”

ENTREVISTADO: Pedro Brandão

LOCAL: Plataforma Zoom

DURAÇÃO: 30 minutos

Ent: Olá, boa tarde.

Ana: Creio que terá lido as questões que lhe enviei, correto?

Ent: Sim sim.

A: Deu uma vista de olhos, pronto.

Ent: Sim, é isso mesmo.

A: Pronto, queria começar por perguntar-lhe se posso gravar a nossa conversa, para tratamento posterior?

E: Pode, sim, sim.

A: Então, podemos começar?

E: Vamos a isso.

A: Fale-me então um pouco sobre si, apresente-se.

E: ok, muito bem. então, o meu nome é Pedro Brandão, sou presidente da cooperativa milaccessos, e o meu percurso na área da acessibilidade começou por volta de 2007, numa agência de viagens, que na altura, se chamava Accessible Portugal e que era uma agência que fazia turismo para pessoas com mobilidade condicionada, e foi a minha primeira apresentação a este mundo, por assim dizer. eu não conhecia ninguém que tivesse mobilidade condicionada, e, e pronto, tive uma pequena formação. eu ia fazer o papel de guia, a minha formação de base é história, e eu lembro-me na altura o que eles...isto tudo entrou porquê, porque eu vi um anúncio num jornal que pedia pessoas que soubessem sobre a história de lisboa, mas que nunca tivessem trabalhado no turismo. e isto, mais tarde eu depois percebi porquê, porque queria-se formar uma pessoa sem ter....sem...sem ter as...as noções do que é que era...ou seja, não se queria pessoas com..com...com ideias sobre o que é que era o turismo dito convencional, e queria-se formar uma pessoa para um turismo mais...mais humano, de certa forma mais...mais...mais personalizado. e pronto, foi...na altura foi essa a minha entrada neste mundo, por assim dizer...e comecei a fazer, uma série de tours, uma serie de passeios, a conhecer uma serie de gente diferente. E primeiro apercebi-me logo aqui de uma grande realidade...que era, que...isto havia os turistas, por assim dizer, tinham uma capacidade económica para efetivamente poderem usufruir de momentos de lazer...e depois havia o paradigma nacional, em que...não vou dizer que são todos, claro que não...mas, uma grande maioria das pessoas não tinham...tinham apenas o direito, hmm, consagrado na lei, mas não...mas não mais do que isso.

A: Certo.

E: e então, uns anos depois, por volta de dois mil...e doze...ou se calhar já dois mil e treze, a agencia acaba..acaba porque nunca teve...era um nicho de mercado tao pequenino que acabou por nunca ter...por nunca...por nunca ter lucro. E, eu com mais uma das minhas colegas que...estava...estava em cadeira de rodas...estava e está...pensámos em criar uma solução um bocadinho diferente...e é aí é que nasce a Milaccessos. a Milaccessos nasce com o propósito de..fazer...fazer turismo, proporcionar momentos de lazer...a pessoas com mobilidade condicionada, mas tendo em conta o paradigma nacional, não é? E...e daí que a gente seja uma cooperativa...e não...e estamos no terceiro setor, para poder trabalhar de outra forma este...este, este público, esta, esta questão. e eu...

A: Hmm, queria só questionar em que zona é que se encontram? que eu agora, agora de repente...

E: Ok. Nós estamos em Lisboa.

A: Ok. Certo. Bem, tinha essa ideia...e foram criados em...em que ano?

E: 2013. E começa em 2013...já com uma noção perfeitamente...do que é que era um...um projeto desta...e pronto...parece que não...mas...os anos todos, na Accessible Portugal, na altura...deu-nos para ficar a perceber como gerir um negocio deste género, mas por outro lado também...a falta que ele fazia, e a forma como ele não podia ser encarado...enquanto mais um negócio, simplesmente...o turismo é um mundo bastante complicado, com margens de lucro minúsculas e...estar a trabalhar um segmento de mercado muito comum...quando estamos a falar em direitos torna-se...era...era impossível de gerir um negócio assim, de facto. Pronto, então olhe, fundámos a Milaccessos, uma cooperativa de serviços...e a ideia é ter, com...com o público estrangeiro...encontrar os fundos para manter a entidade, e para poder fazer depois com aqueles que não podem. Porque...eu nunca me esqueci, uma vez, hmm...eu fui ao Bairro Padre Cruz, buscar uma senhora que estava em casa há 20 anos...ela não saía de casa porque ela não tinha como sair de casa, e o mundo dela era a televisão. Ou seja, saía de casa quando os bombeiros lá iam a casa buscá-la pra ir...pra ir ao hospital. E tava há 20 anos em casa, e...lembro-me na altura, nós fomos...fomos à Expo, dar ali um passeio, uma coisa muito simples. Mas para ela aquilo fez toda a diferença. E...eu nunca me esqueci disso, e quando...quando com mais amigos pensámos: "ok, vamos aqui tentar fazer uma coisa diferente"...eu nunca...eu nunca me esqueci dessa senhora. E nunca me esqueci de que...com pouco...ou seja...as emoções...a hipótese de proporcionar momentos de lazer às vezes são coisas que...não dá...é impagável, por assim dizer.

A: Exato, exato. Com pouco se faz muito, se calhar era o que ia dizer (risos).

E: Era isso mesmo.

A: Então...dê-me um exemplo assim de qualquer coisa que vocês façam...uma...vocês fazem atividades? Como é que atuam?

E: Ok. Então, nós temos uma área de serviços, que é uma animação turística, e trabalhamos com...acima de tudo com os cruzeiros, em Lisboa. Com os cruzeiros...e com outras pessoas que entram em contacto connosco, e, basicamente, em Lisboa, quando chegam aquelas pessoas naqueles grandes cruzeiros, nós estamos lá à espera delas, para poder ir fazer um...um pequeno passeio por Lisboa...temos vários percursos, totalmente adaptados, em que podemos estar a mostrar a cidade a essas pessoas. Para além disso, isso é por assim dizer, a nossa "cara" de serviços. Depois dentro da área...dentro da área da solidariedade social temos uma série de projetos que se vão desenvolvendo conforme vamos fazendo candidaturas. Vamos...estamos neste momento com um projeto com a Associação dos Deficientes das Forças Armadas na zona de...na zona dos Olivais, onde estamos a trabalhar...por um lado, trabalhámos os acessos...criar rampas, criar...criar uma série de infraestruturas que eles precisavam e que não tinham. Por outro lado, também depois trabalhar a própria comunidade, para que...eu hoje, ponho uma rampa na rua, e amanhã não quero que a pessoa que chegou a casa estacione o carro em frente à rampa e depois não a consigo utilizar...

A: Exato.

E: Ou seja, trabalhar aqui...porque muitas vezes...as pessoas não fazem isto de propósito, só que simplesmente não estão minimamente despertas para...para estas realidades. E a pessoa chega à noite a casa, tá cansada, quer é estacionar o carro, nem pensa...nem pensa...que, ao estacionar ali o carro tá a impedir que uma pessoa consiga...pura e simplesmente passar para o outro lado da rua...e, pronto, tem sido neste momento...é o projeto que nós temos...é isso...é isso que estamos a trabalhar. Para além, de com outras associações irmos mantendo, fazendo...passeios...adaptados, promovendo o lazer...o acesso ao lazer às pessoas.

A: E...e vão...ou seja, fazem parcerias portanto?

E: É evidente que sim, sozinho ninguém vai a lado nenhum (risos). E neste mundo, é impossível tar sozinho não é? É simples. Nós somos...a ideia é...pronto, e pegando outra vez naquilo que se disse à bocado, que era, com pouco se faz muito...eu dou um bocadinho, e o outro dá outro bocadinho e consegue-se...

A: Exato. E normalmente, são parcerias sempre mais ou menos com as mesmas instituições, vão alternando...?

E: Depende. Depende. Naturalmente que sim, nós temos algumas instituições com as quais já conhecemos...como por exemplo...por exemplo, existe uma associação de arquitetos que é a Colectivo Warehouse, com a qual trabalhamos...para criar atividades...e para ajudar a criar acessibilidades. É um conjunto de arquitetos que...eles chamam-se Coletivo Warehouse. E...e é...e trabalhamos muito com eles...eu por aquilo que eu percebi não está em Lisboa, pois não Ana?

A: Não, não, é Leiria.

E: Pronto. Ok, está bem então. E...mas...em Lisboa existe uma...existe um programa que se chama Bipzip, e o Bipzip é um programa da CML em que...a Câmara financia projetos até...20 mil euros. Projetos trianuais...até 20 mil euros, e nós concorremos muito a essa linha para fazer...sei lá, estivemos a fazer desde o guia de turismo para pessoas com mobilidade condicionada para Viana do Castelo...tivemos...pronto...trabalhamos sempre a área da acessibilidade, a área do acesso ao lazer. Pronto. E...e tem sido muito através do Bipzip, ou através de...de fundos europeus...ou o Erasmus+...porque este setor vive muito destes projetos...como forma de...de conseguir trabalhar, e também como forma de conseguir sustentabilidade.

A: Exato. Sim senhor. Costumam estar então em colaboração direta com o Estado, neste caso com a CML...?

E: Com a CML...a SS não, porque simplesmente ainda não houve...não se propôs...nem houve assim nenhum projeto...mas sim, basicamente, quais são as nossas entidades financiadoras? São a Câmara...e a UE, através de projetos...através de projetos de maior alcance. Sim, acaba por ser isso.

A: E quais é que considera serem os objetivos mais prementes, ou principais a atingir pela vossa associação no âmbito da inclusão?

E: O objetivo é só um, é promover o acesso ao lazer à pessoa com mobilidade condicionada. Agora...a forma como se lá chega...é através de trabalhar as pessoas que recebem...nós temos...nós...nós damos muita formação por exemplo ao comércio...como atender uma pessoa em cadeira de rodas, como receber uma pessoa cega...como...nós temos noção, que a pessoa do outro lado por assim dizer, não tem todas as ferramentas para poder atender. Mas a pessoa que está...a pessoa com deficiência também não está a pedir o perfeito, ela quer é que consiga ter a sua...a sua...a sua necessidade satisfeita. E, trabalhamos muito o comércio, em como receber. Ou seja, porque...quando se trabalha o acesso ao lazer...se for um turismo convencional, por assim dizer, a infraestrutura já lá está toda montada. Já há hotéis, já há tudo e mais alguma coisa. Quando se trabalha na área da deficiência, ligar para um hotel, e perguntar se ele é acessível...isto acontecia-me mais em 2003...hoje em dia felizmente já não acontece tanto. Mas em 2003 eu ligava para um hotel, perguntava se tinham quartos acessíveis, a resposta era "sim, é barato". A acessibilidade era vista...o acessível era visto como um...como algo que não era caro. Ou então, tinha a resposta "sim, sim, é totalmente acessível, só tem dois degraus". Ou então, uma coisa que acontece muitas vezes que é, "não, não é acessível mas está cá quem ajude".

A: Pois...

E: Olhe, ainda hoje, por exemplo, tava a ver...tava a ver se fazia um passeio no Douro, com uma pessoa em cadeira de rodas, e...e eu liguei, para...tentar...à procura de...uma série de empresas que têm barcos no Douro e há uma que me disse assim "não é acessível, mas nós temos bancos, e nós ajudamos a pessoa a sentar-se no banco". E depois eu perguntei-lhe, "e quanto tempo é que dura?". E a resposta foi "são dez horas e meia"...e eu "então dez horas e meia sem ir à casa de banho...", "ahh, pois". (risos)

As pessoas não estão despertas, não têm noção. E é preciso, muito, muito, muita formação.

A: Pronto. Vamos passar aqui a umas questões que são mais dentro daquilo que eu específico no estudo, que tem a ver com a mediação. E agora, queria que me dissesse, para si, o que é que entende por mediação?

E: Ok. A mediação, é...ser uma pessoa que...facilita, ajuda...outra pessoa a conseguir alcançar algum objetivo.

A: E considera que a vossa associação, nesse caso, desempenha um papel mediador através da sua atuação?

E: Sim. Quer através da formação, quando ajudamos o comércio, ou outro público a dotar-se de ferramentas...pessoas para que possam atender a pessoa com deficiência. Dessa forma estamos claramente a fazer mediação...fazemos igualmente mediação quando...eu julgo que qualquer projeto que seja feito, qualquer coisa que possa ser feita para melhorar, pode ser de certa forma enquadrada numa...numa mediação. Porque...há aqui um princípio que nós temos que é...tudo o que é feito, é feito a pensar na autonomia da pessoa. Eu se vou a algum lado, tento ser o mais autónomo possível. Temos que partir do princípio que a pessoa com deficiência tem todo o direito também, de ter todas as ferramentas para ser autónoma...ela já tem uma série de constrangimentos, então muitas vezes o que nós tentamos é, indicar à pessoa qual é a realidade, para que...porque...a própria pessoa com deficiência é que sabe quais são os seus constrangimentos na...quais é que são os seus constrangimentos melhor que ninguém. Dizendo à pessoa qual é a realidade ela pode decidir se quer ir ou se não quer ir. Por exemplo...vamos pensar aí em Leiria. Se eu disser a uma pessoa como é que são feitos os acessos a Leiria...ao Castelo de Leiria, por exemplo...a pessoa pode decidir se consegue ou não consegue ir, não é? Pronto, e ela já sabe o que é que pode encontrar, já sabe onde é que poderá haver casas de banho adaptadas...ninguém vai de férias pensando que não vai conseguir ir a uma casa de banho...

A: Pois, exato.

E: Às vezes são estas coisas quase que irrisórias, que nós não ligamos muito...essa casa de banho, aqui, faz toda a diferença entre ir e não ir a algum lado.

A: Exatamente. Quanto às vossas práticas mediadoras, que basicamente é a vossa atuação em si, não é? Que resultados normalmente obtêm? Vocês têm muita adesão, por parte das pessoas com deficiência?

E: Mais ou menos. Isto da pandemia foi uma coisa assim um bocadinho complicada não é...primeiro, das pessoas que vinham de fora do país, ninguém quer ficar doente longe de

casa...e...a pessoa com mobilidade condicionada é uma pessoa mais frágil...não temos feito...acabámos por...na parte do acesso ao lazer puro e duro, não temos feito muita coisa. Começámos a fazer agora outra vez, felizmente, mas, tivemos quase dois anos, por assim dizer, parados. De resto, o trabalho como...eu, nós...como uma associação muitas vezes...porque é assim, acabamos por entrar muito...fala-se muito na deficiência, mas que acaba por não ser só a deficiência não é...não nos podemos esquecer da terceira idade, da pessoa mais idosa, que tem uma mobilidade condicionada natural...e que precisa na mesma de saber...se calhar não consegue fazer um caminho todo de seguida e precisa de parar no meio, precisa de saber onde é que pode descansar pelo caminho...é preciso sempre ter...não há aqui grande capacidade de improvisação...a pessoa têm as suas necessidades, temos que conhecer os sítios pra onde vamos...sim, mas trabalhamos também...de certa forma até...de certa forma nós até acabamos por trabalhar mais com a pessoa idosa do que com a pessoa com deficiência...com uma deficiência motora ou com...

Pronto...outro exemplo de mediação, estou-me agora a lembrar, nós fizemos muitas ementas de restaurantes em braille, para cegos. Fizemos muito isso para que eles pudessem ter...em Lisboa há uma série de casas de fados, e nós trabalhámos muito aí a nível das ementas e a nível dos menus que eles tinham, para que um cego também pudesse...pudesse ler.

A: Então considera que o vosso trabalho, portanto, tem sucesso, tem bons resultados? Achar que tem corrido como pretendiam?

E: Ok. Há sempre hipótese de melhorar, digo já.

A: Exato.

E: E...essa pergunta torna-se um bocado complicada tendo em conta a pandemia...

A: Sim.

E: Parece que não, mas foram quase um ano e meio não é...de uma vida alternativa em que muita coisa parou, muita coisa ficou suspensa, e daí que, se calhar se não tivesse havido a pandemia se calhar já tínhamos crescido mais. Mas sim. Sendo assim

continuamos nós...nós desde o início do projeto decidimos sempre avançar muito devagar...não quisemos...ninguém nunca quis entrar aqui em...despesas...por assim dizer...preferimos sempre dar um passo de cada vez. Pronto, olhe, deu muito jeito agora aqui com a pandemia, porque depois, ok, não devíamos dinheiro a ninguém, não tínhamos que fazer assim pagamentos que não...que não fossem aqui normais. Pronto, acabou por dar jeito. Sim. (risos)

A: Pronto. Temos aqui só mais duas questões. Uma delas é...e agora aqui para interligar também com a mediação, o que entende, ou, para si, o que é a inclusão?

E: Ok. Então, a inclusão é...dar a capacidade a alguém que não tem as mesmas capacidades...ou seja...vou estar aqui a repetir-me, mas pronto, ou seja, para uma pessoa poder ter os mesmos direitos, nem sempre...eu não posso ter a mesma resposta, eu tenho que adaptar a minha resposta a pessoas que têm necessidades diferentes. Eu não posso dizer que as pessoas têm direito...todos têm direito à segunda-feira a ir tomar o pequeno-almoço ao café, por exemplo, e depois não arranjar...ok, têm direito e eu pago, por assim dizer...e eu pago, sei lá olhe...e eu pago o café às pessoas que lá vão. Mas se há pessoas que não têm hipótese de lá ir eu tenho que arranjar uma forma de a pessoa conseguir lá ir. E há outras pessoas que conseguem ir por elas próprias, mas eu tenho que adaptar a minha resposta, para que haja uma inclusão...para que haja, de facto, a mesma oportunidade do acesso ao direito, e para que a pessoa consiga gozar o mesmo direito da mesma forma que os outros.

A: Certo. Então, última questão. Considera a mediação um instrumento da inclusão? Sim ou não, e porquê?

E: A mediação...pode...pode-se tornar um instrumento...muitas vezes é um dos instrumentos da inclusão, quando há um apoio mais personalizado, quando há uma diferenciação na forma de apoiar alguém a progredir...faz toda a diferença.

A: Certíssimo. Questões, não tenho mais, chegaram ao fim...tem alguma coisa que ache pertinente complementar aqui? Alguma informação...algo mais, relativamente a tudo o que falámos até aqui?

E: Ora bem. Este...o...o estudo tem a ver com a inclusão, e com a mediação...muito bem. Os grupos, as associações, parte-se do princípio...as pessoas associam-se em grupo ou em associações, ou em cooperativas ou...o que quer que seja...para poder...é...é algo voluntário. As pessoas identificam-se com uma causa e juntam-se para...para a poder promover. E daí que, naturalmente que, dentro do terceiro setor acaba-se sempre por se estar a fazer...a mediação. Acaba-se sempre por se estar a fazer a mediação, porque, primeiro, é um ato voluntário...é um ato voluntário da pessoa, ela não está a ser obrigada a nada, e ela está ali porque...porque reconhece que pode ter um papel a fazer...reconhece também que...pode...poderá ajudar com o seu trabalho, poderá ajudar a vida de outros. E daí que acaba sempre por ser a mediação...quer seja direta ou indireta...a pessoa pode estar diretamente com outra pessoa, ajuda-a a que ela consiga alcançar alguma coisa, dá-lhe um apoio...sei lá...nós temos aquelas medidas do IEFP com o emprego apoiado, ou...há uma série de medidas feitas, precisamente para poder ajudar. Ou, como já existe muitas vezes, nos próprios Centros de Emprego através dos GIP's, em que é feita uma mediação, um apoio à pessoa...porque muitas vezes a pessoa não sabe...a pessoa se calhar teve...ou toda a vida lhe dizem que a pessoa é deficiente, a pessoa não sabe fazer as coisas, e a pessoa tem...porque muitas vezes as pessoas só vêm...só vêm a deficiência, não vêm a pessoa que está...que está por detrás da deficiência. E...existe nos Centros de Emprego muita mediação para que a pessoa saiba quais são as suas capacidades. Muitas vezes a pessoa se calhar não sabe é construir um currículo em que dê um destaque mais concreto às coisas que realmente ela sabe fazer, em vez de ser um currículo pró-forma, que é igual para todos, em que ela não se enquadra naquele modelo. Sim...ela é fundamental (a mediação) de certa forma, sim. (...)

A: Pronto. Não sei se tem mais alguma coisa a acrescentar?

E: Não. Apenas desejar-lhe muita sorte, que corra tudo bem, e o que for preciso estou à disposição.

A: Certíssimo. Agradeço-lhe desde já a disponibilidade e colaboração.

(FIM)

ANEXO 3

TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA – “ASSOCIAÇÃO CABRA-CEGA”

ENTREVISTADO: Pedro Nogueira

LOCAL: Plataforma Zoom

DURAÇÃO: 30 minutos

A: Muito boa tarde.

E: Boa tarde.

(...)

A: Podemos começar então?

E: Sim sim.

A: Ok. Pode por favor apresentar-se e falar um pouco sobre si, aqui para enquadrarmos primeiramente a entrevista?

E: Pedro Nogueira. 44 anos. Licenciado em Engenharia Eletromecânica...fiquei cego há...10 anos, por aí...

A: O Pedro é de que zona?

E: Eu sou de Sobral de Monte Agraço.

A: Ok.

E: E a Ana?

A: Eu sou de Santarém, mas resido em Leiria.

E: Ok.

A: Fale-me um pouco agora sobre a associação que representa. Faça assim um resumo pequenino.

E: A associação Cabra-Cega foi uma associação que nasceu em 2016. Depois de ter ficado cego fiz reabilitação e andei à procura de algumas respostas...pá...que não encontrava nas instituições que havia...na altura, pá..e pensei...já que vou andar à procura das respostas para mim, porque não disponibilizá-las também para os outros? E então juntei-me com...com outras pessoas cegas...que conhecia na altura e que são hoje amigos meus, sem qualquer deficiência...e formámos a associação Cabra Cega que tem como objetivo, não só informar as pessoas com deficiência visual, mas sensibilizar também para as problemáticas da deficiência...as questões da acessibilidade, não só a acessibilidade física, mas no nosso caso as principais dificuldades que temos, que são as acessibilidades webs e digitais. Bom, e a falta de formação que havia na altura, em relação ao uso de tecnologias, com os leitores de ecrã...e pronto, basicamente é isso.

A: E a vossa zona de atuação e de influência, é mais local, regional?

E: É assim, a nossa zona de atuação presencial é mais local, pronto. Nomeadamente aqui em Sobral de Monte Agraço, nos concelhos aqui à volta, Torres Vedras, Arruda dos Vinhos, Alenquer, Mafra...Lisboa, Lourinhã...basicamente andamos por aqui. Depois, temos também uma abrangência nacional, porque desenvolvemos um trabalho de formação à distância. Ou seja, nós temos formandos dos país todo.

A: E qual é o seu papel, a sua função na associação?

E: Fui o promotor da associação, sou o presidente da direção, e exerço voluntariamente, sendo também formador da associação. Assim resumidamente, é isto.

A: E quais são os princípios orientadores da associação?

E: Os princípios orientadores da associação...pá...basicamente, o respeito pelas capacidades e as diferenças de cada pessoa. Depois, o respeito pelos direitos...e pelos deveres, de cada cidadão. E depois é um bocado...o tentar ajudar as pessoas, tentar

informar as pessoas...pronto...tentar dar respostas às pessoas...respostas que eu não encontrei, pronto..no fundo...neste momento o nosso principal objetivo é além de informar e de sensibilizar...para a problemática da deficiência visual...é, dar formação e apoio às pessoas com deficiência visual.

A: Certo. Atualmente, têm algum tipo de parcerias, e se sim, com que tipo de instituições ou organizações?

E: Temos várias...costumamos trabalhar com uma associação da deficiência também aqui no Sobral, uma associação que está mais ligada à deficiência intelectual...temos uma parceria com o Município do Sobral, que nos cedeu a sede da associação, temos um contrato de comodato...já estabelecemos aí algumas parcerias com a Altice, que nos cedeu equipamento...ganhámos um prémio do BPI Capacitar em 2019, que financiou o projeto que nós temos de formação online...sei lá, parcerias que eu tenha aí assim mais...pá...costumamos com o Gabinete de Apoio à Deficiência Visual de Torres Vedras, costumamos contactar bastante com outras instituições da área da deficiência visual...pronto...vamos partilhando experiências e às vezes juntamo-nos por algumas causas, pronto, e basicamente é isso.

A: Pronto, aqui a próxima questão já me respondeu, que seria se tinham alguma colaboração direta ou indireta com o Estado...

E: Sim, com o Estado temos com a Câmara, tivémos também com o IEFP...sim. Estamos à espera também do estatuto de IPSS...

A: E quais consideram serem os objetivos mais prementes a atingir pela vossa associação no âmbito da defesa e da promoção da inclusão?

E: Os objetivos mais prementes...primeiramente, é o dar formação às pessoas, e capacitá-las para que possam ingressar no mercado de trabalho. Depois, a sensibilização dos empregadores, sejam públicos ou privados...para que percebam que as pessoas com deficiência visual conseguem perfeitamente desempenhar algumas tarefas tão bem ou melhor do que pessoas sem deficiência visual. E sensibilizar para que estas pessoas também precisam de emprego não é...hoje em dia fala-se da reforma antecipada para as

peças com deficiência, mas esquecem-se que para as peças terem a reforma, primeiro têm que ter emprego.

A: Exato.

E: Pronto, e essa é uma questão pela qual lutamos. Depois, a outra questão, e é uma das principais barreiras que as peças enfrentam também na procura de emprego, são as acessibilidades. Porque muitas vezes nas empresas não dão emprego às peças com deficiência visual, porque os softwares que usam muitas vezes não são acessíveis. Pronto, e então temos que sensibilizar aqui também a sociedade, para que...quando constroem plataformas e programas, que os tornem acessíveis.

A: Quando fala em formação, aqui, a formação que vocês dão é formação profissional, ou dão mais algum tipo de formação para além desta?

E: É assim, nós estamos a dar formação não propriamente formação profissional, no sentido lato da palavra. Aquilo que nós estamos a dar formação é no uso de tecnologias de apoio. Ou seja, nós ensinamos o word, o excel...a trabalhar com o computador, com recurso a um leitor de ecrã. Ou seja, nós ensinamos a pessoa a usar o leitor de ecrã para trabalhar com os programas. Tal como ensinamos a pessoa por exemplo a trabalhar com o telemóvel com recurso ao leitor de ecrã do telemóvel, ou por exemplo a trabalhar com o leitor autónomo, com uma linha braille...ou seja, com produtos de apoio. Depois, damos também alguma formação ao nível das atividades de vida diária. Por exemplo, peças que ficam cegas, nós damos formação de como é que hão-de reconhecer o dinheiro...ou seja, partilhamos experiências, de como é que as peças podem adaptar o seu dia a dia para conseguirem fazer as tarefas do dia a dia.

A: Agora, vamos passar aqui a um conjunto de questões que são mais no cerne do estudo. Que será sobre aqui, o papel mediador da vossa associação, neste caso. Vou começar por perguntar, na sua opinião, o que entende por mediação? Mediação no geral, não exatamente apenas relacionada com a deficiência.

E: Sim. A mediação no fundo é...tentar chegar a consensos entre duas partes não é...basicamente, é mediar entre duas partes...pronto, é isso que eu acho que é a mediação.

A: Ok. Então, e considera que a vossa associação desempenha um papel mediador através da sua atuação?

E: Sim, de certo modo sim, sim. Acabamos por...pá, nas formações que damos nós damos formações não só a pessoas com deficiência mas também a pessoas que lidam com pessoas com deficiência visual. Ou seja, e às vezes temos que fazer um bocado essa ponte, essa mediação, para tentar fazer com que as pessoas que não têm deficiência percebam aquilo que às vezes a pessoa com deficiência não consegue explicar. Pronto, porque às vezes aquilo que acontece é a pessoa com deficiência por exemplo numa atividade de vida diária quer fazer as coisas, e os familiares têm medo de a deixar fazer...porque não conhecem a realidade. E aquilo às vezes o que nós dizemos é, epa, mas se eu consigo e sou cego, a pessoa também é capaz...mas tem de ter oportunidade para isso. No fundo, também, a mediação que nós fazemos entre a pessoa que procura trabalho e o empregador, não é...pronto...ou por exemplo, fazemos a mediação também, na questão das acessibilidades. Porque se for só uma pessoa a reclamar, entre aspas, que não tem acessibilidade, só por si, a empresa ou o proprietário do software ou do equipamento não vai ligar quase nada não é...se formos nós enquanto associação, além de representarmos mais pessoas, temos uma visão mais abrangente das situações, temos outros conhecimentos que as pessoas se calhar não têm, e conseguimos explicar que aquela acessibilidade pode ser tornada possível às vezes com coisas muito simples.

A: Que importância atribui à mediação na vossa atuação, e porquê? Se acha que é importante, se é algo mais secundário digamos...e porquê?

E: É assim, na parte da formação...não tem assim tanta importância, não é...vai ter importância na questão de...de sensibilização das outras partes...pronto...e isso é bastante importante e temos tido resultados, de pessoas que andavam há não sei quanto tempo a tentar ser autónomas e não sei que mais, junto das famílias, junto..às vezes é pessoas que trabalham...nos empregos...e estavam lá só a fazer aquela tarefa específica e não os deixavam fazer mais não é...e depois a sensibilização acaba por ajudar essas pessoas a ser mais autónomas, a conseguirem fazer mais coisas...

A: E, sucintamente, que resultados normalmente costumam obter? Positivos? Sente que conseguem de facto ajudar a maior parte das pessoas?

E: É assim, às vezes os resultados não são imediatos. Isso é uma coisa que às vezes vai, com muito tempo...é tipo água mole em pedra dura tanto bate até que fura. (risos) E então é um trabalho um bocado...as vezes é um bocado ingrato, mas...ao fim de algum tempo é que vemos alguns resultados...e sim, já temos tido resultados positivos, temos outros que pronto, nem tanto, mas que continuamos a batalhar neles...pronto, com vista a conseguirmos algum resultado positivo.

A: Tem assim algum caso de sucesso digamos, que queira destacar? Assim alguém que tenha marcado pela sua passagem pela associação?

E: Temos ajudado tanta gente...(risos)

A: Às vezes há sempre ali alguém que se destaca...

E: Sim, pá, por exemplo, tenho uma pessoa que trabalhava como telefonista, numa empresa, e o trabalho dela era mesmo só atender o telefone, desligar o telefone...ligar o telefone, desligar o telefone...pronto, e era uma pessoa que estava ali sub aproveitada não é...e com estas formações a pessoa adquiriu competências e conseguiu...através do apoio que nós damos também para que as pessoas peçam...ou seja, a informação que damos, e o apoio que damos na situação e pedidos de produtos de apoio, a pessoa conseguiu pedir um computador para...pronto, para ela própria, começou a aprender a mexer no computador de uma forma mais profissional, digamos assim...e com isso neste momento faz mais trabalho na empresa, já consegue ver e-mails, já consegue tratar de outras coisas que não tratava, por exemplo.

A: Vocês em termos de produtos de apoio, já que referiu, é mais numa questão de informar e apoiar, em como é que as pessoas devem solicitá-los, ou prescrevem mesmo?

E: Não, neste momento a única coisa que nós fazemos é informar as pessoas, e ajudar as pessoas...por exemplo, as pessoas para pedir os produtos de apoio têm que apresentar três orçamentos do produto não é...aquilo que nós fazemos primeiro é, vemos com a pessoa,

aconselhamos, olhe, eu acho que pra si, você precisava de...deste produto assim assim, e mais daquele assim assado, pronto, e aconselhamos a pessoa, agora tem que ir ao centro prescriptor da sua zona, pronto, vai ter que levar estes documentos, relatórios médicos e afins, e vai pedir estes produtos...e ajudamos logo a pessoa a levar, digamos assim, estudada, uma justificção para o que é que quer aqueles produtos, e porque é que precisa deles..porque muita gente o grande problema de pedir os produtos de apoio é que as pessoas depois não conseguem explicar para que é que precisam deles...e depois acompanhamos o processo no seu todo. Pronto, quando chega a altura dos orçamentos, ajudamos a pedir os orçamentos, quando é preciso...ou indicamos as empresas que vendem aqueles produtos...pronto...e acompanhamos o processo. Mas de resto, não somos nós que prescrevemos, não somos nós que financiamos...nós só acompanhamos e informamos.

A: Relativamente à inclusão...e estas são aqui as minhas últimas duas questões...como é para si definida a inclusão? O que é que ela é para si?

E: A inclusão...a inclusão é uma coisa sobre a qual nem sequer devia ser preciso falar dela (risos).

A: Exatamente. É verdade...

E: ...era sinal de que ela efetivamente existia. Bom...depois, o que é que pra mim é a inclusão...a inclusão é quando uma pessoa...ou seja, quando é reconhecida não é...que há uma diversidade humana, que todas as pessoas são diferentes, não é...quando respeitamos essas diferenças...e acima de tudo, quando as valorizamos. Quando tivermos estes três fatores...podemos dizer que temos uma sociedade inclusiva. Mas quando as pessoas reconhecerem...portanto, que todas as pessoas são diferentes...todas as pessoas têm pontos positivos...e pontos negativos...e quando respeitarem a diferença de cada pessoa...e valorizarem essas diferenças. Porque às vezes uma pessoa ter uma deficiência pode ser uma mais-valia nalgumas situações.

A: Exato.

E: Pronto...isto pra mim é a inclusão.

A: Considera...voltando aqui à mediação e também para interligar as duas, considera a mediação como sendo um instrumento da inclusão? Sim ou não, e porquê?

E: Sim...a mediação neste caso acaba...pelo menos a mediação que nós tentamos fazer, acaba por ser um...um instrumento para a inclusão não é...porque...ou seja, ao ajudarmos as pessoas a serem mais autónomas, a integrarem-se melhor...primeiramente na família e depois na sociedade...nos empregos e afins...estamos a promover uma sociedade inclusiva. Estamos a promover a inclusão das pessoas nos vários âmbitos.

A: Ok. Não tenho de momento mais questões, mas pergunto, tem alguma informação que ache pertinente aqui complementar ao que falámos?

E: Não, acho que não...(risos) se a Ana tiver mais perguntas estamos disponíveis...estamos cá para ajudar...pronto...como digo, não só as pessoas com deficiência visual, mas todas as pessoas que se interessam por...por ajudar as pessoas, e que se interessam por esta área...da deficiência, da inclusão...estamos cá para ajudar.

A: Muito obrigado. Hmm, no caso da vossa associação, vocês atuam mesmo estritamente só com pessoas invisuais ou amblíopes, certo?

E: Mais ou menos...também apoiamos por exemplo, pessoas surdo-cegas também...apoiamos por exemplo, professores de educação especial...pronto...nas nossas formações nós temos professores de educação especial...a assistir às formações...para verem como é que nós ensinamos para eles pronto, também terem ferramentas para apoiar os alunos deles, por exemplo...mas basicamente...depois na área...na parte da...na parte da sensibilização e das acessibilidades, aí, trabalhamos um bocadinho...pronto, para toda a gente, a população global. Por exemplo, posso dizer que...ao andar a fazer...fiz aqui no Sobral por exemplo, um levantamento das necessidades de acessibilidade, ao nível da vila, pronto, passadeiras...não é...que servem não só para as pessoas com deficiência visual, através da colocação de pisos tácteis...e com cores...para quem tem baixa visão...mas também para a sensibilização de que as passadeiras têm que ser rebaixadas...não podem ter degraus, têm de ser rampeadas, por causa das pessoas com mobilidade reduzida, em cadeiras de rodas...

A: Só uma questão, que há pouco não aprofundei...só aqui mais para contextualizar...o Pedro referiu que a sua cegueira foi adquirida, certo?

E: Sim sim.

A: Consegue-me dizer qual foi a causa? Aqui para enquadrar...se não for estar a perguntar demais (risos).

E: (risos) Não não. Eu nasci com deficiência congénita. Ou seja, eu nasci com falta de dedos nas mãos, com lábio leporino, fenda palatina...pronto...e depois, por causa dessas más formações congénitas...eu tinha uma...uma má formação aqui por causa do lábio leporino e da fenda palatina...tinha também aqui então uma má formação na cara, nas ligações entre o nariz, e aqui a garganta e afins, e alguma da porcaria que devia de sair pelo nariz, acumulava-se aqui na zona dos sacos lacrimais...e então, quando eu tinha catorze anos...andava sempre com os olhos infetados...e tive uma médica que decidiu que a solução para resolver aquelas inflamações, era fechar aquele canal, para a porcaria não sair do nariz...e ir para ali...mas pronto...ou seja, o que é que ela fez? Tirou os sacos lacrimais, e fechou aquela zona. Ou seja, resolveu-me aquele problema, arranjou-me um maior ainda...porque agora necessito de lubrificação nos olhos...e depois por falta de lubrificação fiquei com a córnea do olho opaca...ou seja, eu vejo...o que os médicos me dizem é: o meu olho por detrás está todo bom, eu vejo bem...a questão é, a córnea do olho, que é tipo aquela lente que temos à frente do olho não é...que é uma coisa transparente...a minha deixou de ficar transparente...começou a ficar toda branca, opaca...ou seja, a única coisa que eu vejo é se existe luz ou se não existe luz...praticamente já nem vultos vejo nem nada. Se tiver muita luz, ainda vejo pior...é como se eu tivesse uns óculos na cara completamente embaciados, e então vejo tudo branco, pronto...e então depois foi...isto foi aos catorze anos...ainda andei dez anos...tudo bem, a ver com os dois olhos, aos vinte e quatro anos perdi a visão do olho esquerdo...e depois aos trinta e quatro perdi do direito.

A: E...essa sua deficiência congénita, tem alguma causa adstrita, específica, conhecida?

E: Epa, os médicos não sabem bem qual foi a causa. O que eles me dizem é que eu tenho...pronto...em termos de genética...dizem-me que eu tenho o Síndrome de EEC...não sei especificamente o que é que é isso, se tem a ver um bocado com a pessoa...nasce tipo,

albina...e essas coisas assim...e eu sempre tive muita dificuldade em enfrentar a claridade...mas não, não sabem qual foi a causa...pronto, o médico que me operou desde...desde miúdo, o Dr. Gentil Martins, na Estefânia...os meus pais chegaram a perguntar se...se poderia ter sido, por causa que as pessoas falavam, "ah se calhar foi rubéola na gravidez e não sei quê..."...ele diz, "não, se fosse rubéola na gravidez, tinhas problemas cardíacos, e respiratórios"...e isso eu felizmente não tenho nada.

Os médicos não chegaram a conclusão nenhuma...e eu fiz na Estefânia estudos médicos e tudo...andaram a estudar...pronto, os meus trisavós, os meus bisavós...a ver se havia algum caso anterior...e não...não há nada...e os meus pais até fizeram testes de...testes de compatibilidade e não sei quê, a ver se havia alguma incompatibilidade, não há nada, tanto que eu tenho mais dois irmãos, mais novos...sem qualquer problema...pronto, não sabem mesmo do que é que foi.

A: Certo. Bem, da minha parte, por agora é tudo. (...) Muito obrigada pela disponibilidade e colaboração.

E: (...) Obrigado. Boa tarde.

ANEXO 4

TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA – “BENGALA MÁGICA”

Entrevistado: Dídía Lourenço

LOCAL: Plataforma Zoom

DURAÇÃO: 30 minutos

A: Olá, bom dia.

E: Olá, bom dia Ana.

A: (...) sendo assim, podemos então começar?

E: Sim sim.

A: Certíssimo. Começo por pedir para se apresentar, e falar um pouco sobre si...nome, idade, a sua área de formação, onde reside...e de seguida vamos falar um pouco sobre a associação.

E: Ok. Então, o meu nome é Dídía Lourenço, tenho 44 anos, sou professora de educação especial...também fiz mestrado e doutoramento na área da formação de professores, onde também exerço atividade...atualmente estou em mobilidade estatutária na Bengala Mágica, portanto, a fazer assessoria técnico-pedagógica à associação, da qual sou também presidente da direção...sou mãe de uma criança de 6 anos, um menino, que é cego...e que foi também o motivo da fundação desta associação, juntamente com outros pais...resido no concelho de Palmela...

A: Fale-me agora então um pouco sobre a associação que representa, assim sucintamente...o motivo da criação, em que ano, a vossa área de influência...e mais informações que ache importantes aqui dizer...

E: Bem. Então, a associação Bengala Mágica foi fundada em outubro de 2017, por um grupo de pais, e de mães de crianças cegas e com baixa visão...por termos verificado que não existia nenhuma associação do género...existiam algumas associações de adultos, de pessoas adultas com deficiência visual, mas nenhuma associação de pais mais vocacionada para as questões das crianças, dos jovens, e também das próprias famílias. Surgiu porque...eu, e outros pais...sentimos que, quando nos deparamos com esta realidade, de...de recebermos a notícia de que temos uma criança com esta limitação...nos sentimos muito desamparados não é, muito desorientados...e todos nós fazemos...a primeira coisa que fazemos é ir à internet...e tentar procurar o que é que existe, e todos nós nos deparamos com esta falha...e com a falta de respostas para as próprias famílias...também muita desinformação...pouco apoio em termos de...daquilo que temos que fazer...dos...a quem devemos recorrer...e, tivemos que, cada um destes pais fundadores, fazer um percurso solitário...e depois percebemos, que poderíamos ajudar outros pais, outras famílias, outros profissionais...para que não tivessem que passar por aquilo que nós passámos, ou pelo menos que tivessem que passar mas de forma acompanhada e menos dolorosa, digamos assim...e foi esse o motivo de termos fundado a associação...portanto, fizemos um primeiro encontro que divulgámos nas redes sociais para tentarmos juntar mais pais, mais familiares, mais amigos, portanto...apoiantes desta causa...e, a partir desse primeiro encontro que fizemos...penso que em maio de 2017...conseguimos realmente reunir apoio para depois fundarmos a associação.

Os objetivos da associação, são, de certo modo...naturalizar, desconstruir, alguns preconceitos sobre a deficiência visual...apoiar pais, familiares, de crianças e jovens com deficiência visual...dar formação a profissionais que trabalham com estas crianças e jovens...desde professores, técnicos, e outras pessoas, mesmo do meio clínico...e, também, desenvolver, ou proporcionar, diferentes experiências a estas crianças e jovens, sempre num ambiente inclusivo, portanto, todas as atividades que nós proporcionamos são sempre para todas as crianças e jovens, quer tenham ou não deficiência visual...ainda que, pensando nas necessidades deste grupo mais específico, mas alargando a todas as outras crianças e jovens. Portanto, estes são os principais objetivos, também, claro que subjacente a tudo isto está o...portanto...a relação, e a...a mediação...entre estruturas já existentes, quer da tutela, quer em termos de outras organizações, instituições...em que somos de certo modo um canal, para que famílias e crianças, e jovens, e pais, que não têm voz, muitas vezes, possam chegar a estas outras instituições de forma mais facilitada, por

uma associação que já está reconhecida e que tem uma forma de contacto também mais fácil.

A: Pronto, já me falou que é presidente da associação...fale-me um pouco das suas funções especificamente.

E: Atualmente eu...atualmente desde setembro, tenho funções na associação também profissionais. Portanto, isso não acontecia até setembro, desde a fundação da associação até setembro passado, a associação sempre funcionou através de voluntariado apenas, e eu já colaborava com a associação como voluntária, eu e todos os outros elementos da direção, e também pessoas que se juntaram a nós e que fazem parte de um outro órgão, que é o conselho técnico-científico, são pessoas que nós convidamos para apoiarem as atividades da associação...desde professores, psicólogos, médicos, enfermeiros, um advogado...que de algum modo dão aqui também algum...alguma forma de sustento, ou sustentabilidade, a algumas iniciativas, e portanto todos colaboravam de forma voluntária. Desde setembro, portanto, nós formalizámos...fizemos uma candidatura ao ministério da educação para formalizarmos um protocolo de cooperação, e esse protocolo prevê o destacamento de um professor para trabalhar na assessoria técnico-pedagógica da associação. Como eu sou, e já era, antes de ser mãe do meu filho, professora de educação especial, portanto enquadrava-me aqui nos parâmetros para poder ser destacada, e de facto foi isso que aconteceu. Portanto, fiquei também com estas funções que de certo modo vêm também aqui possibilitar outra dinâmica e...uma colaboração mais...mais efetiva não é, e com muito mais tempo de trabalho para a associação. Portanto, neste momento, também...eu era vice-presidente, assumi as funções de presidente, uma vez que tenho mais disponibilidade para representar a associação em eventos, em iniciativas para as quais somos convidados...em termos das minhas funções, neste momento faço de tudo na associação. Portanto, desde responder a e-mails...que são de várias ordens...a fazer contactos com escolas, resolver situações que nos são colocadas, fazer esta tal mediação, organizar formação...nós fazemos muita formação para professores, e para técnicos...organizar os encontros de pais...fazemos também...temos encontros mensais, de pais...sei lá...organizar outro tipo de iniciativas...colaborar com outras associações, que também pedem muitas vezes a nossa colaboração para outras iniciativas...ajudar também aqui na concretização de outros projetos que temos, nomeadamente o projeto da filarmónica e de harmonia, que é um projeto que prevê o ensino da música e de instrumentos a crianças e jovens com e sem deficiência visual...ou seja, neste momento

eu estou à frente...passo praticamente o dia à frente do computador a dar resposta às solicitações e quando necessito vou onde tenho que ir também, para dar continuidade...e resolução dessas mesmas questões.

A: Vamos aprofundar agora aqui um pouco mais sobre a associação...que é a questão dos objetivos...eu tinha aqui princípios orientadores, mas já me respondeu como objetivos, portanto...agora, queria perguntar quais é que são as vossas formas de atuação principais, o que é que vocês fazem, enquanto associação?

E: Sim, acho que também já respondi...agora só aqui mais para sintetizar...as nossas formas de atuação principais, como já referi, é a capacitação, ou o empoderamento...dos pais e das famílias, e faze-mo-lo através de ações de sensibilização, através de atendimento presencial, por parte de psicólogos, ou de professores...ou resolvendo alguma situação imediata que possa ser necessária de desbloqueamento...por exemplo, de um subsídio...que os pais têm que tratar e não sabem como...de um contacto com uma escola, para resolver uma situação que não está a ser acautelada para uma criança...pronto, isto relativamente aos pais...pais, famílias...temos o gabinete de acolhimento, que acolhe novas famílias que nos contactam, e depois esse gabinete de acolhimento faz uma triagem daquilo que é necessário e passa para o gabinete de atendimento, onde já temos pessoas...que nós selecionamos, também de acordo com a necessidade, que vão dar uma resposta mais imediata e mais eficaz à solicitação das famílias. Por vezes, muitas das situações que temos acabam por não ser diretamente resolvidas por nós, porque também não temos forma de resolver...mas fazemos o encaminhamento para estruturas que já existem. Portanto, sabemos o que é que existe, em termos de respostas, e encaminhamos as famílias para esse tipo de estrutura, para resolução da situação. Outra das nossas linhas de atuação, tem a ver aqui com a capacitação, a formação, dos professores...professores especializados, e não só, também os professores do ensino regular...que têm na escola crianças e jovens com deficiência visual e que muitas vezes não têm uma formação adequada e que permita dar uma resposta eficaz...e portanto, preparamos, organizamos, formação acreditada...portanto, trabalhamos...temos um protocolo com o Centro de Formação de Professores, que faz a acreditação das formações para que possa ter também vantagens...porque os professores precisam de créditos para progressão em carreira...portanto, temos isso em atenção...preparamos, e organizamos, e convidamos formadores e dinamizadores para estas sessões...e portanto, este é também aqui um dos

aspectos mais fortes da associação...é a formação. Outra das nossas valências tem a ver aqui com a organização de iniciativas inclusivas...tanto na área do desporto, como na área do lazer, como...na área mais lúdica...e portanto aqui, temos algumas parcerias, com municípios, com entidades privadas...teatros por exemplo...e outras em que...portanto, de forma irregular, quando queremos fazer alguma iniciativa contactamos, e tentamos sempre obter aqui o espaço, e as pessoas para nos ajudarem...e...pronto, e proporcionamos também estas experiências às crianças, aos jovens...de forma também a mostrarmos que a criança e o jovem com deficiência visual é capaz de fazer tudo. Portanto, não há nenhuma limitação efetiva que não seja ultrapassada se houver oportunidade e se houver acessibilidade. Portanto, a acessibilidade é outra das nossas...dos nossos pontos fortes, onde trabalhamos bastante, que é procurar tornar acessível às nossas crianças e jovens eventos culturais, por exemplo...teatro, cinema, concertos, atividades de biblioteca...e pronto, é isto, são aqui os aspectos mais relevantes penso eu.

A: Pronto. Agora ia questionar aqui acerca de parcerias, que já falou que tinham, sim...relativamente a colaboração direta ou indireta com o Estado...Câmaras...têm agora neste momento alguma?

E: Pronto. Temos uma parceria formalizada com o Ministério da Educação, onde temos um protocolo de cooperação, onde nós nos comprometemos a determinadas coisas e o Ministério compromete-se a ceder, portanto, este recurso...que neste momento sou eu, é o Ministério que me paga para eu poder trabalhar para a associação. E esta é a nossa parceria que é mais..digamos...que é mais robusta. Depois, temos...com Municípios, temos uma parceria, também muito...já muito consolidada, com a Câmara Municipal de Palmela, que nos cede...nos está neste momento a ceder um espaço aqui no concelho de Palmela...e também temos organizado...não é organizado...portanto...eles organizam, atividades, e nós acabamos por colaborar com a nossa visão e com a nossa experiência, para tornar essas atividades acessíveis a crianças com deficiência visual. Nomeadamente, por exemplo, criaram agora um museu há pouco tempo, e nós fomos ver, como é que o museu poderia ficar acessível, portanto, dar os contactos...para contactarem as pessoas que poderiam criar os recursos...e depois temos uma outra parceria, que já existe desde 2018, com a Junta de Freguesia de S. Domingos de Benfica, que nos cedeu o espaço para a nossa sede...pronto, e que mantemos, também, desde a altura...portanto, temos a sede em S. Domingos de Benfica...nesta parceria são mais eles que colaboram e que nos dão o

espaço e os recursos que necessitamos...em termos aqui de...falou-me de instituições...públicas, não é? Apenas...?

A: Sim, mas privadas também. Vem aqui na pergunta seguinte.

E: Privadas, como eu já tinha referido, portanto, temos várias associações que são parceiras...a ACAPO, o Movimento de Expressão Fotográfica, a Associação Dona Ajuda...ou seja, eu poderia agora elencar aqui várias, são muitas, temos muitas associações parceiras. Como disse há pouco, também, a Pró-Inclusão...o Centro de Formação da Pró-Inclusão...de certo modo, é assim, sempre que precisamos de algum tipo de ajuda e recorremos a alguma instituição, normalmente as instituições aderem. Portanto, não temos esse problema. Tudo isto que eu tenho estado a referir, todos estes protocolos, todas estas atividades...são feitas de forma graciosa...ou seja, as pessoas colaboram graciosamente, e neste momento, portanto...como já referi, a única pessoa que trabalha para a associação sou eu, que sou paga pelo Ministério. Todo o outro trabalho é voluntário...mesmo das pessoas que fazem parte do Gabinete de Atendimento aos pais...os psicólogos que dinamizam o grupo de pais...o atendimento psicológico, que eu não referi, que também temos...para pais e para crianças com deficiência visual...portanto, tudo isso é feito de forma voluntária.

A: Ok. Vamos passar agora aqui a um bloco de perguntas mais dentro do âmbito aqui do objetivo do estudo, e vou começar por lhe perguntar, na sua opinião, o que é que entende por mediação? Algo sucinto.

E: Mediação...portanto, é...é um meio, de...portanto, de uma pessoa ou de uma instituição, chegar a outra...lá está, com recurso a um mediador, portanto, é...é uma forma de se chegar a determinado local, sem ter que lá ir...sem ter que...presencialmente não é...ou não...mas ter alguém que o possa fazer por si...portanto...não sei explicar muito bem...assim em poucas palavras, mas...penso que é isso...

A: Então, considera que a vossa associação tem um papel mediador através da sua atuação?

E: Sim. Sim, considero que sim. Portanto, a Bengala Mágica tem um papel muitas vezes de mediação entre as famílias e os diferentes organismos públicos, privados...diferentes instituições...também diferentes pessoas...muitas vezes é esse o nosso papel.

A: Que importância atribui à mediação na vossa associação, e porquê? Se acha que é muito importante, pouco...

E: Eu acho que é muito importante, porque já percebemos que muitas vezes os pais, as famílias de crianças com deficiência visual, tentam contactar alguns organismos...e não obtém resposta...e quando contactamos através da associação, nós conseguimos obter essa resposta. Portanto, é um canal facilitador para poder chegar aqui à conversa, ao contacto, com instituições que de uma forma isolada, os pais não conseguiriam...os pais, os professores...portanto...a pessoa, de forma individual.

A: De forma geral, os resultados então que obtém dessas práticas mediadoras, considera que são positivos?

E: Sim. Bastante positivos. Até agora temos conseguido resolver, ou desbloquear, muitas situações que por vezes os pais sozinhos não conseguem, e em último recurso, recorrem à associação e...e pronto...e nós através dos nossos canais de comunicação privilegiados, ou por vezes até através dos mesmos canais de comunicação que os pais, conseguimos obter uma resposta.

A: Relativamente à inclusão, como é que ela é para si definida? O que é que considera que seja a inclusão propriamente dita?

E: A inclusão, para mim, é quando se pensa tudo para todos. É, portanto, não pensar...quando eu digo tudo, é tudo, portanto...atividades, iniciativas, materiais, recursos, vida, sociedade...é pensar em...em organizar, em conceber, tudo, para que todos possam ter acesso. Porque se pensarmos que estamos a conceber uma atividade só para crianças com deficiência visual, não estamos a ser inclusivos. Estamos a excluir alguém. Do mesmo modo, se pensarmos que estamos a conceber uma atividade em que as crianças com deficiência visual não podem participar, não estamos a ser inclusivos. Estamos a excluir este grupo. Portanto a inclusão é isso, é...era...o ideal pra mim era que não fosse necessário falar de inclusão...portanto, que ela existisse naturalmente.

A: Exato. Agora, esta é a última questão...que está ligada a esta anterior...considera a mediação como sendo um instrumento da inclusão? Sim ou não, e porquê?

E: Sim, considero. Considero...acho que o ideal era que não houvesse necessidade não é...portanto, se realmente a inclusão existisse naturalmente não haveria necessidade de mediação para que se conseguisse por vezes desbloquear situações, e resolver situações de exclusão. Mas como sabemos que há...situações em que os grupos, as minorias...sejam elas por questões de deficiência ou outras, são excluídas, ou não são incluídas...por vezes é preciso haver mediação, de estruturas coletivas...que de algum modo sejam a voz dessas minorias e que promovam a inclusão. E é isso.

A: Pronto. Da minha parte, as questões terminaram, não sei se quer acrescentar alguma coisa, que ache importante complementar ou destacar aqui?

E: Não, eu penso que não. Portanto...o guião...eu por acaso tinha dado assim uma leitura muito superficial, porque acho que é mais produtivo se formos naturais e respondermos de forma natural...

A: Sim, sim. Tanto que eu fui saltando aqui algumas coisas, porque foi respondendo...

E: Mas pronto, não tenho nada a acrescentar...portanto...aqui...talvez o papel importante que as associações têm para suprir muitas vezes lacunas que o próprio Estado acaba por não conseguir resolver, e que são as associações a resolverem e a serem estes tais canais...que fazem com que as pessoas anónimas possam ter alguma expressão. E pronto, aqui o que eu gostaria de destacar é que tendo esta visão, seria importante maiores apoios, mais apoios para as associações não é...e para este trabalho que é tão meritório. E que muitas vezes é feito de forma quase amadora...que foi aquilo que aconteceu com a nossa associação durante estes últimos anos, até haver esta possibilidade do destacamento. Fizemos aqui um trabalho todo ele voluntário, de forma muito amadora, mas que como tínhamos aqui uma parte afetiva muito...muito grande não é? Porque somos todos pais, e ninguém quer o melhor para os seus filhos do que os pais. Acabámos por...e acabamos ainda...pode despender de muito do nosso tempo livre, do nosso tempo de família...para dedicar a esta causa que é nossa, e é de todos os outros que estão conosco...e que por

vezes isto não é reconhecido. No nosso caso, acho que foi reconhecido, com esta possibilidade que tivemos de poder aqui ter um apoio mais efetivo por parte de um elemento...que fundou a associação...mas, em muitos casos, não é reconhecido e depois chegamos aqui ao ponto de não termos...como nós dizíamos muitas vezes...não termos mãos a medir...porque tínhamos já muitas solicitações, muitos pedidos de intervenção, de ajuda, e não conseguíamos dar resposta, pela falta de recursos humanos. Pronto, e desejar muitas felicidades para o trabalho...espero que consiga dar aqui também uma...acrescentar, algo...

A: Agradeço. E obrigada mais uma vez, pela disponibilidade e colaboração.

ANEXO 5

Sinopse de Entrevista

➤ “Milaccessos Cooperativa” – entrevista a Pedro Brandão

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	ANÁLISE	EXCERTO DA ENTREVISTA
Apresentação/ caraterização do entrevistado	Apresentação do entrevistado	Percurso iniciado em 2007.	“...o meu percurso na área da acessibilidade começou por volta de 2007...”. “...eu ia fazer o papel de guia...”
	Funções/papel do entrevistado na associação	Formado em História. Presidente da Cooperativa Milaccessos.	“...a minha formação de base é história...” “...sou presidente da Cooperativa Milaccessos...”
Apresentação/ caraterização da associação	Início da associação	Fundada em 2013.	“E começa em 2013...”
	Localização da sede	Lisboa.	“Nós estamos em Lisboa.”
	Caraterização da associação	Cooperativa de serviços remunerados, essencialmente a turistas estrangeiros. Com as verbas resultantes, fornecem	“...uma cooperativa de serviços...” “...com o público estrangeiro...encontrar fundos para manter a entidade, e para poder fazer depois com aqueles que não podem.”

		serviços de turismo acessível gratuitos.	
Atuação da associação/grupo	Princípios orientadores	Proporcionar atividades de lazer acessível a pessoas com mobilidade condicionada.	“a Milaccessos nasce com o propósito de...(…)fazer turismo, proporcionar momentos de lazer...a pessoas com mobilidade condicionada...”
	Público-alvo	Turistas e turistas com mobilidade condicionada.	“...com o público estrangeiro...” “...a pessoas com mobilidade condicionada...”
	Formas de atuação	Animação turística, com percursos adaptados por Lisboa.	“...nós temos uma área de serviço, que é uma animação turística...” “...temos vários percursos, totalmente adaptados...”
		Outros projetos na área da solidariedade social.	“...dentro da área da solidariedade social temos uma série de projetos...” “...” trabalhamos os acessos...criar rampas...criar uma série de infraestruturas

			que eles precisavam e que não tinham.”
		Sensibilização da sociedade.	“...também depois trabalhar a própria comunidade...”
		Formação.	“damos muita formação...”
	Parcerias	Parcerias com outras associações, instituições, a CML.	<p>“...com outras associações...”</p> <p>“temos algumas instituições com as quais já conhecemos...(...) a Colectivo Warehouse...”</p> <p>“...um programa que se chama Bipzip, e o Bipzip é um programa da CML...”</p> <p>“...estivemos a fazer desde o guia de turismo para pessoas com mobilidade condicionada de Viana do Castelo...”</p>
	Colaboração com o Estado	Colaboração com a CML. Candidaturas a projetos com fundos europeus. UE.	<p>“...um programa que se chama Bipzip, e o Bipzip é um programa da CML...”</p> <p>“ou através de...de fundos europeus...ou o Erasmus+...”</p>

	Objetivos a alcançar pela associação	Promoção do acesso ao lazer à pessoa com mobilidade condicionada.	“...é promover o acesso ao lazer à pessoa com mobilidade condicionada.”
Papel mediador da associação/grupo	Visão sobre o conceito de mediação	Mediação vista como uma forma de facilitação no alcance de objetivos.	“A mediação, é...ser uma pessoa que...facilita, ajuda...outra pessoa a conseguir alcançar algum objetivo.”
	Papel mediador da associação	Considera que a associação desempenha um papel mediador, através da formação e dos projetos realizados.	“Sim. Quer através da formação...(...) dessa forma estamos claramente a fazer mediação...” “...eu julgo que qualquer projeto (...) qualquer coisa que possa ser feita para melhorar, pode ser de certa forma enquadrada numa...numa mediação.”
	Importância atribuída à mediação na atuação da associação		
	Resultados das práticas mediadoras	Considera haver sempre hipótese de melhoria.	“Há sempre hipótese de melhorar...”
	Visão sobre o conceito de inclusão	Vê a inclusão como uma forma de	“é...dar a capacidade a alguém que não tem

	<p>capacitação, onde se adaptam as respostas a necessidades diferentes para que existam as mesmas oportunidades de acesso aos direitos de forma equal.</p>	<p>as mesmas capacidades...”</p> <p>“...eu tenho que adaptar a minha resposta a pessoas que têm necessidades diferentes.”</p> <p>“...mas eu tenho que adaptar a minha resposta, para que haja uma inclusão...”</p> <p>“...a mesma oportunidade de acesso ao direito, e para que a pessoa consiga gozar o mesmo direito da mesma forma que os outros.”</p> <p>“...pode tornar-se um instrumento...muitas vezes é um dos instrumentos da inclusão...(...) faz toda a diferença.”</p> <p>“naturalmente que, dentro do terceiro setor acaba-se sempre por estar a fazer...a mediação.”</p> <p>“...acaba sempre por ser a mediação...quer seja direta ou indireta...”</p>	<p>Considera que a mediação pode ser um instrumento da inclusão que faz a diferença e que está naturalmente presente na atuação das associações.</p>
	<p>Mediação como instrumento da inclusão</p>		

			“Sim...ela é fundamental de certa forma, sim.”
--	--	--	--

ANEXO 6

Sinopse de Entrevista

➤ “Associação Cabra-Cega” – entrevista a Pedro Nogueira

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	ANÁLISE	EXCERTO DA ENTREVISTA
Apresentação/ caraterização do entrevistado	Apresentação do entrevistado	Formado em Engenharia Eletromecânica. Com cegueira total há cerca de 10 anos devido a condição de saúde congénita – Síndrome de EEC.	“Licenciado em Engenharia Eletromecânica”. “...fiquei cego há...10 anos, por aí...” “...dizem-me que eu tenho o Síndrome e EEC...”
	Funções/papel do entrevistado na associação	Promotor, Presidente e Formador da Associação.	“Fui o promotor da associação, sou o presidente da direção...(..)sendo também formador da associação.”
Apresentação/ caraterização da associação	Início da associação	Fundada em 2016.	“...nasceu em 2016.”
	Localização da sede	Com sede em Sobral de Monte Agraço.	“temos uma parceria com o Município do Sobra, que nos cedeu a sede da associação...”
	Caraterização da associação	Zona de atuação presencial no	

		<p>concelho de Sobral e nos concelhos vizinhos, embora seja de abrangência nacional, uma vez que dão formação à distância.</p> <p>É uma associação informativa e de sensibilização para a deficiência visual e as suas problemáticas.</p> <p>Dispõem também de formação e outros apoios.</p>	<p>“...a nossa zona de atuação presencial é mais local...”</p> <p>“Nomeadamente aqui em Sobral de Monte Agraço, nos concelhos aqui há volta, Torres Vedras, Arruda dos Vinhos, Alenquer, Mafra...Lisboa, Lourinhã...basicamente andamos por aqui.”</p> <p>“...temos também uma abrangência nacional, porque desenvolvemos um trabalho de formação à distância.”</p> <p>“...informar as pessoas com deficiência, mas sensibilizar também para as problemáticas da deficiência...”</p> <p>“...dar formação e apoio às pessoas com deficiência visual.”</p>
	Princípios orientadores	Tem como princípios orientadores o respeito pelas capacidades e	“...o respeito pelas capacidades e as diferenças de cada pessoa. Depois, o respeito pelos

<p>Atuação da associação/grupo</p>	<p>Público-alvo</p> <p>Formas de atuação</p>	<p>as diferenças de cada pessoa, o respeito pelos direitos e deveres de cada cidadão e o procurar dar respostas adaptadas às pessoas.</p> <p>População cega, surdo-cega ou amblíope, professores de educação especial e a sociedade em geral.</p> <p>Sensibilização.</p> <p>Informação.</p> <p>Formação no uso das TIC e produtos de apoio.</p> <p>Formação nas AVD's. Partilha de experiências.</p>	<p>direitos...e pelos deveres, de cada cidadão...”</p> <p>“...tentar dar respostas às pessoas...”</p> <p>“...também apoiamos por exemplo...pessoas surdo-cegas...”</p> <p>“...nas nossas formações nós temos professores de educação especial..”</p> <p>“...para toda a gente, a população global.”</p> <p>“...não só informar as pessoas com deficiência visual, mas sensibilizar também para as problemáticas da deficiência...as questões da acessibilidade...”</p> <p>“...desenvolvemos um trabalho de formação à distância.”</p> <p>“...dar formação no uso de tecnologias de apoio.”</p>
---	--	--	--

	Parcerias	<p>Parcerias com outras associações ligadas à deficiência, exemplo do Gabinete de Apoio à Deficiência Visual de Torres Vedras. Projeto de formação financiado pelo BPI Capacitar 2019. Parceria com a Altice.</p> <p>Colaboração com a Câmara</p>	<p>“...também damos alguma formação ao nível das atividades de vida diária.”</p> <p>“...partilhamos experiências...”</p> <p>“Temos várias...costumamos trabalhar com uma associação da deficiência também aqui no Sobral...”</p> <p>“...temos uma parceria com o Município do Sobral, que nos cedeu a sede da associação, temos um contrato de comodato...”</p> <p>“já estabelecemos algumas parcerias com a Altice...”</p> <p>“...ganhámos um prémio do BPI Capacitar 2019, que financiou o projeto que nós temos de formação online...”</p> <p>“...com o Gabinete de Apoio à Deficiência Visual de Torres Vedras...”</p> <p>“...com outras instituições da área da deficiência visual...”</p>
--	-----------	---	---

	<p>Colaboração com o Estado</p> <p>Objetivos a alcançar pela associação</p>	<p>de Sobral, com o IEFP.</p> <p>Aguardam a atribuição do estatuto de IPSS.</p> <p>Pretendem dar formação e capacitar as pessoas com vista ao ingresso no mercado de trabalho.</p> <p>Sensibilizar empregadores, a sociedade.</p> <p>Sensibilizar para a questão das acessibilidades.</p>	<p>“Sim, com o Estado temos com a Câmara, tivemos também com o IEFP...”</p> <p>“Estamos à espera do estatuto de IPSS...”</p> <p>“...é dar formação às pessoas, e capacitá-las para que possam ingressar no mercado de trabalho.”</p> <p>“...a sensibilização dos empregadores...”</p> <p>“...e então temos que sensibilizar aqui também a sociedade, para que...quando constroem plataformas e programas, que os tornem acessíveis.”</p>
	<p>Visão sobre o conceito de mediação</p> <p>Papel mediador da associação</p>	<p>Entende a mediação como uma forma de mediar duas partes, de chegar a consensos.</p> <p>Considera que a associação desempenha um papel mediador através da formação que</p>	<p>“...é...tentar chegar a consensos entre duas partes...”</p> <p>“...é mediar entre duas partes...”</p> <p>“Sim, de certo modo sim...”</p> <p>“...nas formações que damos, nós damos formações não só a pessoas com</p>

Papel mediador da associação/grupo		proporciona, através do seu trabalho na questão das acessibilidades.	deficiência, as também a pessoas que lidam com pessoas com deficiência visual. Ou seja, às vezes temos que fazer um bocado essa ponte, essa mediação...”
	Importância atribuída à mediação na atuação da associação	Admite a importância da mediação, essencialmente no que respeita à sensibilização das outras partes.	“...vai ter importância na questão de...de sensibilização das outras partes...e isso +e bastante importante e temos tido resultados”
	Resultados das práticas mediadoras	Refere que os resultados nem sempre são imediatos, levam tempo. Pese embora, têm obtido resultados positivos mas também negativos, nos quais continuam a trabalhar até chegar ao objetivo.	“...às vezes os resultados não são imediatos. Isso é uma coisa que às vezes vai, com muito tempo...” “...ao fim de algum tempo é que vemos alguns resultados...e sim, já temos tido resultados positivos, temos outros que pronto, nem tanto, mas que continuamos a batalhar neles...pronto, com vista a conseguirmos algum resultado positivo.
Visão sobre o conceito de inclusão	Vê a inclusão como algo de		

		<p>que não deveria ser necessário falar, pois significaria que ela efetivamente existia. Para que ela exista, considera ser necessário existir o reconhecimento da diversidade humana, o respeito pelas diferenças, e a sua valorização.</p> <p>Pensa que a mediação acaba por ser um instrumento da inclusão, porque ao mesmo tempo que medeiam, estão a promover uma sociedade inclusiva.</p>	<p>“...a inclusão é uma coisa sobre a qual nem sequer devia ser preciso falar dela.”</p> <p>“Era sinal de que ela efetivamente existia.”</p> <p>“...a inclusão é quando uma pessoa...ou seja, quando é reconhecida não é...que há uma diversidade humana, que todas as pessoas são diferentes, não é...quando respeitamos essas diferenças...e acima de tudo, quando as valorizamos.”</p> <p>“Sim...a mediação neste caso acaba...pelo menos a mediação que nós tentamos fazer, acaba por ser um...um instrumento para a inclusão não é...porque...ou seja, ao ajudarmos as pessoas a serem mais autónomas, a integrem-se melhor...primeiramente na família e depois na sociedade...nos empregos e afins...estamos a</p>
--	--	---	--

			<p>promover uma sociedade inclusiva. Estamos a promover a inclusão das pessoas nos vários âmbitos.”</p>
--	--	--	---

ANEXO 7

Sinopse de entrevista

➤ “Associação Bengala Mágica” – entrevista a Dídida Lourenço

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	ANÁLISE	EXCERTO DA ENTREVISTA
Apresentação/ caraterização do entrevistado	Apresentação do entrevistado	Professora de Educação Especial, com Mestrado e Doutoramento em Formação de Professores.	“...sou professora de educação especial...também fiz mestrado e doutoramento na área da formação de professores...”
		Mãe de um menino de 6 anos, com deficiência visual e que por isso impulsionou a fundação da associação.	“...sou mãe de uma criança de 6 anos, um menino, que é cego... e que foi também o motivo da fundação desta associação...”
		Residente no concelho de Palmela.	“...resido no concelho de Palmela...”
	Funções/papel do entrevistado na associação	Presidente da direção e assessora técnico-pedagógica em mobilidade estatutária.	“...atualmente estou em mobilidade estatutária na Bengala Mágica, portanto, a fazer assessoria técnico-pedagógica à associação, da qual sou

		<p>Faz de tudo na associação: representação, funções de cariz burocrático, organização de encontros de pais e de iniciativas e atividades.</p>	<p>também presidente da direção...”</p> <p>“...eu era vice-presidente, assumi as funções de presidente, uma vez que tenho mais disponibilidade para representar a associação em eventos, em iniciativas para as quais somos convidados...em termos das minhas funções, neste momento faço de tudo na associação.”</p> <p>“...desde responder a e-mails...que são de vária ordem...a fazer contactos com escolas, resolver situações que nos são colocadas, fazer esta tal mediação, organizar formação...nós fazemos muita formação para professores, e para técnicos...organizar os encontros de pais...fazemos também...temos encontros mensais, de pais...sei lá...organizar outro tipo de iniciativas...colaborar com outras associações, que também pedem</p>
--	--	--	--

			<p>muitas vezes a nossa colaboração para outras iniciativas...ajudar também aqui na concretização de outros projetos que temos...”</p>
<p>Apresentação/ caracterização da associação</p>	<p>Início da associação</p>	<p>Criada em 2017.</p>	<p>“...foi fundada em outubro de 2017...”</p>
	<p>Localização da sede</p>	<p>Sedeada em Palmela.</p>	<p>“...no concelho de Palmela...”</p>
	<p>Caraterização da associação</p>	<p>Fundada por um grupo de pais de crianças com deficiência visual, devido a falta de respostas do género na área da infância e juventude.</p>	<p>“...por um grupo de pais, e de mães de crianças cegas e com baixa visão...por termos verificado que não existia nenhuma associação do género...existiam algumas associações de adultos, de pessoas adultas com deficiência visual, mas nenhuma associação de pais mais vocacionada para as questões das crianças, dos jovens, e também das próprias famílias.”</p>
<p>Atuação da associação/grupo</p>	<p>Princípios orientadores</p>	<p>Desmistificar a deficiência visual.</p>	<p>“...naturalizar, desconstruir, alguns preconceitos sobre a deficiência visual...”</p>
	<p>Público-alvo</p>	<p>Pais, familiares, de crianças com</p>	<p>“...apoiar pais, familiares, de crianças e</p>

		deficiência visual, profissionais.	jovens com deficiência visual...” “...dar formação a profissionais...”
	Formas de atuação	Capacitação e empoderamento dos pais e famílias. Sensibilização. Atendimento por parte de profissionais. Gabinete de acolhimento e de atendimento. Formação de professores. Organização de iniciativas inclusivas e acessíveis em diversas áreas.	“...é a capacitação, ou o empoderamento...dos pais e das famílias...” “...através de ações de sensibilização, através de atendimento presencial, por parte de psicólogos, ou de professores...” “...esse gabinete de acolhimento faz uma triagem daquilo que é necessário e passa para o gabinete de atendimento...” “...a capacitação, a formação, dos professores...” “...a organização de iniciativas inclusivas...tanto na área do desporto, como na área do lazer, como...na área mais lúdica...”
	Parcerias	Parcerias com Municípios,	“...com Municípios...”

		<p>entidades privadas, o Ministério da Educação, a CM de Palmela, a JF de S. Domingos de Benfica, a ACAPO, o Movimento de Expressão Fotográfica, Associação Dona Ajuda, Centro de Formação Pró-Inclusão.</p>	<p>“...com a Câmara Municipal de Palmela...”</p> <p>“...com a Junta de Freguesia de S. Domingos de Benfica...”</p> <p>“...temos uma parceria formalizada com o Ministério da Educação...”</p> <p>“...a ACAPO, o Movimento de Expressão Fotográfica, a Associação Dona Ajuda...”</p> <p>“...o Centro de Formação da Pró-Inclusão...”</p>
	Colaboração com o Estado	Colaboração com Municípios, Ministério da Educação, CM de Palmela, JF de S. Domingos de Benfica.	<p>“...com Municípios...”</p> <p>“...com a Câmara Municipal de Palmela...”</p> <p>“...com a Junta de Freguesia de S. Domingos de Benfica...”</p> <p>“...temos uma parceria formalizada com o Ministério da Educação...”</p>
	Objetivos a alcançar pela associação	Procuram desmistificar a	

		<p>deficiência visual, preconceitos, apoiar pais e famílias, formar profissionais, proporcionar experiências às crianças e jovens em ambiente inclusivo.</p>	<p>“Os objetivos da associação, são, de certo modo...naturalizar, desconstruir, alguns preconceitos sobre a deficiência visual...apoiar pais, familiares, de crianças e jovens com deficiência visual...dar formação a profissionais...”</p> <p>“...desenvolver, ou proporcionar, diferentes experiências a estas crianças e jovens, sempre num ambiente inclusivo...”</p>
<p>Papel mediador da associação/grupo</p>	<p>Visão sobre o conceito de mediação</p>	<p>Admite não saber explicar muito bem, mas entende a mediação como um meio de chegar a outra pessoa ou instituição, a determinado local, recorrendo a um mediador, alguém que o possa fazer por si.</p>	<p>“...não sei explicar muito bem...”</p> <p>“...é um meio, de...portanto, de uma pessoa ou de uma instituição, chegar a outra...lá está, com recurso a um mediador, portanto, é...é uma forma de se chegar a determinado local, sem ter que lá ir...sem ter que...presencialmente não é...ou não...mas ter alguém que o possa fazer por si...”</p>

	<p>Papel mediador da associação</p>	<p>Considera que a associação desempenha um papel mediador entre as famílias e os restantes organismos, instituições e pessoas.</p>	<p>“...a Bengala Mágica tem um papel muitas vezes de mediação entre as famílias e os diferentes organismos públicos, privados...diferentes instituições...também diferentes pessoas...muitas vezes é esse o nosso papel.”</p>
	<p>Importância atribuída à mediação na atuação da associação</p>	<p>Vê a mediação como importante e facilitadora do contacto entre os pais, professores e outras instituições.</p>	<p>“Eu acho que é muito importante...” “...é um canal facilitador...” “...com instituições que de uma forma isolada, os pais não conseguiriam...os pais, os professores...portanto...a pessoa, de forma individual.”</p>
	<p>Resultados das práticas mediadoras</p>	<p>Admite obterem resultados positivos, nomeadamente no desbloqueio de situações expostas pelos pais.</p>	<p>“Bastante positivos. Até agora temos conseguido resolver, ou desbloquear, muitas situações que por vezes os pais sozinhos não conseguem, e em último recurso, recorrem à associação e...e pronto...e nós através dos nossos canais de</p>

	<p>Visão sobre o conceito de inclusão</p>	<p>Considera que a inclusão existe quando se pensa tudo para todos. Ou seja, para que todos possam ter acesso. Pensa que o ideal seria que a inclusão existisse naturalmente.</p>	<p>comunicação privilegiados, ou por vezes até através dos mesmos canais de comunicação que os pais, conseguimos obter uma resposta.”</p> <p>“A inclusão, para mim, é quando se pensa tudo para todos. É, portanto, não pensar...quando eu digo tudo, é tudo, portanto...atividades, iniciativas, materiais, recursos, vida, sociedade...é pensar em...em organizar, em conceber, tudo, para que todos possam ter acesso. Porque se pensarmos que estamos a conceber uma atividade só para crianças com deficiência visual, não estamos a ser inclusivos. Estamos a excluir alguém. Do mesmo modo, se pensarmos que estamos a conceber uma atividade em que as crianças com deficiência visual não podem participar, não estamos a ser inclusivos. Estamos a excluir este grupo.</p>
--	---	---	--

	<p>Mediação como instrumento da inclusão</p>	<p>Considera a mediação como um instrumento da mediação, embora o ideal fosse não haver necessidade de mediação, pois significaria que existia realmente inclusão.</p>	<p>Portanto a inclusão é isso, é...era...o ideal pra mim era que não fosse necessário falar de inclusão...portanto, que ela existisse naturalmente.</p> <p>“Considero...acho que o ideal era que não houvesse necessidade não é...portanto, se realmente a inclusão existisse naturalmente não haveria necessidade de mediação...”</p>
--	--	--	--

ANEXO 8

Questionário sobre deficiência e inclusão, e os movimentos associativos

O presente questionário insere-se no âmbito da dissertação de mestrado intitulada “Deficiência e Inclusão: o papel mediador das associações, grupos e movimentos associativos”, integrada no Mestrado em Mediação Intercultural e Intervenção Social da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria, e tem como objetivo principal analisar o papel mediador dos movimentos associativos na promoção da inclusão, em Portugal.

As informações prestadas neste inquérito são de caráter declaratório e o seu preenchimento é voluntário, pelo que agradecemos a sua sincera colaboração.

Em caso de dúvidas ou questões relacionadas com o estudo em curso, entre em contacto através do seguinte e-mail: amfc321@gmail.com

Parte I – Perfil do inquirido:

1. Email
2. Sexo
3. Idade
4. Distrito
5. Habilitações literárias
6. Ocupação
7. Estado civil
8. Possui algum tipo de deficiência física ou sensorial?
9. Se não possui deficiência, é responsável ou atua profissionalmente com pessoas com deficiência? Especifique

Parte II – Caracterização da(s) deficiência(s)

10. Tipo de deficiência: congénita ou adquirida

11. Categorização da deficiência: nenhuma, física, visual, auditiva, intelectual, multideficiência)
12. Especificação da deficiência
13. Suporte(s) de acessibilidade e mobilidade utilizados na vida diária (bengala, acompanhante, assistente pessoal, cão-guia, cadeira de rodas, cadeira de rodas elétrica, dispositivos de apoio à fala, audição ou visão, braille, audiodescrição, tecnologias de comunicação alternativa ou aumentativa, outros, etc.)
14. Caso tenha marcado “outros” na opção anterior, especifique.

Parte III – Perceção sobre associações e grupos do movimento associativo pela inclusão e defesa das pessoas com deficiência

15. Está a par da existência de movimentos associativos pela inclusão e defesa das pessoas com deficiência?
16. Se sim, assinale em que âmbitos: acessibilidades, deficiência física, deficiência visual, deficiência auditiva, deficiência intelectual, ajudas técnicas, outros, especifique.
17. Destaque três associações ou grupos que conheça ou já tenha lido ou ouvido falar no âmbito da inclusão e deficiência.
18. Colabora ou colaborou com alguma associação ou grupo neste âmbito? Se sim, especifique qual ou quais.
19. Em que contexto ocorreu a colaboração referida na questão anterior (socio, membro ativo, membro organizacional, membro diretivo, outros: especifique)?
20. Na sua opinião, qual pensa ser o principal papel dos referidos grupos ou associações?
21. Sucintamente, o que é para si a mediação? E a inclusão?
22. Considera importante a existência da mediação no âmbito da deficiência e da inclusão das pessoas com deficiência? s/n
23. Considera que os grupos e associações possuem um papel mediador no âmbito da inclusão das pessoas com deficiência? Justifique, de forma breve, a sua opinião.
24. Numa escala de 1 (muito mau) a 5(muito bom), classifique, de acordo com a sua opinião, qual o estado atual da inclusão no âmbito da deficiência, em Portugal.
25. Assinale, por ordem de importância (1 nada importante a 10 muito importante), quais as áreas do âmbito da deficiência e inclusão que considera prioritárias de

intervenção por parte dos grupos e associações existentes, no panorama atual português.

ANEXO 9

Apresentação do estudo e pedido de colaboração

Exmos(as). Senhores(as),

Eu, Ana Margarida Ferreira, estudante do 2º ano do Mestrado em Mediação Intercultural e Intervenção Social da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais – Instituto Politécnico de Leiria, encontro-me neste momento a realizar a minha dissertação de mestrado, intitulada: “O paradigma inclusivo e o papel mediador das associações de defesa dos direitos das pessoas com deficiência”.

O cerne desta investigação assenta na compreensão e análise do papel destas associações, com especial ênfase no seu papel mediador, nomeadamente no que respeita ao paradigma inclusivo e à sua promoção. Com este estudo pretende-se, assim, dar resposta aos seguintes objetivos:

- Objetivo Geral: analisar e compreender o papel mediador das associações de defesa dos direitos das pessoas com deficiência na promoção do paradigma inclusivo.
- Objetivos específicos: analisar e compreender os papéis e formas de atuação das associações de defesa das pessoas com deficiência; analisar e compreender a relação entre as associações, a sociedade e o Estado; e, analisar e compreender o impacto das associações na defesa e promoção do paradigma inclusivo, do ponto de vista de pessoas com deficiência.

A área da deficiência e a atuação das associações e/ou grupos organizados direcionados para a inclusão e reivindicação de direitos são temas de particular interesse para mim, não apenas a nível académico, mas especialmente a nível pessoal, motivo pelo qual não poderia deixar de os estudar e procurar aprofundar conhecimentos.

O participante a ser entrevistado em representação da associação deverá ser maior de idade, estar disponível para colaborar na investigação, e ser um membro ou funcionário ativo no funcionamento da associação.

Em suma, de forma a recolher dados que correspondam aos objetivos suprarreferidos, pretende-se por esta via solicitar a vossa colaboração, através da realização de uma entrevista semiestruturada. Esta será gravada em suporte de áudio, para posterior análise da informação recolhida, e poderá decorrer à distância através de meio de comunicação a combinar.

De salientar que a participação na investigação a decorrer é totalmente voluntária, podendo o participante sair do estudo a qualquer momento sem qualquer prejuízo. Ainda, a vossa participação não acarreta qualquer tipo de custo ou risco, uma vez que os dados recolhidos se destinam exclusivamente à realização deste estudo, que resultará na dissertação de mestrado referida, e em potenciais publicações científicas.

Finalmente, caso pretendam saber mais acerca da investigação em curso ou surja alguma dúvida, poder-me-ão contactar através do seguinte e-mail: ana.claro.13@hotmail.com.

Com os melhores cumprimentos.

Atentamente,

Ana Ferreira